



REVISTA
CERRADOS

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS - UNIMONTES
V.3 - N.1/ 2005 - Anual

ARTIGOS

GLOBALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: NOVAS FORMAS DE FRAGMENTAÇÃO –

Marcos Esdras Leite

A TRANSFORMAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS: SURGIMENTO E CRESCIMENTO DO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL –

Yara Maria Soares Costa da Silveira

CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO –

Érika Neves Guimarães e Anete Marília Pereira

REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE –

Antônio Maurílio A. Feitosa, Janete A. Zuba Gomes e Rômulo S. Barbosa

DESCENTRALIZAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA –

Maria Eugênia Ferreira Totti e Ailton Mota de Carvalho

A QUESTÃO DA ÁGUA NA BACIA DO RIACHÃO (MG) USO E GESTÃO –

Priscilla Caires Santana Afonso e Anete Marília Pereira

IDENTIDADE REGIONAL NORTE MINEIRA, A CULTURA SERTANEJA –

Marina de Fátima Brandão Carneiro

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

FICHA DE ASSINATURA

Obs.: Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

Coordenação

Marina de Fátima Brandão Carneiro

REVISTA CERRADOS

Departamento de Geociências
da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ISSN 1678-8346

REVISTA CERRADOS	Montes Claros	v.3, n.1- 2005	p. 1-115	jan./dez. 2005
------------------	---------------	----------------	----------	----------------



Montes Claros
2005

COPYRIGHT ©: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

REITOR

Paulo César Gonçalves de Almeida

VICE-REITORA

Tânia Marta Maia Fialho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH

Diretora

Cibele Veloso Millo

Chefe do Departamento de Geociências

Elza Neves Guimarães

REVISTA CERRADOS

Coordenação Editorial

Marina de Fátima Brandão Carneiro

Conselho Editorial

Anete Marília Pereira

Expedito José Ferreira

Fernando Haroldo Mota Nobre

Yara Maria Soares Costa da Silveira

Ivo das Chagas

Maria Ivete Soares de Almeida

Marina de Fátima Brandão Carneiro.

Conselho Consultivo

Ailton Mota de Carvalho (UENF, Campos dos Goytacazes/RJ), André Roberto Martin (USP, São Paulo/SP), Beatriz Ribeiro Soares (UFU, Uberlândia/MG), Jorge Alberto Sanabria (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina), Jorge Luís Silva Brito (UFU, Uberlândia/MG), José Bueno Conti (USP, São Paulo/SP), José Manuel Sayago (Universidad Nacional de Tucumán/Argentina), Lucivânio Jatobá (UFPE, Recife/PE), Manuel Correia de Andrade (FUNDAJ, Recife/PE), Maria Geralda de Almeida (UFG, Goiânia/GO), Roberto Célio Valadão (UFMG, Belo Horizonte/MG), Rogério Haesbaert da Costa (UFF, Niterói/RJ).

Arte/ Impressão:

Imprensa Universitária Unimontes - *Campus* Universitário Prof. Darcy Ribeiro - Prédio 4.

Diagramação/ leiaute capa:

Carlos Henrique de Azevedo Fernandes/ Maria Rodrigues Mendes

Revisão:

Ana Márcia Ruas de Aquino/

Benedito Said

Digitação:

Marcos Esdras Leite

Publicação Anual

Endereço

UNIMONTES - *Campus* Universitário Professor Darcy Ribeiro - Departamento de Geociências

Caixa Postal: 126 - CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG.

e-mail: geociencias@unimontes.br - Fones: (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA).

Catálogo: Divisão de Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge - Unimontes

Ficha Catalográfica: Maria Gorete J. C. Cordeiro – CRB/6 1.932

Revista Cerrados / Universidade Estadual de Montes Claros.
Departamento de Geociências. – Vol. 1, n. 1 (jan./dez. 2003)- . -
Montes Claros, MG : Unimontes, 2005-
115 p. : il. 29 cm.

Anual.

v. 3, n. 1, jan./dez. 2005

Coordenação: Marina de Fátima Brandão Carneiro.

ISSN: 1678-8346

1. Geografia 2. Geografia do Brasil 3. Geociências I. Universidade
Estadual de Montes Claros. Departamento de Geociências. II. Título

CDD 910 – Geografia

918 .1 Geografia do Brasil

Foto capa: Ipê Amarelo (Fonte): Acervo do Departamento de Geociências

EDITORIAL

Este número da Revista Cerrados, publicação que se pretende anual, do Departamento de Geo-Ciências da Universidade Estadual de Montes Claros, mantém o compromisso de contribuir para a construção de um espaço aberto à troca de experiências, análises e discussões de temas variados, com múltiplas abordagens teórico-metodológicas sobre o espaço geográfico atual, especialmente o Norte Mineiro.

A Revista Cerrados, através dos diferentes artigos, espelha a percepção e a visão de mundo dos autores que, aqui, apresentam suas reflexões e oferecem aos leitores os conhecimentos que possibilitam ampliar os horizontes de compreensão sobre paisagens, territórios, lugares, grupos sociais e homens que, unidos ou solitários, produzem espaços e constroem suas identidades, suas culturas e suas resistências.

Desta forma, esperamos que este trabalho possa incitar os debates em torno de novos caminhos epistemológicos para a Geografia contemporânea e estimular outros diálogos entre os estudiosos e os leigos que sabem que muito ainda está por fazer.

Marina de Fátima Brandão Carneiro
Coordenadora Editorial

SUMÁRIO

ARTIGOS	9
GLOBALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: NOVAS FORMAS DE FRAGMENTAÇÃO <i>Marcos Esdras Leite</i>	11
A TRANSFORMAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS: SURGIMENTO E CRESCIMENTO DO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL <i>Yara Maria Soares Costa da Silveira</i>	23
CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO <i>Érika Neves Guimarães e Anete Marília Pereira</i>	43
REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE <i>Antônio Maurílio A. Feitosa, Janete A. Zuba Gomes e Rômulo S. Barbosa</i>	59
DESCENTRALIZAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA <i>Maria Eugênia Ferreira Totti e Ailton Mota de Carvalho</i>	75
A QUESTÃO DA ÁGUA NA BACIA DO RIACHÃO (MG) USO E GESTÃO <i>Priscilla Caires Santana Afonso e Anete Marília Pereira</i>	87
IDENTIDADE REGIONAL NORTE MINEIRA, A CULTURA SERTANEJA <i>Marina de Fátima Brandão Carneiro</i>	97
INSTRUÇÕES PARA AUTORES	111
FICHA DE ASSINATURA	115



ARTIGOS

GLOBALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: NOVAS FORMAS DE FRAGMENTAÇÃO*

LEITE, Marcos Esdras**

Resumo: Neste trabalho, pretende-se discutir os interesses capitalistas que estão por trás da globalização e da urbanização. Fazendo uma análise sistemática dos dois processos, estabelecemos alguns motivos pelos quais os ricos (países e pessoas), de certa forma, incentivam uma integração econômica global e uma maior concentração de pessoas nas cidades.

Palavras-chave: Capitalismo; globalização; urbanização; fragmentação.

Introdução

Atualmente, alguns termos vêm sendo empregados com frequência, de forma diferente do seu conceito científico, isso tem trazido alguns problemas conceituais, pois são divulgados e propagados sem uma sustentação teórica, criando assim conceitos errôneos.

Os termos urbanização e globalização, que ganharam a “simpatia” da mídia na atualidade, são hoje utilizados sem nenhuma preocupação com o real significado que possuem, menos ainda com as ambigüidades que escamoteiam. O que, de fato, esses termos representam? O que há de controverso no emprego desses termos?

O objetivo desse trabalho é fazer uma discussão, de cunho geral, sobre os processos de globalização e urbanização enquanto instrumentos de fragmentação espacial, haja vista que o nível de relações entre os países do mundo está aumentando cada vez mais, chegando a ponto de usarmos a expressão “aldeia global” para nos referirmos ao nosso planeta.

* Artigo produzido sob a orientação da Prof^a Marina de Fátima Brandão Carneiro.

** Mestrando em Geografia – UFU. marcosesdras@ig.com.br

Concomitante, a essa globalização tem-se verificado um aumento crescente no processo de urbanização em todos os continentes e, junto com esses dois processos, tem-se evidenciado um crescimento na quantidade de pobres no mundo, provocando uma emigração dos países menos desenvolvidos em direção aos países ricos, trazendo para ambos uma série de problemas sociais.

Estabelecer uma relação direta entre todos esses processos é essencial para sistematizar o conhecimento acerca dos problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais que assolam o mundo atual.

Relação entre globalização e urbanização na fragmentação do espaço

Antes de estabelecer uma relação entre globalização e urbanização, consideramos necessário tecer algumas considerações teóricas sobre esses processos. A globalização não é um fenômeno novo. Pode-se mesmo afirmar que ela é uma conseqüência dos avanços tecnológicos, desde as descobertas ligadas à navegação, que possibilitou a ocupação de “novas terras”, até a implantação das infovias, responsáveis pela verdadeira conexão global, onde as informações e as mercadorias circulam mais rápidas.

Não há, entre os pesquisadores dessa temática, um consenso acerca do conceito de globalização. Inicialmente associada aos movimentos financeiros internacionais, ao avanço tecnológico, que permitiu maior rapidez nos fluxos seja de idéias, capitais ou pessoas, a globalização também foi definida como um sistema cultural que homogeneiza. Nessa discussão, considerando as divergências teóricas nela presente, há um ponto que deve ser ressaltado: o entendimento da globalização como a atual fase de expansão capitalista. Na definição de Ianni (1996) a globalização é

novos surtos de universalização do capitalismo como modo de produção e de processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire novo impulso com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e a divisão transnacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. (IANNI, 1996: 48)

Já o conceito de urbanização aqui utilizado se refere ao processo pelo qual a população urbana cresce num ritmo mais acelerado que a população rural, gerando ao

longo do tempo mudanças sócio-econômicas, ambientais e culturais. A urbanização tem na migração campo/cidade um dos seus principais condicionantes, mas não o único.

Esse processo aconteceu primeiro nos países ricos, depois da revolução industrial (século XVIII), quando ocorreram várias transformações nos setores produtivos. A atração que a indústria, territorialmente localizada na cidade, passou a exercer sobre a população camponesa, aliada a mudanças no regime de propriedades rurais que expulsava os trabalhadores do campo, implicaram num aumento da população urbana.

Nos países pobres, a urbanização só aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, tendo como causa além da industrialização tardia, as péssimas condições de vida no campo. A industrialização foi expandida nessa época pela transferência de indústrias dos países ricos, que buscavam novos mercados consumidores para seus produtos, além de uma série de benefícios fiscais oferecidos pelos países pobres para as empresas multinacionais. É válido ressaltar que a urbanização não é consequência apenas da industrialização, mas sim de todo um processo de modernização econômica tanto urbana quanto rural, sendo acelerada por problemas de natureza física ou social no campo.

Como a urbanização se deu de forma rápida e intensa nesses países as cidades não tiveram como implementar uma estrutura adequada para absorver todos os migrantes, o que ocasionou uma série de problemas urbanos, conforme citado por Castells (1983), ao descrever a urbanização na América Latina

a urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo. (CASTELLS, 1983: 99)

É importante ressaltar que tanto a globalização como a urbanização têm suas origens ligadas aos avanços tecnológicos, ao processo de modernização. A partir do aumento do emprego da tecnologia no campo houve também uma intensificação do fluxo migratório campo/cidade. O desenvolvimento tecnológico também provocou uma maior integração do “sistema mundo”. Mas, até que ponto esses processos são também instrumentos de dominação das classes hegemônicas? Como relacioná-los à idéia de fragmentação?

Para explicitar essa aparente contradição entre globalização e fragmentação é necessário discutir, ainda que de forma sucinta, o significado desse processo.

Haesbaert (1998) analisa a modernização como instrumento de fragmentação. Para ele,

em sua versão otimista, a hipótese da fragmentação veria um mundo de múltiplas culturas e territórios convivendo pacificamente e desenvolvendo modos de vida comunitários integrados. A fragmentação vista negativamente, por outro lado, traria o caos planetário, “uma nova Idade Média” de conflitos generalizados, espécie de Somália mundial. Já na hipótese da sociedade-mundo, numa versão pessimista, o “Grande Irmão”, como propôs Orwell em seu livro “1984”, um estado ou grupo social dominaria a todos através de um sofisticado aparato tecnológico de caráter global. (HAESBAET, 1998: 48)

Nos debates sobre a globalização, não temos encontrado análises que consideram os fragmentos dela decorrentes. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes. Santos (2000), ao discutir esse processo, identifica o seu lado “perverso”, principalmente nas áreas mais pobres, mostrando que a globalização é fragmentação ao expressar os particularismos nacionais, étnicos, religiosos e os excluídos dos processos econômicos denominados globais.

Nessa mesma linha de análise, Ferrara (1996) escreve que

a globalização do mundo é uma contradição: globaliza-se a partir de uma estratégia que emana de um centro de decisão econômico, o que supõe considerar, como consequência, uma periferia a esse centro; logo, não se globaliza o mundo, mas uma parte privilegiada dele; uma articulação renovada da conhecida estrutura centro/periferia que é manifestação lógica do poder. (FERRARA, 1996: 48)

O desenvolvimento tecnológico de um país ordena como procederá a ocupação da área urbana e sua função na relação internacional. Os países dotados de tecnologia são colocados como centros mundiais, daí o termo países centrais, enquanto que os países com baixo desenvolvimento tecnológico estão na periferia da relação econômica internacional.

Globalização e urbanização: novas formas de dominação

A globalização e a urbanização estão, hoje, associadas a um mundo moderno de conforto e informação. O mundo como um só sistema, através da troca de mercadorias, tecnologia, cultura e mesmo pessoas, tornando possível a idéia de seres cosmopolitas e bem informados. Porém, a realidade que esses processos trazem é bastante diferente do que é divulgado.

Às vezes temos dificuldade de entender quais os reais interesses por trás da concretização de um mundo cada vez mais globalizado e urbanizado. Estamos em um mundo extremamente capitalista, onde o objetivo maior é o lucro e o poder. Assim, a qualquer custo, nações, empresas e pessoas buscam consegui-los.

Para se ter idéia da amplitude desse desejo, ou melhor dessa obsessão, basta lembrarmos de fatos recentes como a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, os inúmeros casos de desvio de dinheiro, aqui no Brasil, a destruição da natureza com fins econômicos, entre vários fatos que conhecemos. Felizmente, essa obsessão capitalista não é estendida a todos, o que nos faz ter esperança por um mundo mais “civilizado” e menos capitalista.

Os países centrais utilizam-se da globalização para aumentar sua área de influência, tornando maior e mais submisso aos seus interesses um ilimitado mercado consumidor. Os interesses de hoje, na globalização, não são muito diferentes daqueles ocorridos nos séculos XV e XVI, onde o objetivo era conquistar novas terras e explorá-las como colônias. No sistema atual, a essência é a mesma. Temos hoje, de maneira disfarçada, uma relação de colônias (representados pelos países periféricos) e metrópoles (países centrais). Portanto, a globalização é um mecanismo de dominação, pois nem todos têm condições de tirar proveito dessa (des)integração global e local.

A causa dessa (des)integração e subordinação mundial é, indiscutivelmente, fruto dos avanços tecnológicos que na maioria das vezes encaramos como evolução. Porém, se fôssemos pensar dentro do contexto capitalista, perceberemos que toda essa modernização tem outros interesses.

Essa hipótese pode ser exemplificada com o aparelho televisor. Costuma-se dizer que a televisão é uma opção de lazer para as pessoas, principalmente as mais carentes. Mas sua função não é só entretenimento, uma vez que é um meio utilizado para divulgar e vender produtos, cujo marketing conduz a um consumismo exacerbado de determinado produto. Além disso, a identidade cultural de muitos é substituída por uma cultura momentânea do modismo televisivo. E para finalizar, esse processo é extremamente necessário ter capital e grande parte das pessoas do planeta não tem dinheiro nem para se alimentar quanto mais para comprar um televisor. A internet e o telefone são outros dos vários exemplos de que a modernização é um luxo que leva a cultura de vários povos para o lixo e atende aos interesses das classes dominantes.

Quanto ao interesse estimulador de todo o processo de evolução tecnológica e de (des)integração espacial, Santos (2002) o enxerga como instrumento de dominação pois,

(...) assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas também, as condições para maior alienação possível para todos. Através do espaço a

mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija. (SANTOS, 2002: 18)

O atual modelo de globalização tem que ser reavaliado, pois é responsável por uma série de problemas, como denuncia Benko (1996)

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto a nível local como global. (BENKO, 1996: 70)

Santos (2000) também discute a necessidade de se pensar em uma outra globalização, sustentada em princípios da solidariedade, em prol da redução da pobreza e das desigualdades sociais.

No caso da urbanização, a situação é a mesma. As idéias e informações que são veiculadas para o cidadão comum, não deixam evidente a real causa desse processo. Temos a impressão, que a industrialização e o desenvolvimento urbano são os fatores responsáveis pela migração cada vez maior da população do campo para as cidades. O que não é verdade, conforme citado por Castells (1983: 85) “A fuga para a cidade é, em geral, considerada muito mais como o resultado de um *push* rural do que de um *pull* urbano quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana.”

Nos países periféricos, a modernização da agricultura marginaliza a população rural nas cidades, transformando a pobreza rural em miséria urbana e assim desencadeando uma série de problemas socioambientais nas cidades, como a marginalização, favelização, aumento da violência urbana, degradação do meio ambiente urbano, entre outros.

Além do interesse capitalista no campo de tornar a estrutura de produção mais lucrativa ao substituir o homem pela máquina, há um certo ganho para a elite urbana, pois, à medida que a cidade absorve uma massa desqualificada e bastante influenciável, os políticos têm como manipular essas pessoas, para se manterem no poder, além de estarem livres de pressão e assim poderem facilmente atender aos interesses da classe detentora do capital, agravando, ainda mais, a desigualdade entre pobres e ricos.

Na ideologia marxista, exposta no livro *O Capital*, pode-se encontrar outras explicações para o interesse da burguesia na urbanização. Segundo Marx, no capitalismo a indústria segue um ciclo de altos e baixos, chamado de *ciclo industrial ou ciclo econômico*, aparecendo assim um excedente de mão-de-obra na fase de crise, o famoso

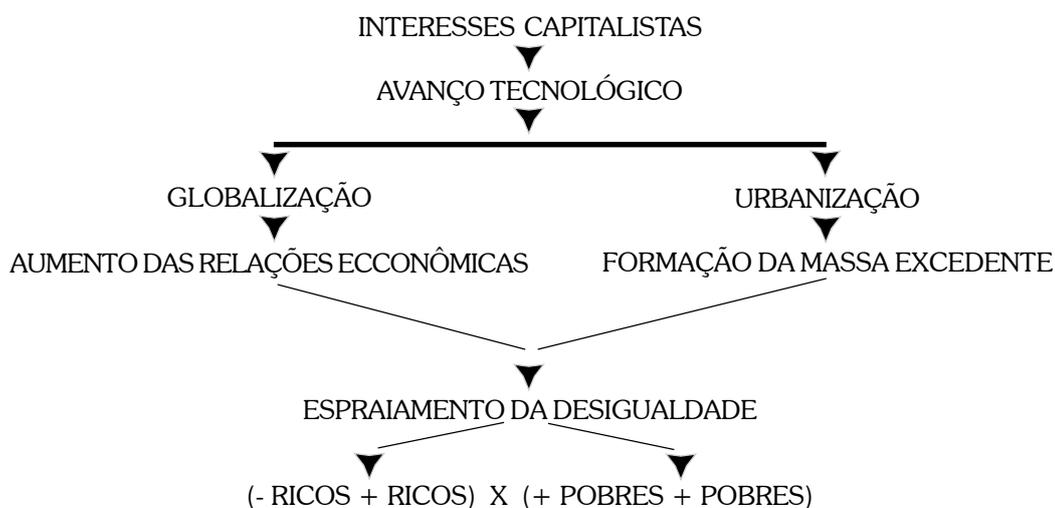
exército industrial de reserva. Com o exército industrial de reserva os industriais teriam como produzir mais e com uma mercadoria de menor custo.

Dentro da realidade atual, de altos índices de desemprego, a migração de um grande contingente populacional para as cidades, provocaria o surgimento de um enorme exército de reserva que, por conseguinte, geraria uma queda no preço da força de trabalho, pois de acordo com a lei de mercado, quanto maior a oferta e menor a procura, menor será o preço. Avançando nessa idéia, a riqueza dos industriais aumentaria através da *mais valia*, como escreve Karl Marx, ou seja, o trabalhador produz mais do que recebe, sendo esse valor criado pelo trabalho do operário depois de cobrir o valor de sua força de trabalho (*mais valia*) passada aos industriais. Para exemplificar essa idéia,

Assim como um boi produz mais do que consome, e enriquece o seu dono, a classe trabalhadora produz mais valia do que consome e enriquece os proprietários dos meios de produção. Deste modo, *os trabalhadores são os bois do sistema capitalista*: consomem apenas uma parte do que produzem, a parte necessária para que continuem vivos e trabalhando; a outra parte, a *mais valia*, é apropriada pela burguesia, *que vive às custas da classe trabalhadora*. (SCHAWARTZ *apud* CATANI: 38)

Já em 1894, no livro supra-citado, Karl Marx alertava para as tendências do capitalismo que entraria em uma fase crítica, após alcançar certa maturidade. Nessa fase, o capital tende a se concentrar nas mãos de poucos aumentando cada vez mais a diferença entre ricos e pobres. Portanto, tendo por base a idéia de Marx, poderíamos dizer que a globalização e a urbanização têm como real objetivo aumentar o lucro e gerar sua concentração nas mãos da minoria.

ESQUEMA DAS NOVAS FORMAS DE FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO



Globalização e a Desigualdade internacional

A quantidade de riquezas gerada em cada um dos quase 200 Estados existente, hoje, no mundo apresenta grandes disparidades. Nunca como na atualidade, o fosso que separa países ricos dos países pobres quanto à geração de riquezas foi tão grande e, é quase um consenso, dizer que os processos de globalização e urbanização, especialmente ao longo da última década, em muito contribuíram para essa situação.

Entre os indicadores mais comumente utilizados para medir a geração de riquezas de um país está o PIB (Produto Interno Bruto). O PIB mede o conjunto de bens e serviços produzidos por um país ao longo de um ano. Apesar de ser um indicador de caráter econômico, diferentemente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede especialmente as condições sociais, o PIB permite algumas comparações no que se refere ao potencial econômico de cada país.

Assim, os EUA, com um PIB de cerca de US\$ 10 trilhões produzem sozinhos algo em torno de 30% das riquezas do mundo. Se somarmos o PIB norte-americano aos do Japão e da Alemanha, teremos metade do PIB mundial. Os 25 países com maior PIB do mundo produzem cerca de 90% de toda a riqueza do planeta. Por analogia, mais de 170 países contribuem com apenas 10% do PIB mundial (World Bank, 2003).

Na última década, a posição do Brasil em termos de volume do PIB, tem oscilado entre o décimo primeiro e o décimo quinto lugar no ranking mundial da geração de riquezas. Durante muitos anos nosso país, ostentou o título de maior PIB da América Latina, condição perdida recentemente para o México. Todavia, se compararmos o PIB brasileiro ao norte-americano constataremos que o nosso é cerca de 18 vezes menor. O PIB da hiperpotência corresponde a mais ou menos 80% do total de riquezas geradas em todo o continente americano. Isso já dá uma idéia da assimetria das relações econômicas que terão lugar caso a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) seja realmente implementada.

Uma breve discussão sobre a nova configuração econômico-espacial do planeta não poderia faltar em uma análise sobre os interesses dos países ricos no mundo periférico. À regionalização do mundo que assistimos, hoje, é fruto da globalização que é consequência dos interesses capitalistas, na verdade, a formação de blocos econômicos é uma maneira de determinados países ricos monopolizar e proteger seus mercados periféricos, aumentando assim, o superávit da sua balança comercial, haja vista que exportam produtos de alto valor e importam matéria-prima e produtos manufaturados dos países periféricos. Portanto, essa regionalização é mais uma ferramenta de dominação dos países centrais sendo um agravante da desigualdade.

Se há enormes disparidades entre nações ricas e pobres, elas são também muito significativas no interior do próprio mundo periférico. Só para se ter uma idéia dessa situação, o PIB brasileiro é cerca de 30% maior que a soma dos PIBs de todos os 53 países que fazem parte do continente africano (World Bank, 2003).

Diante do exposto, podemos inferir que apesar da vinculação ideológica de que o mundo urbano e globalizado representa o ideal de desenvolvimento humano, de modernização, a realidade nos tem mostrado que o mundo também se apresenta fragmentado, marcado pela desigualdade.

Considerações finais

Nas últimas décadas, o mundo tem passado por um rápido processo de integração econômico-cultural, fazendo com que o termo globalização fosse utilizado de forma indiscriminada, como se fosse a explicação para tudo que vem ocorrendo. Mas o termo, por si só, não expressa a realidade sobre a complexidade do processo.

No mesmo momento em que se assiste a uma verdadeira mundialização das relações internacionais, o espaço intranacional acompanha um rápido e intenso processo de urbanização. Seguindo a mesma moda do termo globalização, a urbanização tem sentido amplo e uma análise complexa.

Esses dois processos têm em comum o fato de possuírem causas e conseqüências ligadas a interesses econômicos dos grupos dominantes, tanto em termo de países quanto de pessoas.

O capitalismo emprega uma política extremista pelo aumento da riqueza que normalmente é absorvida pelos que já são detentores de capital, ou seja, o capital gera capital. Sendo assim, a população desprovida de capital fica excluída da geração de riqueza, aumentando a situação de miséria e, conseqüentemente, agravando a desigualdade socioeconômica, tanto nacionalmente como internacionalmente.

Diante do exposto, pode-se perceber que o aumento da relação comercial e cultural entre os países do globo, verificada desde o final do último século, e o simultâneo processo de concentração de pessoas nas cidades são processos que causam fragmentação do espaço interno e externo, através do aumento das desigualdades. Ao mesmo tempo em que ocorre uma maior integração entre os países e há uma concentração maior de pessoas em um determinado espaço (urbano), surge também a marginalização de alguns países e mesmo uma fragmentação do espaço intranacional. A conseqüência desses processos é um aumento considerável no número de pobres que estão cada vez mais pobres chegando até a situação de miserável, ou seja, não

conseguem satisfazer nem mesmo as suas necessidades básicas, como por exemplo, a alimentação.

Concomitante, a esse espraiamento da pobreza e sua transformação em miséria, ocorre uma redução no número de ricos que tendem a concentrar o capital. Assim, numa linguagem bastante popular podemos dizer que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais miseráveis.

Abstract: In this work, it intends the capitalist interests that are behind the globalization to discuss and of the urbanization. Making an analysis systematic of the two processes, establishing some reasons for the which the rich ones (countries and people), in a certain way, they motivate a global economical integration and a larger concentration of people in the cities.

Keys-word: Capitalism; globalization; urbanization; fragmentation.

Referências

BENKO, G. organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATANI, Afrânio M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERRARA, L. D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: _____ (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Ed. Universidade Federal Fluminense, 1998.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MARX, Karl. *El capital*. 2. ed. v. 1. México, fondo de cultura econômica. [s.l.: s.n.] 1975.

SANTOS, Milton. *et al. O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

WORLD BANK – Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 3 nov. 2004.

A TRANSFORMAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS: SURGIMENTO E CRESCIMENTO DO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL

SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa da*

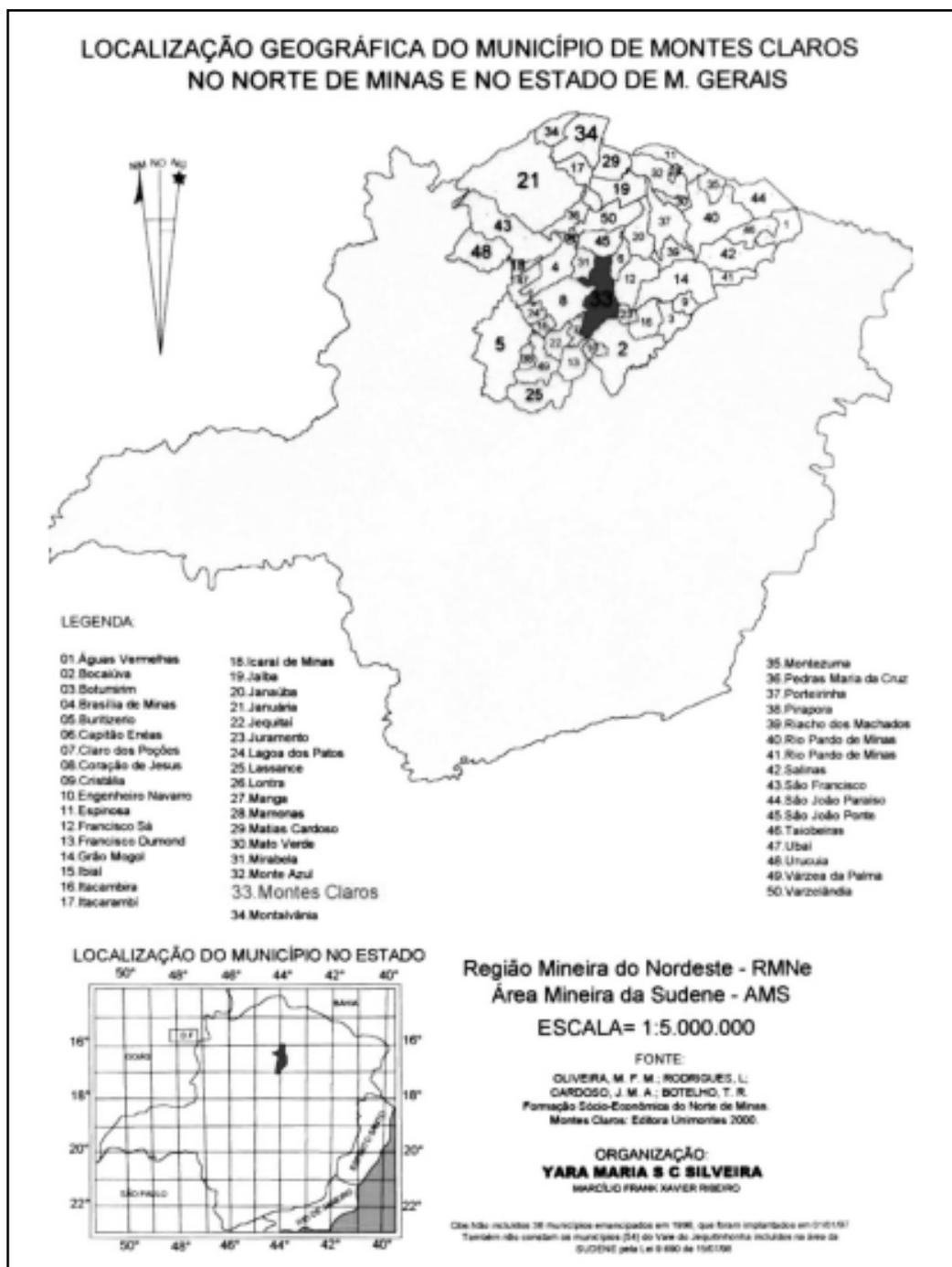
Resumo: A cidade de Montes Claros situa-se estrategicamente no Norte de Minas Gerais, apresentando boas alternativas e possibilidades de investimento; sendo considerada elo de ligação entre as regiões urbanas do país, por isso chamada “Centro Polarizador” no norte-mineiro. Sua posição geográfica, proporciona a ela ser pólo de atração para vários serviços lucrativos, o que tem levado ao aumento das imigrações por parte da população circunvizinha, gerando o êxodo-rural. Este, pode ser comprovado pelo Bairro Cidade Industrial, que surgiu em 1993 na periferia da cidade. Essa ocupação desmedida acabou por afetar o planejamento urbano daquela região, provocando alterações no espaço geográfico. Neste contexto, têm-se como objetivo o estudo das manifestações e avanços urbano-industriais da cidade de Montes Claros a partir de 1970, enfatizando a origem do Bairro e suas transformações espaciais e sócio-ambientais. Buscou-se embasamento teórico para realização do estudo e, através de elaboração de questionário, realizou-se a parte prática da pesquisa, com posterior tabulação dos dados. Pode-se perceber as transformações urbano-espaciais que marcaram a região, tornando visível a necessidade de se transformar a história daquele lugar com investimentos sócio-econômicos/educacionais que proporcionarão a mudança da qualidade de vida.

Palavras-chave: centro polarizador; cidade industrial; exodo rural; imigrações; elo de ligação.

Considerações iniciais

O Município de Montes Claros, com área aproximada de 4.135 km², localiza-se no Norte do Estado de Minas Gerais situando-se na Bacia do Alto Médio São Francisco, nos vales do Rio Verde Grande, Pacuí e São Lamberto. Limita-se ao Norte com São João da Ponte; ao Nordeste com Capitão Enéas; à Leste com Francisco Sá; ao Su-

* Mestre em Planejamento Urbano e Sócio-Ambiental pelo UFU-MG. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e das Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUNORTE. mscostas@uai.com.br.



MAPA 1 - Mapa da Localização geográfica do município de Montes Claros no Norte de Minas e no Estado de Minas Gerais

Fonte: OLIVEIRA, *et al.*, 2000.

deste com Juramento e Glaucilândia; ao Sul com Bocaiúva e Engenheiro Navarro; ao Sudoeste com Claro dos Poções; a Oeste com Coração de Jesus e São João da Lagoa e ao Noroeste com Mirabela e Patis.

A sede do Município possui uma altitude média de 638 metros, numa área de 97 km², com latitude 16° 43' 41" S, e longitude 43° 51' 54" W. Está inserido na Macroregião do Nordeste e Microregião de Montes Claros (Metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e na Região Mineira do Nordeste – RMNe (Metodologia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/ Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE ? Distritos/População), conforme demonstrado no MAPA 1.

Montes Claros foi considerada, até os anos 70 do século XX, Capital do Polígono das Secas. Possui aproximadamente 348.991 habitantes, segundo estatísticas do IBGE/ Secretaria de Planejamento – SEPLA / 2006. Devido a sua posição estratégica em relação aos mercados Centro Sul, Norte, Nordeste, passou a ser classificada como Centro Polarizador do Norte de Minas Gerais.

O relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1986) descreve-a como principal pólo do norte de Minas Gerais onde se concentra a oferta dos diversos serviços regionais, constituindo-se alvo dos fluxos migratórios da região. O avanço projetado pelas indústrias trouxe estrangulamento na infra-estrutura existente.

A partir daí, a história confirma que o processo de ocupação urbana sofreu transformações radicais que geraram sensíveis modificações no espaço geográfico ocupado pelo sítio urbano. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é discutir a evolução urbano-industrial de Montes Claros como centro polarizador a partir de 1970 que originou o bairro Cidade Industrial, num estudo de caso explicando as transformações espaciais e sócio-ambientais do mesmo.

Diante dos estudos já realizados, pôde-se concluir que Montes Claros não se preparou para receber um acréscimo significativo de população de baixa renda, não conseguindo assim, viabilizar-se para controlar a crise urbana nela instalada. Como consequência, surgem ocupações urbanas ilegais e invasões de terras disponíveis que veio gerar um inevitável quadro de pobreza local/regional, aqui evidenciado num estudo de caso do bairro “Cidade Industrial” anteriormente conhecido como “Favela Coberta Suja”.

No estudo da evolução de Montes Claros, bem como na história do surgimento e crescimento do bairro Cidade Industrial, busca-se compreender as transformações espaciais e sócio-ambientais ocorridas no mesmo.

De acordo com Pereira (2002: 19) “(...) O significado de uma cidade é a geografia dos arranjos, ou seja, deve-se olhar para um sítio como um lugar que tenha a função de ser o centro de uma região.”

Entende-se que este trabalho contribuirá para as discussões sobre geografia urbano-regional do Norte de Minas, possibilitando aprimoramento das reflexões e análises do desenvolvimento de Montes Claros como centro polarizador regional.

A transformação urbana da cidade de Montes Claros: surgimento e crescimento do bairro Cidade Industrial

O pólo-cidade, principalmente nos países subdesenvolvidos, constitui-se em área mais dinâmica, graças a construção pela economia dominante de uma infra-estrutura mínima, indispensável a exploração econômica. Nele, abrem-se novas oportunidades de trabalho atraindo migrantes do interior e também do exterior a fim de exercerem atividade de gerenciamento/diretoras. A população concentra-se na área de produção e apesar disto boa parte dela convive com baixos salários, criando-se um novo mercado consumidor que provoca desenvolvimento dos transportes comércio e serviços.

Nesse contexto, de acordo com Andrade (1987), nos países subdesenvolvidos, existem pólos de crescimento, os das cidades-pólo porque a dinamização econômica faz crescer a renda que, por sua vez, incentivava as estruturas locais/regionais. Todavia, não melhoram as condições de vida da população, desorganizando assim, o cotidiano dos cidadãos. A economia de subsistência, conseqüentemente, projetou as emigrações sazonais dos trabalhadores, que vieram desorganizar a vida familiar, gerando assim, o êxodo rural sem que as cidades-pólo dispusessem de emprego para oferecer condições de vida decente aos que nela se fixavam. Estes fatores provocam uma queda nas disponibilidades alimentares e do consumo de calorias *per capita* do povo, numa época que não se pode admitir possibilidade de uma sociedade estática, isolada, num planeta cada vez mais integrado. A difusão, o aperfeiçoamento dos transportes e o crescimento vertiginoso da população, geraram políticas desenvolvimentistas de estruturas mais sãs condizentes às necessidades do mundo moderno.

No caso brasileiro, só após 1950 surgiram em várias regiões do Sudeste um conjunto de *Ilhas Culturais e Econômicas* dispersas, formando um continente que se gravitava economicamente em torno de um pólo – São Paulo. Essas ilhas constituíram-se pólos de uma constelação de terceiro, quarto quinto grau, que se intercomunicam e se completam em torno de dois ou três grandes pólos ou macro-regiões.

Neste sentido, baseando-se também nos estudos de Michel Rochefort, Andrade (1987) descreve a hierarquia entre os pólos, de integração e delimitação das suas áreas no espaço, ligados uns aos outros por vias de transportes e comunicações denominando-os de *centros de polarização*:

...uma ligação de certo modo permanente entre a potência dos serviços de enquadramento terciário de uma cidade e a importância industrial da mesma. (...) provoca a multiplicação dos serviços numerosos e variados, atrai novas industriais. (ANDRADE, 1987: 71)

Montes Claros, nesta classificação, enquadra-se no Pólo-Centro de uma grande Região. “Além dos serviços existentes, possui universidade, grande hospital dispondo praticamente de todas as especialidades, teatro, consultorias, comércio popular e de alto luxo”, entre outros (ANDRADE, 1987).

Neste contexto, para Oliveira (2000), a ascensão de Montes Claros como centro de uma grande região se dá de forma lenta, gradual, devido a fatores como:

- Decadência das cidades ribeirinhas e em especial, do lado oeste do Rio São Francisco, quando o eixo econômico foi afastado para o Sertão. Este foi povoado por uma vasta rede de caminhos e estradas, como a da Bahia que seguia o Rio Verde onde os povoados concentravam na sua cabeceira: Rios Vieira, Bois, Lagoinha e Canoas, local que estava Formigas, hoje Montes Claros.
- A descoberta de jazidas minerais em Itacambira, leste de Montes Claros, que ajudou a fortalecer a população da antiga Formigas.
- Os eixos econômicos da época, Zona da Mata Mineira e Rio de Janeiro, que eram feitos por Montes Claros, pois estava no caminho da Bahia.
- Os fatores ecológicos favoráveis. Pois o Município está localizado no encontro de sub-bacias hidrográficas dos Rios Jequitaiá e Verde Grande, com manifestações de vegetações diferenciadas, como matas ciliares, cerrados e caatingas. Ressalta-se aqui, outro fator hidrográfico, o de estar próxima ao divisor de águas das Bacias do Rio São Francisco e Jequitinhonha com fácil acesso as mesmas. Outro fato, era a área mais salubre para a população e conseqüentemente favorável ao desenvolvimento de centros de invernada de gado.
- Com a emancipação e consolidação do Povoado em Vila, bem como a instalação efetiva em 1832 da Câmara de Vereadores, obtém-se uma conquista institucional valiosa para o município.
- Os aspectos econômicos, atrelados às condições naturais que propiciaram sucesso na pecuária bovina e de seus artefatos, além das atividades ligadas a produção de cana-de-açúcar, algodão, salitre, vieram reforçar os fluxos do comércio e região.
- A chegada da Ferrovia à cidade, em 1926, ligando o Município e região a lugares distantes.
- Todos os fatores acima mencionados dinamizaram o centro regional, e as raízes da polarização de Montes Claros, portanto, anteriores à industrialização advinda com a SUDENE, a partir de 1960. Montes Claros evidenciou-se como principal centro industrial, comercial, político e administrativo da Região Mineira do Nordeste (RMNe).

Estes fatores são reafirmados por Carneiro (2002) quando analisa Oliveira (2000), descrevendo-os assim:

a chave para o crescimento e modernização urbana e regional foi o desenvolvimento do sistema de transportes, que favoreceu o acesso aos mercados urbanos.

Somou-se a este fato a expansão capitalista encaminhada, sobretudo, pelas políticas de incentivo, subsídios e investimentos, que acelerou a utilização do trabalho assalariado não só nas cidades, mas, também, no campo, contribuiu para o crescimento do mercado interno e para o processo de urbanização...

O acelerado processo de urbanização, na segunda metade do século XX, colocou Montes Claros como polarizador da vida econômica, política e cultural local e regional, assumindo um papel de comando na organização do espaço Norte Mineiro. (CARNEIRO, 2002: 39)

A autora refere-se à Montes Claros como centro polarizador ressaltando aspectos importantes:

- Nas últimas décadas a cidade apresenta-se com acelerada taxa de crescimento e considerável desenvolvimento na infra-estrutura urbana, fatores que possibilitam a concentração de atividades econômicas e serviços para uma grande região. Nesse sentido, sua influência como centro polarizador com cerca de 342.991 habitantes (IBGE – 2006), influencia uma população de 1,5 milhão de pessoas, principalmente pelo desempenho político e por estar inserida nas esferas estadual e federal desde o tempo do império, garantindo desta forma a singularidade do seu “*grupo de poder*”, em relação aos demais municípios da região.
- Ao longo dos 145 anos de história, o município montesclareense baseou sua economia na exportação de produtos primários, todavia conserva ainda a agricultura e a agropecuária. Hoje, a indústria é o seu principal setor econômico, perfazendo 50% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. O setor terciário é forte e de crescente complexidade. Nele, o pólo de ensino superior tem contribuído efetivamente através das Instituições Públicas e Privadas.
- Outro fator que consolidou a polarização foi sua relativa distância de Belo Horizonte e demais centros. O município devido ao “*isolamento*” buscou desenvolver sua vocação e prioridades. Muniu-se de setor econômico complexo, com quase todos os tipos de serviços e órgãos públicos estaduais e federais, fortalecendo-se como centro de serviços, administração, comércio. Esta concentração econômica forjou o embrião de uma rede urbana regional a partir de Montes Claros.

Gervaise (1975), em suas reflexões já considerava Montes Claros como uma capital regional, que dominava a região de forma absoluta. Uma dominação nos contextos extrativo, industrial, comercial, bem como, populacional, servindo ao Norte de Minas como evidências de uma rede urbana incompleta. Neste sentido entende-se que Mon-

tes Claros, como Centro Regional, servia a uma grande área de influência e organizava em torno de si, direta ou indiretamente, a hierarquia do desenvolvimento macroregional.

Com base nestas considerações analisa-se o processo de ocupação do Norte de Minas, onde está Montes Claros como cidade polarizadora desta região e o Bairro Cidade Industrial como conseqüência de expansão urbana.

Diante das reflexões já expostas, entende-se que todas as fases da evolução econômica vividas em Montes Claros foram lentas até os anos 70. A partir dessa data os setores da economia tornaram-se dinâmicos, o que modificou acentuadamente o cotidiano da cidade e da sua população. A mesma não estava estruturada para receber o fluxo populacional, industrial, comercial e financeiro que, para ela, foram atraídos. Fato que trouxe alterações nos seus indicadores sociais.

Oliveira (2000) analisa o crescimento local referindo-se a esse contexto descrevendo-o, “(...) mesmo Montes Claros, onde se concentram melhores indicadores, a situação ainda prevalece de subdesenvolvimento”. A renda se apresenta muito concentrada e a quantidade de pobres significativa.

A posição do Município é de “Desenvolvimento Intermediário”, numa região onde predominam uma das piores condições sócio-econômicas do Estado. Conseqüentemente, a população sofre injustiças na distribuição de recursos financeiros, infraestrutura e ineficiência das áreas rurais. Esses problemas citados incidem diretamente sobre os habitantes da cidade e região, e são eles frutos da política de desenvolvimento concentradora, que conduz a exclusão social de grande parte deles.

Neste enfoque, no ano de 1993, na região nordeste do sítio urbano montesclarenses, surge o bairro Cidade Industrial que teve sua ocupação físico-territorial agravada, afetando o planejamento proposto para essa localidade.

Nos anos de 1960-70, os estabelecimentos industriais de Minas aumentaram de 12 mil para 18 mil, todavia, somente a área de Belo Horizonte, apesar da ênfase da descentralização, ocupou-se de 49,7% dos mesmos (RODRIGUES, 1983).

Com os incentivos fiscais/federais para as Companhias de Distribuição de Indústrias - CDIs em Minas Gerais, cresceu o número de investimentos e a diversificação da estrutura produtiva no referido estado. Os centros polarizadores, fora da área de Belo Horizonte, experimentaram, na década de 80, forte dinamismo demográfico.

No período de 1981-91, alguns municípios do referido estado apresentaram altas taxas de crescimento geométrico anual médio das suas populações, com significativas contribuições relativas a imigrantes. Cinco municípios mineiros se destacaram: Uberlândia, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Montes Claros e Varginha.

Em Montes Claros, como em outras regiões do estado, a Companhia de Distritos Industriais aconteceu por atitudes isoladas. Foi opção locacional para reinstalar-se um pólo econômico e também importante centro populacional. Neste sentido, verificaram-se as cabíveis possibilidades de ampliação/instalação de estruturas de comunicações, transportes, aparelhamento técnico, além da expansão do capital.

O espaço urbano montesclareense passa a gozar de nova dinâmica industrial, transformação bastante sensível na sua reorganização interna. Assim sendo, as unidades industriais/produzidas foram instalando-se gradativamente, fato esse que provocou intenso afluxo populacional, pois o mercado de mão-de-obra estava em expansão, o que contribuiu para radicais mudanças na estrutura urbana. A CDI montesclareense adequou-se em sua estrutura para atender as exigências da demanda estadual e nacional. Muitas vezes, as mudanças espaciais e sociais interferiram no espaço urbano nos aspectos ambientais e sócio-econômicos.

O município, segundo estudos de Stefani e Rangel (2002), polarizou uma ampla superfície territorial e, devido a sua posição geográfica, insere-se numa rede urbana menos complexa, de dinamismo econômico mais baixo.

Na década de 1970-80 o crescimento urbano do município acelerou-se. Os deslocamentos das populações urbanas e rurais de outros municípios da região efetivaram-se na busca de novas perspectivas de trabalho. Foram constantes, principalmente devido aos contínuos períodos de seca nas áreas circunvizinhas ao município.

Verifica-se o crescimento da população e contribuição dos imigrantes no efetivo da mesma nas décadas de 1970-80 e 1980-91, do século XX, conforme TAB. 1 a seguir.

TABELA 1

Crescimento populacional e contribuição relativa dos imigrantes da década na população total dos municípios selecionados.

Municípios	Pop. 1970	Pop. 1980	Pop. 1991	T.C.G. 70/80	T.C.G. 80/91	(%) Imig. Pop. 1980	(%) Imig. Pop. 1991
Uberlândia	124.706	240.961	367.061	6,81	3,90	35,13	24,54
Pouso Alegre	38.072	57.364	81.836	4,18	3,28	28,90	23,63
Sete Lagoas	66.585	100.628	144.014	4,22	3,22	24,80	19,30
Montes Claros	116.486	177.308	250.062	4,29	3,07	22,40	19,32
Varginha	43.628	64.906	88.022	4,05	2,81	20,70	19,22

Fonte: STEFANI; RANGEL (2002). (Grifo Nosso) Yara Silveira (2003).

Observa-se que a população montesclarenses cresceu acentuadamente nas décadas anteriormente citadas. Foi significativa a contribuição dos imigrantes, devido a forte expansão econômica dos períodos supramencionados. A imigração apresentava menor taxa no período de 1980 a 1991, fato que sugere a seguinte interpretação: a manutenção da intensidade do processo de crescimento e urbanização no referido município aconteceu também nos demais, de acordo com os dados demonstrados na tabela.

Montes Claros conta atualmente com dez distritos e cento e cinquenta e dois loteamentos (SEPLA, 2006), possuindo aproximadamente 94% da população na zona urbana e 6% na zona rural (IBGE, 2006).

O Município sofre um processo de urbanização vertiginoso, a ponto de tornar-se conhecido como uma das cidades que mais cresce em Minas Gerais. Este fato, observado por diversos ângulos, mostra o acentuado progresso geométrico no traçado e nas dimensões das ruas e logradouros públicos. Suas ruas centrais, onde são formados os núcleos comerciais, financeiros e residenciais, são geralmente estreitas e pequenas, não atendendo às exigências da grande população, como também do intenso comércio e indústrias locais.

Ao analisar documentos de entidades públicas de Montes Claros, nota-se que os administradores do passado não tiveram a necessária previsão do seu desenvolvimento, fato que se repetiu de acordo com a conveniência sócio-econômica e política da época, aprovando plantas de loteamentos, com as mesmas irregularidades anteriores, sem obediência mínima aos preceitos urbanísticos, bem como cumprimento parcial de planos diretores desenvolvidos desde os anos setenta. Atualmente, esses acordos de conveniência têm sido minimizados frente à atitude mais efetiva da sociedade montesclarenses juntamente com a administração municipal.

Na década de setenta do último século, o município apresentava-se como única área regional que exercia grande atração para populações urbanas e rurais, isto é, em relação às outras que compõem a região norte mineira. Este fato deve-se a grande desigualdade nas condições de vida das populações urbana e rural, além do baixo nível de infra-estrutura e desenvolvimento dos demais municípios da região. Assim, Montes Claros tornou-se alvo de atração de intensos movimentos migratórios para as populações que deslocavam de várias cidades circunvizinhas e da zona rural do próprio município. De acordo com a SEPLA (2006), Montes Claros cresceu 244% no período de 1960 a 1978, de cinquenta mil habitantes para cento e setenta e dois mil.

... A cidade passou a ser sufocada por uma série de graves problemas de ordem social com excesso de migração, a falta de habitação, a carência de um eficiente sistema de abastecimento de água, a

inexistência de uma política agressiva de saneamento básico, o surgimento de favelas, o aumento do índice de marginalidade e criminalidade, a delinqüência juvenil (...) Uma série de problemas congêneres que clamavam por ação superdinâmica por parte do Órgão Municipal e por todos os órgãos de apoio ao desenvolvimento do Estado. (...) A densidade populacional alcançava índices de crescimento de 7% ao ano (...) o número de favelados na cidade no final dos anos 70, representava 4,2% da população urbana de Montes Claros que era aproximadamente de seis mil pessoas. (LEITE, 2002)

A década de 1980-90 foi importante para a urbanização do norte de Minas com a implantação do Projeto de Cidade de Porte Médio, que objetivava legalizar a situação da qualidade de vida das populações urbanas das maiores concentrações de cidades consideradas de porte médio no país, num pacote de benfeitorias coordenadas pelas Secretarias de Estado/Planejamento. Esse processo teve participação direta do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, que alcançou vários estados brasileiros e prefeituras locais, investindo em serviços de infraestrutura, principalmente nas áreas mais carentes dos mesmos, priorizando: acesso a casa própria/conjuntos habitacionais, legalização de posse de terra, serviços urbanos, saneamento básico, pavimentação de ruas. Esses investimentos alcançaram, também, outras necessidades estruturais nas cidades chamadas “médias” do Brasil.

No sub projeto de Montes Claros – Prefeitura Municipal de Montes Claros – está descrito seu objetivo geral:

[...] Possibilitar a população de baixa renda, especialmente a que reside em áreas invadidas ou favelas da cidade, acesso à casa própria, legalização da posse da terra, bem como a serviços urbanos e de saneamento básico elevando assim sua qualidade de vida... (MG/SEPLAN, 1983: 9)

E nos objetivos específicos:

[...] Promover a transferência de famílias das áreas invadidas para as unidades habitacionais o mais próximo possível do local em que já residem. (...) Propiciar a assistência técnica e meios – insumos que facilitam os adquirentes de lotes a alto construção de suas moradias. (...) Implantação de minorias habitacionais (Água, esgoto e fossas) (...) implantação da central de materiais de construção... (MG/SEPLAN, 1983: 9)

A partir deste período, a cidade passa a ser comandada por especulação imobiliária para atender a elite montesclarenses, que também incorpora o poder político local/

regional, principalmente nos bairros a oeste. Nesta área estão localizados os parques ecológicos de Sapucaia e Guimarães Rosa, que sofreram alterações tendo em vista os grandes empreendimentos imobiliários na área.

A década de 90 do século XX apresentou-se, inicialmente, com vertiginoso crescimento a oeste e sudeste do referido sítio urbano. Os demais bairros da cidade foram reestruturados em seus equipamentos, dentre eles o Bairro Cidade Industrial.

No período de 2000 – 2005 outros bairros foram ampliados e oficializados, década de altos investimentos na cidade de Montes Claros, também período de grandes estrangulamentos no saneamento básico, energia, comunicação e questões ambientais locais. A partir dessa data, a cidade passa a ser gerenciada por dois planos de desenvolvimento urbano: o *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano* e o *Plano de Habitação Municipal*, denominado *Habitar-Brasil*. Diante desta nova visão de planejamento e de (Res) estruturação, a denominada “Favela Coberta Suja” passou por um processo de desenvolvimento urbano, sendo nela implantada/ampliada equipamentos de urbanização prioritários para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, dentre eles: saneamento básico, serviços de energia, telefonia, transporte e educação, dentre outros; além do comércio local. Neste tempo, a favela passa a ser denominada oficialmente pela SEPLAN – Montes Claros, por “BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL”.

O crescimento urbano da cidade provocou alterações radicais entre o espaço urbano e rural do norte de Minas. A situação nas áreas periféricas de Montes Claros, e principalmente próximo à sua CDI foi evidentemente negativa no que se referiu à qualidade de vida dos seus habitantes, pois vinham em busca de trabalho e na maioria, ficavam desempregados, pois as empresas da CDI só contratavam mão-de-obra especializada e tecnicamente sofisticada; fato que veio romper repentinamente com as estruturas tradicionais vigentes.

Montes Claros passou a gozar de dois tipos de estruturas populacionais no que concerne a sua industrialização. Aquela ajustada ao novo dinamismo da economia, que ocupava os espaços urbanos planejados e organizados, devido às exigências técnicas e sociais, e a outra representada por enormes contingentes populacionais sem qualificação adequada, que passaram a ocupar de maneira desordenada os espaços urbanos vazios, como o caso da antiga favela “Coberta Suja”, hoje bairro “Cidade Industrial”. Vale ressaltar que esses dois tipos de estruturas refletem o interesse do capital na constituição de novo modelo econômico e de nova ação do Estado no que diz respeito à reorganização do espaço que buscou produzir uma nova ordem social e urbana, o que não aconteceu efetivamente em nenhuma região de CDIs do estado mineiro.

Com a expansão industrial e crescimento populacional urbano determinou-se a desagregação de antigas áreas rurais, como no estudo de caso aqui descrito. Formaram aglomerações urbanas ilegais com péssimas condições de sobrevivência. Surgiu

uma nova realidade urbana constituída pela área industrial e pelos bairros operários que emergiram de forma desorganizada e desarticulada da proposta inicial das companhias de Distritos Industriais de Minas Gerais.

O bairro Cidade Industrial: um novo urbano em Montes Claros

O “Bairro das Indústrias”, como era assim chamado na primeira proposta da Prefeitura Municipal de Montes Claros no plano estadual de cidade de “porte médio”, surgiu sem nenhuma infra-estrutura próximo a BR-135, parte noroeste da cidade, com a precariedade total, o que evidenciou uma nova realidade social local. Neste prisma, segundo Rodrigues (1983), “[...] A industrialização induzida ignora o urbano e usufrui de toda sorte de benefícios para sua realização [...] uma fronteira, uma dualidade [...] elemento ‘postoço’ à realidade econômica [...]”.

As contradições produzidas pelo avanço do capital na área da CDI e no município como um todo, reproduzem claramente as contradições geradas pelo avanço do mesmo e da indústria. Incorporou-se a ela uma força de trabalho marginal, donde a distribuição das residências evidencia a capacidade sócio-econômica dos indivíduos, os quais por si identificam a materialidade física do espaço.

O Bairro Cidade Industrial surgiu como favela, um bolsão de pobreza, em que as moradias apresentavam-se como um mosaico: lonas, caixotes, papelão, plásticos, cobertas, alvenarias, outros; construídas em forma de mutirão com característica multifamiliar.

Infra-estrutura e vida em sociedade no bairro Cidade Industrial

A rápida e desorganizada ocupação do espaço urbano do bairro agravou-se ainda mais a sua precariedade e despreparada estrutura física. No início, faltavam condições mínimas necessárias para o bem-estar social. Nessas circunstâncias sua expansão contrariou os interesses do próprio capital.

A desorganização social, redução do bem-estar da população ali fixada como habitação, saúde, higiene, alimentação, concorreu demasiadamente para inibir e/ou enfraquecer a capacidade de trabalho dos moradores ali alocados, bem como as suas condições de reivindicação. Também inibiu a participação dos mesmos na vida urbana e até mesmo de administrarem sua ordem social e política, condições básicas para melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Neste prisma, os moradores começaram a desenvolver novas relações entre os indivíduos, grupos, trabalho, vida cotidiana. Buscaram organizar-se sob princípios de desenvolvimento familiar, de crianças e jovens; de vizinhos, amigos e comunidade; de doentes, excepcionais e de saúde; de educação, materiais e de serviços; de lazer,

segurança e capital, dentre os principais fundamentos da vida social dos seus habitantes canalizando-os através do mercado e sociedade. Na tentativa de superar todas essas formas de desenvolvimento vitais para a sobrevivência humana, a vida no novo urbano periférico aconteceu na informalidade, porém à medida que as relações dos indivíduos, famílias e vizinhanças iam acontecendo, passavam para a formalidade através de associações, centros comunitários, igreja, escolas, creches, tudo planejado e protegido pela própria comunidade local e o poder público/privado.

A autoconstrução precária com ou sem infra-estrutura e transporte não era a alternativa massiva dos habitantes locais, se houvesse uma outra. Desta forma as construções clandestinas não proliferaram-se e o trabalhador/invasor do bairro “Cidade Industrial” tornou-se proprietário do seu território, mesmo que seja descontínuo e desarticulado da malha urbana de Montes Claros.

Com o tempo, a casa, o loteamento, os investimentos passaram por um processo de consolidação. A favela ampliou-se sem controle e fez-se necessário que o poder público optasse por uma política de regularização dos lotes/loteamentos, estabelecendo desta feita algumas diretrizes como: áreas para praças, lazer, escola, posto de saúde dentre outros. Aqui, o uso dos espaços do bairro revelavam o seu tempo de vida, pois iam submetendo-se a vida diária dos seus moradores, comportamentos, desejos e transformações. A população passa a ser a própria consumidora.

No local identifica-se o lugar da moradia, do lazer, do trabalho, da vida privada e lugares específicos concentrados para abrigar avenidas, ruas, praças, etc. Todavia as transformações que ocorrem gradativamente vão afastando as pessoas sem, necessariamente, romper os laços de amizade que são evidenciados nas festas, velórios, partidas de futebol, mutirões voluntários, outros. Mesmo assim, nota-se que nas transformações ocorridas entre os habitantes e no espaço existem muitas rupturas como a degradação e enfraquecimento das relações sociais ali contidas.

A reprodução das relações econômicas e sociais impostas pelo modelo capitalista, segundo Rodrigues (1983), constitui a “ordem distante” que instala uma outra invadindo a “ordem próxima”. Neste sentido, estabeleceram-se relações novas entre indivíduos, grupos e classes. Entre trabalho e vida, produção e consumo, o homem habitante da cidade passa a comprar seu morar, comer, lazer, saúde, viver, necessitando então de criar condições para o próprio desenvolvimento humano.

No que se refere ao bairro em estudo, foram entrevistados os senhores Antônio Augusto Vieira da Silva e Silvanilton Ramos Pereira (2003), ambos Presidente e Vice-Presidente da Associação de Moradores do Bairro Cidade Industrial, residentes à Avenida Planetária n.º 183, e Rua Sol n.º 85 respectivamente, que confirmaram sobre a história de ocupação do bairro, confirmando assim, os depoimentos

anteriores já descritos, e sobre a infra-estrutura do mesmo. Dentre outros relatos disseram:

- Que residem atualmente no bairro média de três mil pessoas;
- Que os habitantes ali alocados vivem, na maioria, de biscates, ajudas financeiras da Pastoral da Criança, Rotary, Visão Mundial, Prefeitura Municipal, Exército, etc.;
- Que no bairro existem em funcionamento os seguintes serviços urbanos:
- Posto de Saúde (um médico diário, duas enfermeiras, seis agentes de saúde e Programa de Saúde da Família);
- Escola Municipal Rotary São Luis com ensino fundamental e médio;
- Creche Municipal com assistência da Pastoral da Criança;
- Igrejas Católica e Evangélicas dentre elas Adventista, Assembléia de Deus, Batista, Cristã do Brasil;
- Telefones públicos;
- Mercearias (uma de médio porte e oito de pequeno porte);
- Dois depósitos de gás;
- Vários bares;
- Linha de ônibus municipal (de hora em hora);
- Assistência filantrópica do Rotary São Luis, Visão Mundial, Pastoral da Criança, Maçonarias, Sebrae-MG, ONG's, outros;
- Dois locais reservados para praças (ainda sem arborização e estrutura);
- Uma área reservada para campo de futebol.
- Centro de Reeducação do Menor Infrator (Caresami)

Na tentativa de se analisar o âmbito das relações que estruturaram o espaço do Bairro Cidade Industrial constatou-se que nele as formas de intervenção foram primeiramente desorganizadas, deformadas, levando-se em conta a ótica das características anteriormente existentes. É preciso questionar sobre a natureza dessa desordem. Foram as formas de intervenção do espaço através da ocupação urbana? Ou dos vários interesses humanos que trouxeram consigo alguma forma de crescimento

econômico, ou até mesmo contradições? Têm então, que se situar no contexto histórico-social do surgimento e crescimento do referido bairro para se encontrar possibilidades de interpretar e analisar as mudanças produzidas no espaço como: a expansão urbana e populacional, surgimento e instalações de serviços prioritários, assim como as intervenções sobre a natureza local. O espaço foi apossado, transformado e reordenado frente aos interesses humanos e do capital (Vide MAPA 2).



MAPA 2 - Mapa do Equipamento Urbano e Arborização do Bairro Cidade Industrial – 2003. Fonte: SILVEIRA, 2003. Mapa do município de Montes Claros / F. M. M. Claros.

Se o espaço é resultado das intervenções do homem e dos interesses que lhe são peculiares, entende-se que a função do geógrafo, em especial neste artigo, é ultrapassar o nível de descrição das transformações ocorridas no mesmo. Espaço que, em todo tempo, é transformado em mercadorias, invadido, doado, comprado, vendido, e que, das relações nele produzidas, surgem às verdadeiras possibilidades de intervenção. Dentro de sua estrutura simples e delimitada, esse espaço é rico no contexto de análises. Com certeza, conduzirá as reais intervenções no que se refere ao desenvolvimento humano que ali aconteceram e/ou irão acontecer.

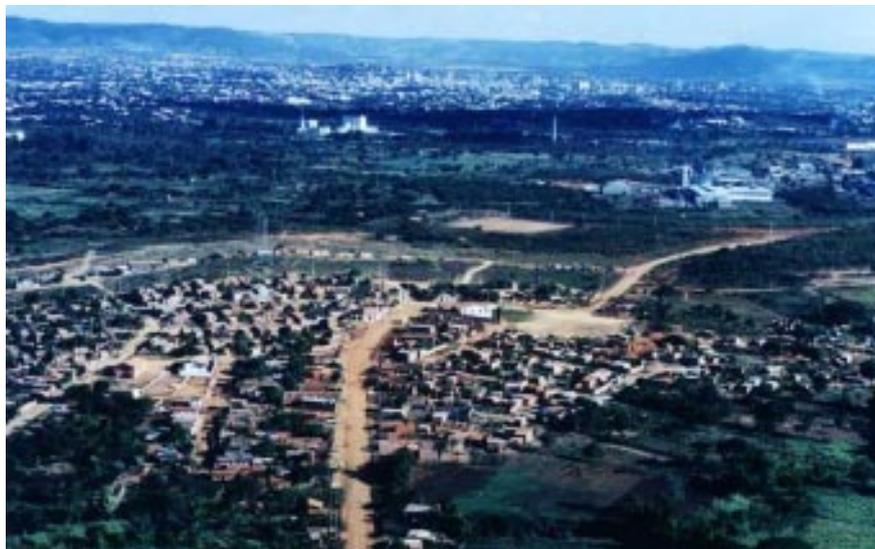


FIGURA 1 - Vista aérea do bairro Cidade Industrial, 2003
Fonte: Org. SILVEIRA, 2003.

Considerações Finais

Compreender Montes Claros, desde suas primeiras funções como “Entrepasto Comercial”, “Ponta de Trilhos”, “Princesa do Norte”, até “Pólo Norte Mineiro”, é entender a evolução do processo histórico por ela vivenciado, suas complexidades de organização, urbanização acelerada, nos últimos cinquenta anos. Retornar ao passado torna-se imprescindível para as considerações do presente, tentando inferir-se sobre as tendências futuras, numa trajetória simples, com marcas efetivas dos habitantes que por aqui vão passando, colaborando assim, para a requalificação e construção de uma Montes Claros tão sonhada por seu povo forte, sertanejo, entusiasta.

As mudanças ocorridas no tempo e espaço contribuíram para a concretização da cidade de hoje, as mesmas foram analisadas e interpretadas a luz dos acontecimentos que fizeram sua história, bem como da interação dos aspectos naturais, locais e estruturais, que refletiram todo tempo na diversidade sócio-cultural, econômica e potencialidades a ela inerentes.

Montes Claros se desponta numa região que, ainda continua buscando vencer a estagnação. Produtora de gêneros tradicionais advindos da agropecuária de subsistência transformou-se por interesses geopolíticos e estratégicos, em pólo industrial entre o sul e norte do país envolvendo a população regional, como também as de outros Estados da Federação, que para aqui vieram incentivados por planos federal e estadual. Outras se deslocaram de suas origens em busca de trabalho e melhor qualidade de vida.

Neste contexto, o centro urbano montesclarenses recebeu, a partir daí, grande contingente populacional de baixa-renda e despreparados para participar do mercado de trabalho local.

O modelo de industrialização instalado foi excludente, desajustado das condições locais e não correspondendo à integração da região ao princípio do desenvolvimento capitalista do país. Vale ressaltar que o modelo adotado desaqueceu o setor agropecuário, atividade de fundamental importância para região e município.

No período de 1978-1982 a área urbana da cidade foi beneficiada com o Programa Especial “Cidades de Porte Médio – COM”, que tinha como principais objetivos diminuir a pobreza e conter os fluxos migratórios. A aplicação deste programa nas suas metas resultou principalmente na parte central e sub-central da cidade, em obras e ações superpostas, desperdício de recursos materiais, humanos e, conseqüentemente, financeiros.

No processo de implantação das indústrias, os incentivos dos governos federal e estadual tinham prazos de vencimento, fato que levou ao fechamento de muitas delas, algumas decretando falência. O período inicial de industrialização também correspondeu ao princípio da periferização da cidade, gerando bairros de baixa renda, até mesmo de favelas, onde os habitantes encontravam-se e ainda se encontram na faixa de renda considerada baixa ou até mesmo miserável.

Montes Claros tem experimentado um crescimento vertiginoso. A cidade é predominantemente horizontalizada devido a sua morfo-estrutura e aspectos históricos do passado. As ruas centrais são estreitas e sem morfologia bem definidas no traçado. Este fato dificulta o escoamento das águas superficiais, sistema viário, circulação da população, influenciando também na instalação e efetivação do comércio. Atualmente, está sendo verticalizada devido a questões de planejamento urbano e congestão do espaço central. A partir do sub-centro e periferia, a cidade apresenta aspecto urbanístico mais moderno, com avenidas e ruas mais largas, tráfego mais fluente, porém entremeado de vazios urbanos, o que dificulta o acesso da população e encaixote os serviços.

A educação montesclarenses destaca-se pela qualidade. Montes Claros possui um ensino superior de destaque e de renome nacional. As Escolas municipais/estaduais e particulares correspondem às expectativas local/regional, bem como, escolas de idiomas, pré-vestibulares, cursos profissionalizantes, de artes e preparatórios para concursos.

Na infra-estrutura, no que concerne a instituições financeiras, cooperativas, saúde, saneamento básico e lazer, transportes, busca-se a melhoria de qualidade nos serviços. No entanto, devido às condições sócio-políticas e econômicas, também fatores

locacionais já relatados e ainda por ser Montes Claros um Centro Polarizador Regional, o município não é auto-suficiente nas funções acima mencionadas. O contingente populacional que dele dependem está acima das suas condições de gestão tanto para as áreas urbanas, quanto rurais.

Nas quatro últimas décadas do século XX, muitas foram as transformações na organização sócio-econômica da cidade, principalmente devido à expansão capitalista local. Isso atraiu populações sertanejas e de cidades menores da região para o referido município em busca de melhores condições de vida.

Essas transformações deixaram marcas nas relações sociedade e natureza. Dentre elas as mais evidentes foram a degradação ambiental, o subemprego ou desemprego, as sub-habitações, favelas e cortiços, as prestações de serviços sem controle do poder público municipal, o comprometimento no desempenho dos serviços de educação, comércio e indústria e o estrangulamento da circulação de meios de transporte, dentre outras. A lógica do capital e do mercado efetivam e comandam a organização do espaço montesclareense e norte-mineiro.

É possível se identificar as principais potencialidades e desigualdades do Centro Polarizador estudado, que interferiram e interferem no crescimento sócio-econômico do município e nas suas relações ambientais, espaciais e políticas locais que certamente contribuíram positivamente ou negativamente no desenvolvimento da cidade.

Tal fato é facilmente observado no norte do sítio urbano em estudo, área periférica em que está situado o bairro Cidade Industrial. No início dos anos de 1970, foi incorporado a área da Companhia do Distrito Industrial de Montes Claros inicialmente como área cedida a chacreiros, após como área invadida. Neste contexto, surgiu a favela da “Coberta Suja” que posteriormente originou o bairro Cidade Industrial, que em toda sua história sofreu contrapontos sociais, políticos, econômicos e conseqüentemente ambientais.

Historicamente foi constituído de construções extremamente desordenadas, em que a infra-estrutura, loteamentos clandestinos, desemprego, mendicância, prostituição, poluição, incorporavam às relações da população no seu dia-a-dia. Hoje, encontra-se semi-urbanizado, mas ainda com amplas defasagens no que diz respeito à qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Rodrigues (1989: 366) referindo-se a esse contexto diz, “A segregação espacial urbana mostra os lugares nos quais os cidadãos podem ter acesso. Este acesso depende da classe ou parcela de classe a que pertencem. Não mais cidadãos em geral, mas bem definidos pela classe social a que pertencem”

A cidade na visão capitalista pertence a todos. Faz-se necessário pensar a “ordem e disciplina” da mesma, isto é, na organização espacial cidadina, seus compartimen-

tos, infra-estrutura, relações humanas, políticas e condições ambientais. Se a cidade é este lugar de ordem e disciplina, tais enfoques têm seu início nos bairros. Diante do quadro das questões inventariadas propõem-se ações que se desenvolvidas, ampliarão as chances de garantia dos direitos sociais de cada cidadão que ali reside. Neste sentido, sabe-se que o espaço urbano reproduz contradições e lutas, mas se planejado, organizado e articulado com as políticas urbanas setoriais dará respostas positivas.

Ao concluir este artigo e como não poderia deixar de ser, estamos convictos que o “Bairro Cidade Industrial” incorporou-se à história de um novo Norte de Minas com o advento dos incentivos fiscais proporcionados pela SUDENE/ADENE.

A marca do estigma desencadeado deixou sérias e graves implicações sócio-econômicas na estrutura do município de Montes Claros e também no Norte-Mineiro. Refletiu e ainda reflete as boas expectativas até então sonhadas de um município forte, desenvolvido e centralizador. Um pólo sustentador do desenvolvimento regional. Porém seu crescimento desordenado e voltado para o capital trouxe consigo os sonhos frustrados das populações que com ele sonhavam, especialmente com qualidade de vida, tão almejada pelos sertanejos aqui fixados.

Hoje, como diz Teodomiro Rodrigues Santos (morador mais antigo do bairro): “Quase tudo acabou: as águas cristalinas, o canto do sabiá, o grande pequiheiro, o araçá, murici e jatobá. No lugar ficou o fumaceiro, a metalúrgica, o carvão, a poluição, de tudo permanece o dinheiro...” E eu cá? O que vou fazer lá?”¹

Abstract: The city of Montes Claros is strategically located in the North of the State of Minas Gerais, presenting good alternatives and possibilities for investments. It's being considered a link among the urban regions of the country, and for this, it is called “Polarized Center” in the Northern of the State. Its geographical position provides it to be an attractive pole for several profitable services, and it has been leading to immigration of the surrounding population causing rural exodus. It can be verified by the appearance of the neighborhood “Industrial City”, which appeared in 1993 in the surroundings of the city. This disordered occupation affected the urban planning of that area, causing alterations in the geographical space. In this context, it is the aim of the study, the advances and industrial-urban manifestation of the city of Montes Claros from 1970 on, emphasizing the origin of the neighborhood and its spatial and social-environmental transformations. It was looked for technical basis to carry out the study, with later data tabulation. It can be perceived the spatial-urban transformations which marked the area, becoming clear the necessity of changing the history of that place with social/economic and educational investments which will provide the changes in quality of life.

Keys-word: polarizer center; industrial city; rural exodus; immigration; link among.

¹Arranjo de Yara Maria S. C. Silveira, 2003.

Referências

ANDRADE, M. C. *Espaço, planejamento e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CARNEIRO, M. F. B. *Organização espacial de Montes Claros e a região Norte de Minas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002.

GERVAISE, I. A. *A transformação agrária do Nordeste Meridional – Norte de Minas Gerais*. n. 1. Belo Horizonte: Instituto de Geociências – UFMG, 1975.

LEITE, M. E. *Crescimento urbano de Montes Claros a partir da década de 70*. 2002. (Projeto de Pesquisa) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Montes Claros, 2002.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal de Montes Claros. Secretaria de Planejamento e Coordenação. PROJETO ESPECIAL CIDADE DE PORTE MÉDIO. *Subprojeto Montes Claros, Componente: implantação de lotes urbanizados*. Montes Claros, mar. 1983.

OLIVEIRA, M. F. M. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L; CARDOSO, J. M. A; BOTELHO, T. R. *Formação sócio-econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PEREIRA, F. M. *Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

RODRIGUES, M. L. E. *Produção do espaço e expansão industrial*. São Paulo: Loyola, 1983.

STEFANI, J; RANGEL, R. *Condições ambientais e crescimento populacional: um estudo de caso*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Trabalhos apresentados...* Ouro Preto: [s.n.], nov. 2002.

CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

GUIMARÃES, Érika Neves*
PEREIRA, Anete Marília**

Resumo: O presente artigo tem como temática central o conjunto habitacional Funcionários construído na década de 1970, na cidade de Montes Claros. A partir da análise urbanística e arquitetônica desse conjunto habitacional pretende-se contribuir para a análise dos processos sociais que ocorrem na escala intra-urbana e que contribuem para que a cidade tenha determinada configuração espacial. No caso em questão, verificou-se que o Funcionários passou por significativas alterações, perdendo, ao longo do tempo, as suas características de conjunto habitacional e se inserindo completamente na malha urbana.

Palavras-chave: urbanização; conjunto habitacional; cidade.

Introdução

Esse artigo apresenta um estudo de caso sobre o conjunto habitacional Funcionários, atualmente conhecido como bairro Funcionários, localizado na zona sudoeste da cidade de Montes Claros. Este conjunto foi escolhido como objeto de estudo por ser antigo, construído há mais de trinta anos e por estar completamente inserido na malha urbana, não se identificando mais a estrutura de conjunto habitacional seriado.

Através do urbanismo, o bairro foi analisado como uma parte integrante da cidade e, através da arquitetura identificou-se as alterações ocorridas nas residências. A metodologia empregada baseou-se no levantamento bibliográfico, pesquisa em órgãos públicos, observação direta e realização de entrevistas com os moradores com

* Arquiteta e mestranda em Desenvolvimento Social - Unimontes.

** Prof^a. Do Departamento de Geociências da Unimontes e Doutoranda em Geografia - UFU.

o objetivo de conhecer o ponto de vista dos habitantes do bairro. Nessa fase, foram aplicados questionários representando uma amostra de vinte por cento da população residente. Os dados e informações coletados foram analisados no propósito de contribuir para a compreensão dos processos sociais na escala intra-urbana.

O processo de urbanização e a questão habitacional

O processo de urbanização mundial tem se caracterizado pela rapidez e intensidade. Em menos de meio século, a sociedade se tornou essencialmente urbana. Também o Brasil, após a década de 1960, acompanhou a tendência mundial de crescimento acelerado da população urbana, nesse caso, fruto dos fluxos migratórios de famílias que deixaram o campo com destino às cidades em busca de melhores condições de vida. De acordo com Maricato (2001)

o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. (...) Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. (MARICATO, 2001: 16)

A cidade brasileira tornou-se o local onde se concentram, ao mesmo tempo, o maior número de possibilidades de trabalho e as maiores carências em relação à habitação. As construções habitacionais, até o início do século XX, ficavam sob a responsabilidade da iniciativa privada. As moradias populares eram construídas pelos próprios moradores ou fornecidas por empresários como um meio de manter o operariado próximo às fábricas. Com a urbanização e o agravamento da crise habitacional, o governo passou a interferir no processo.

Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Fundação da Casa Popular em 1946, que acabou sendo inviabilizada pela política de cunho populista adotada na época. Mas foi com o “Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção” (MARICATO, 2001: 20).

No setor econômico, o SFH era composto pelo BNH, pelos bancos privados e Caixas Econômicas, enquanto que no setor administrativo havia as Companhias Estaduais de Construções Habitacionais – COHABs e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs, responsáveis pela construção de conjuntos

habitacionais. Os mecanismos utilizados para capitalizar recursos foram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

No início do século XX, a habitação seriada e industrial surgiu como alternativa para uma das reivindicações dos operários, a moradia, já que, construir em pouco tempo e a baixo custo era incompatível com a construção tradicional. Assim, os conjuntos habitacionais surgiram da necessidade de se construir em pouco tempo um número grande de residências.

No Brasil, a construção de conjuntos habitacionais teve início na década de 1960, nas grandes cidades brasileiras, onde a demanda habitacional era maior. Os projetos eram concebidos para residências unifamiliares horizontais, residências multifamiliares horizontais (casas geminadas) e residências multifamiliares verticais (prédios de apartamentos).

A pressão exercida pelos interesses econômicos e políticos levou à construção maciça de conjuntos habitacionais extensos e monótonos, sem nenhum compromisso de ordem humana ou criativa. Além do impacto urbano causado por tipologias inadequadas ao entorno, foram detectados problemas de pós-ocupação. Muitas pessoas diferentes eram obrigadas a habitar um espaço residencial absolutamente igual. Isto levou a alteração do projeto original pelos moradores sem que houvesse nenhum tipo de planejamento.

Tal universo padronizado e hierarquizado, imposto pela forma urbana do conjunto, contém, portanto, a diversidade, expressa principalmente pela vida de seus moradores. O que quero dizer é que o seu conteúdo é fruto de um processo que se faz pelos moradores, rompendo as determinações contidas no projeto e imposto pela lógica segundo a qual foi concebido, ou seja, a lógica estadista que impõe um espaço homogeneizado, ao qual a vida dos moradores deveria se submeter. (MARTINS, 1999: 169).

Esta forma de conceber as moradias leva ao aparecimento de contradições entre o espaço concebido prescrito pelo estado e o espaço vivido pelos moradores. Isto revela que a luta pela vida no interior dos conjuntos continua com suas dificuldades e dilemas, mesmo que o sonho da casa própria tenha se realizado.

No caso específico de Montes Claros, em consequência do acelerado crescimento urbano, a partir da década de 1970, diversas políticas e programas de governo passaram a ter como linha de ação a busca de soluções para os problemas gerados pela urbanização que se apresentava em dimensões até então desconhecidas pelo poder público. Uma das primeiras iniciativas foram investimentos em conjuntos habitacionais, como forma de atenuar as pressões sociais e a demanda por habitação, como ocorreu com a construção do conjunto habitacional Funcionários, objeto desse estudo.

A cidade de Montes Claros: breves considerações

Montes Claros é uma cidade de grande destaque e importância econômica no cenário regional e tem uma formação social semelhante à de muitas outras cidades brasileiras. Sua origem está ligada ao processo de expansão da agropecuária pelo sertão do São Francisco. O núcleo original se expandiu com a evolução do comércio, a abertura de estradas, a chegada da ferrovia e, mais recentemente, com a indústria. Exercendo forte atração regional, a cidade recebeu um grande contingente populacional em curto espaço de tempo, como mostra a tabela 1.

TABELA 1

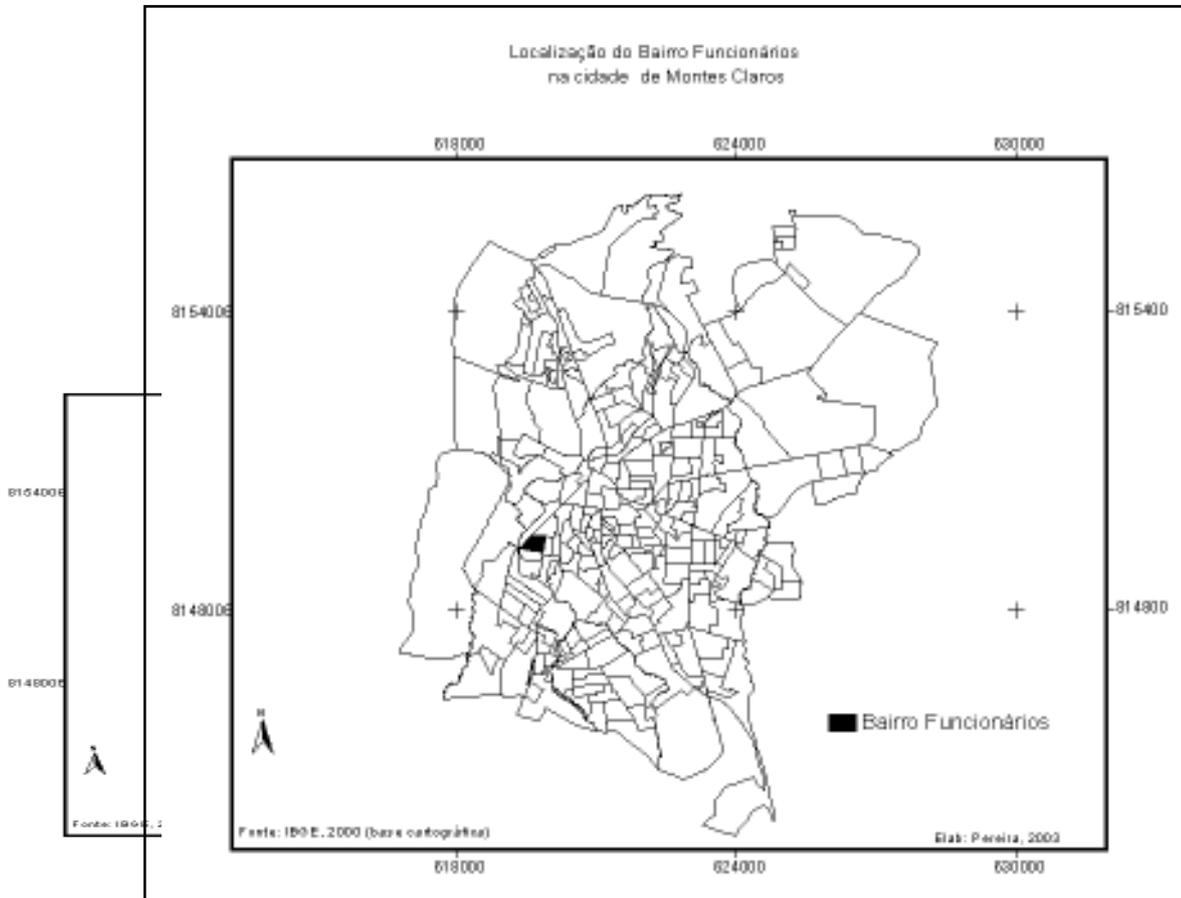
Montes Claros - evolução da população 1960 – 2000.

ANO	URBANA	PERCENTUAL	RURAL	PERCENTUAL	TOTAL
1960	43.097	42 %	59.020	58%	102.117
1970	85.154	73%	31.332	27%	116.486
1980	155.483	87%	22.075	13%	177.558
1990	250.573	89%	30.969	11%	281.542
2000	289.183	94%	17.764	6%	306.947

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2000.

Os dados apresentados mostram o rápido processo de urbanização de Montes Claros que, infelizmente, não foi acompanhado de um planejamento eficiente, o que resultou num crescimento urbano espontâneo, predominantemente horizontalizado. Em decorrência, a cidade apresenta uma área urbana de aproximadamente 97 km², com alguns trechos de maior adensamento e outros caracterizados como vazios urbanos.

É importante ressaltar que também em Montes Claros, a questão habitacional representou um grande problema após a década de 1970, quando ocorreu com mais intensidade o processo de urbanização. A maioria dos migrantes não possuía condições de adquirir a casa própria, o que exigiu do poder público medidas para solucionar o problema. Uma das alternativas encontradas foi a construção dos conjuntos habitacionais, como já vinha ocorrendo em outras cidades brasileiras. Um desses conjuntos é o Funcionários, hoje denominado Bairro Funcionários, localizado na porção sudoeste de Montes Claros, conforme destacado no MAPA 1.



MAPA 1 - Localização do Bairro Funcionários na cidade de Montes Claros.
Fonte: PEREIRA, 2003. IBGE, 2000 (base cartográfica).

O conjunto habitacional funcionários no contexto urbano

O conjunto habitacional Funcionários, construído em 1970, fazia parte do loteamento do bairro Cândida Câmara, de propriedade de Abelardo Câmara. Através da Associação dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – ASPENG e com a orientação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP, foram construídas inicialmente setenta residências destinadas aos servidores públicos. Entretanto, o programa, também foi aberto às pessoas que não eram funcionários públicos. As residências foram construídas em etapas, sendo que restaram alguns lotes vagos dentro do conjunto habitacional. Houve muita procura, já que as casas eram financiadas pelo BNH em até vinte cinco anos. As residências foram contempladas por sorteio, devido ao número elevado de interessados.

O presidente do INOCOOP na época, Aloísio Ferreira Pinto, organizou a cooperativa e o sorteio das casas. A construtora designada para a construção do conjunto foi a Andrade Valadares que contratou o Arquiteto Geraldo Alcântara como o responsável técnico pela obra. Os projetos das residências consistiam em três tipos que variavam apenas na área, sendo que todos apresentavam o mesmo programa, mudando apenas o tamanho dos cômodos.

A maior parte das residências era de aproximadamente setenta metros quadrados, divididos em seis cômodos: uma sala, uma cozinha, três quartos e banheiro. As casas não apresentavam área de serviço ou dependência de empregada, possuíam apenas um tanque na parte externa. As residências não tinham garagem ou muro frontal, tinham apenas uma mureta na frente e muros laterais.

Algumas casas conservaram as características originais. Estas moradias apresentavam telhado de duas águas com telha francesa, esquadrias de metal e um acabamento de tijolo aparente na fachada, algumas com cordão de massa em volta da janela da frente. As portas internas e externas eram de madeira e os pisos das salas e dos quartos eram de taco. Os pisos da cozinha e do banheiro eram de lajota cerâmica com azulejo até na metade da parede.

O sistema construtivo utilizado foi o convencional, não sendo empregado nenhum sistema industrializado seriado devido ao pequeno número de moradias iniciais. As fundações eram diretas com alicerce corrido feito com pedras de mão. A alvenaria era de meio tijolo furado com cinta de concreto no final da parede para receber a laje pré-moldada. As casas não apresentavam pilares de concreto armado.

Em 1970, foram construídas as primeiras setenta moradias, sendo que posteriormente, outras residências foram acrescentadas compondo o que é hoje o bairro Funcionários. O loteamento inicial apresentava lotes de trezentos metros quadrados com dez metros de frente e trinta metros de profundidade. Na época era usual implantar loteamentos sem infra-estrutura ou áreas para praças ou equipamentos institucionais. Hoje, a prefeitura obriga os donos de novos loteamentos a deixarem vinte por cento da área da gleba para praças e instituições.

No começo, as ruas não apresentavam pavimentação, eram de cascalho. Apesar de não faltar água e ter um abastecimento contínuo, as pessoas tinham como o hábito furar cisternas em seus quintais, pois a água era pura e límpida. As ruas não apresentavam arborização, o que foi acrescentado posteriormente.

O Bairro Funcionários hoje é composto pelas ruas Aimorés, João Rebello, Anhanguera, Tupinambás, Ary Colen, Guido Drumond, Sete de Setembro, Raul Corrêa e rua Cristóvão Colombo, somando um total de 266 residências. A parte sudoeste do bairro é drenada pelo rio Vargem Grande afluente do rio Vieira. Ele nunca transbordou a

ponto de comprometer as casas do bairro, sendo que recentemente foi canalizado com a construção da avenida Vicente Guimarães.

O bairro é servido regularmente por linhas de ônibus que fazem a ligação do Funcionários com outras regiões da cidade. A principal via de acesso do centro ao bairro é a avenida Mestra Fininha que já existia na época da construção do conjunto. A rua Raul Corrêa não pertencia ao conjunto, pois ligava a avenida Mestra Fininha ao bairro Major Prates. Entretanto, se tornou a única via de comércio do bairro que, junto com a rua Sete de Setembro são as principais vias de penetração do bairro.

Pode-se perceber na rua Raul Corrêa uma orientação intensa para o comércio. Funcionam vários tipos de lojas nesta rua, o que torna a vida dos moradores do bairro mais cômoda. Dentre os comércios estabelecidos pode-se encontrar: supermercado, agência de publicidade, sacolão, açougue, armarinho, locadora de vídeo, salão de beleza, bares, padarias e confecções. Esta variedade caracteriza um comércio forte e diversificado. A proximidade do bairro ao Shopping Center de Montes Claros tornou-se um motivo de valorização do mesmo.

O bairro apresenta arborização, com ruas de declividade menos acentuadas localizadas entre a rua Raul Corrêa e a rua Sete de Setembro e as ruas de maior declividade se encontram na encosta do córrego Vargem Grande entre a rua Sete de Setembro e a rua Cristóvão Colombo. Atualmente, as ruas do bairro se encontram completamente pavimentadas.

Na maioria das casas, as alterações são freqüentes, mas pode-se identificar em certas residências um padrão próprio das moradias originais. Os telhados de duas águas e os ângulos retos são típicos do módulo original. Entretanto, algumas alterações descaracterizam completamente a moradia original, não podendo ser encontrado nenhuma semelhança com as casas do antigo conjunto habitacional. Pode-se mesmo afirmar que ocorreu uma intensa modificação das características originais do conjunto habitacional Funcionários. Uma das coisas que mais caracteriza a mudança em termos visuais é a composição diferente de muros e telhados. Cada morador procurou particularizar as residências com padrões diferentes, alterando os telhados, as fachadas e os muros.

Outras mudanças que também descaracterizam completamente os módulos originais são os acréscimos de mais um pavimento às casas. O bairro apresenta residências na sua maioria de um pavimento, entretanto, algumas casas de dois pavimentos surgem em alguns pontos do bairro revelando uma tendência à verticalidade. Este fato ocorre porque os terrenos são estreitos com apenas dez metros de fachada o que leva o morador a querer aproveitar o máximo a sua ocupação.

O bairro apresenta uma construção que está completamente fora do contexto da região que é o edifício Montichiari. Este prédio possui dez pavimentos o que foge

completamente da lei de uso e ocupação de solo da região. O edifício está localizado na esquina da rua Sete de Setembro com a rua dos Aimorés. A lei de uso do solo só permite a construção de edifícios de no máximo dois pavimentos no bairro Funcionários, entretanto algumas pessoas conseguem burlar a lei e construir uma edificação que não se harmoniza com o entorno.

As construções verticalizadas, que são representadas pelos edifícios com mais de dois pavimentos, devem ser permitidas com certos cuidados e em locais específicos. Está comprovado que edifícios muito altos quando agrupados, alteram o micro-clima da região, pois bloqueiam a passagem dos ventos, aumentando o calor das áreas próximas. No caso de estarem isolados, como no edifício em questão, além de bloquear os ventos ele gera sombreamento nas casas vizinhas impedindo a entrada de luz nos cômodos. Pelo fato do bairro ser nitidamente horizontal a presença deste edifício gera um contraste acentuado com o meio-ambiente circundante.

O zoneamento urbano de Montes Claros caracteriza a região como sendo de caráter residencial enquanto que os modelos de assentamento restringem a ocupação do solo às normas preestabelecidas. Nas subdivisões dos zoneamentos existem zonas residenciais, comerciais, industriais e especiais. As zonas especiais são aquelas que delimitam usos diferenciados para o local como áreas de preservação histórica e artística, áreas de proteção ambiental, áreas para chácaras e usos institucionais como parques, praças e universidades. O bairro Funcionários se enquadra na zona residencial-1 com os modelos de assentamento ma-1, ma-2 e ma-9.

O modelo de assentamento ma-9 permite a existência do comércio local, do comércio de bairro e dos serviços locais, o que pode ser visto principalmente na rua Raul Corrêa. A área mínima permitida para os lotes é de 300 metros quadrados com frente mínima de 10 metros. A taxa máxima de ocupação que estes modelos de assentamentos admitem é de 0.6, ou seja, a construção só pode ocupar em projeção 60% do terreno.

Para o coeficiente de aproveitamento deste modelo de assentamento, o máximo permitido pela lei é 1.1, ou seja, a área máxima total permitida de construção, somado todos os pavimentos, corresponde a 1.1 multiplicado pela área do terreno. Estes modelos de assentamentos permitem a construção de barracão no fundo do terreno. O afastamento frontal mínimo é de 3 metros e os afastamentos laterais mínimos são de um metro e meio.

Transformações ocorridas no bairro funcionários

Os resultados da pesquisa são aqui analisados com o propósito de avaliar o perfil do morador e o grau de satisfação no que diz respeito à renda. Pode-se concluir pela GRÁF. 1 que o bairro apresenta vários níveis de renda familiar. Entretanto, há uma predominância da classe média que é representado pela classe de rendimentos que variam de 3 a 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos. Estes dois níveis sociais representam 81% da amostra. Não foi estipulado qual o teto de rendimentos da família, porém analisando o padrão das moradias constata-se que não se trata de classe alta.

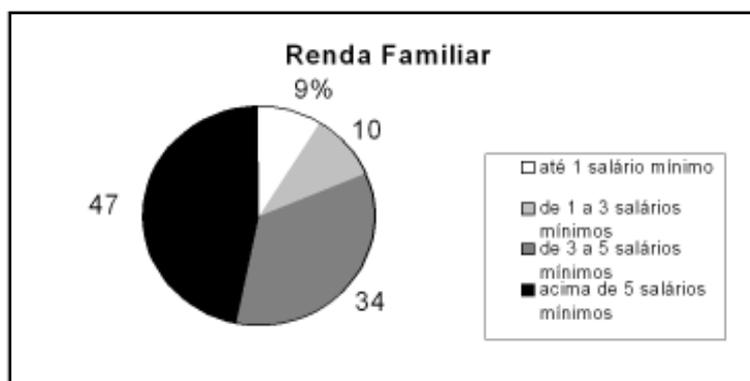


GRÁFICO 1 - Renda Familiar.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

A maior parte dos moradores entrevistados referentes à amostra mora em sua própria casa o que por conseqüência facilitou a realização de reformas e acréscimos. Apenas 8% das moradias são de casas alugadas, o que de uma certa forma contribui para se manter a residência original. As residências cedidas por terceiros foram de 5% do total, enquanto que não se observou outro tipo de ocupação residencial.

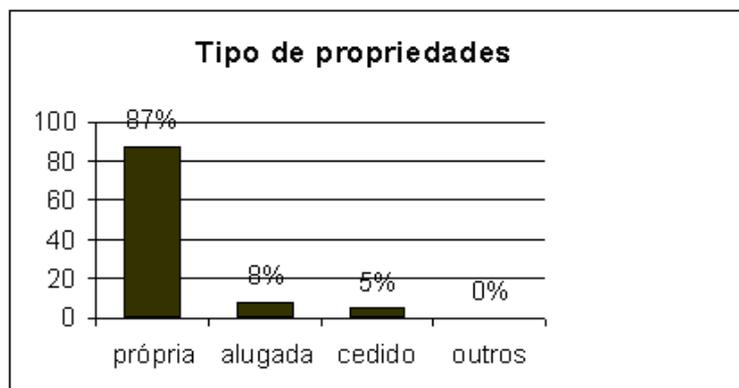


GRÁFICO 2 - Tipo de propriedades.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Os entrevistados são, na maioria, antigos no bairro, pois 66% residem no bairro Funcionários há mais de 15 anos o que propicia um maior vínculo dos moradores com o local em que habitam. Provavelmente a maior parte dos entrevistados adquiriu as residências no início do conjunto habitacional, sendo que o restante (34%) adquiriu a casa há menos de 15 anos, quando já não era financiada pelo BNH. Além disso, existe a mesma proporção de moradores com até 5 anos de moradia e dos moradores de 5 a 15 anos de residência. Como o conjunto habitacional foi construído há 32 anos, conclui-se que alguns dos moradores originais ainda residem no bairro. Nestes dados estão incluídas, também, as pessoas que vivem de aluguel ou em residências cedidas.

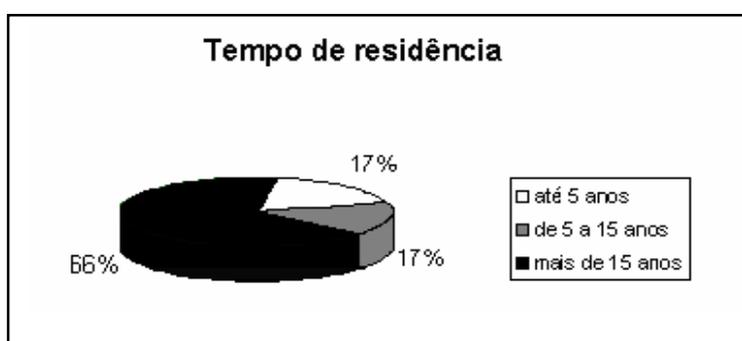


GRÁFICO 3 - Tempo de residência.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Quanto à forma como as moradias foram adquiridas, constatou-se que a maior parte dos moradores (55%) financiou sua residência. O item referente a “nenhuma alternativa” diz respeito às casas alugadas e lotes vagos que correspondem a 11% da amostra. Os proprietários novos que não fizeram parte do plano habitacional original provavelmente influenciaram para mudar o perfil do bairro que originalmente era só de funcionários públicos. Parte significativa (26%) comprou suas moradias.

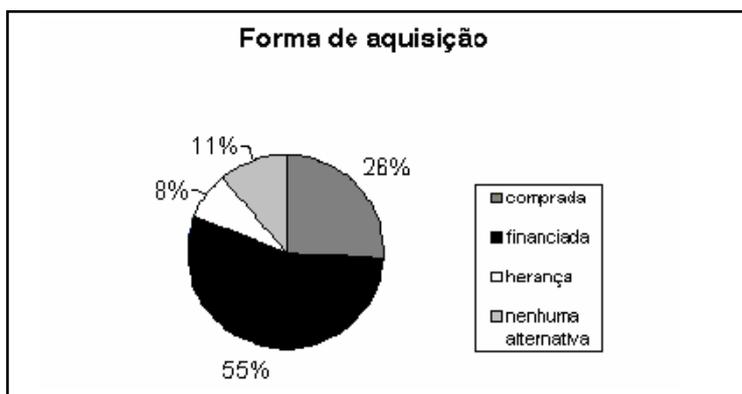


GRÁFICO 4 - Forma de aquisição.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Quanto às modificações efetuadas nas residências, pode-se perceber que o número maior de alterações se refere ao acréscimo de muro ou grade sendo que, em segundo lugar, vem o acréscimo da garagem. Segundo dados da pesquisa, o número médio de cômodos acrescentados foi de quatro unidades por residência, sendo que houve acréscimo de no mínimo, uma unidade e no máximo, 20 unidades.

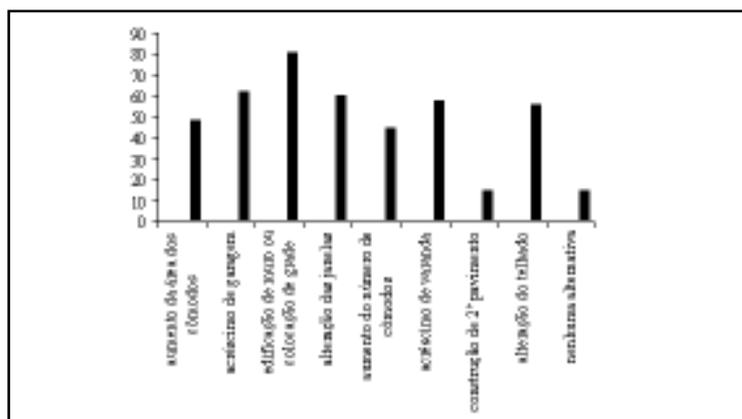


GRÁFICO 5 - Modificações realizadas na moradia
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Estes resultados refletem as alterações sociais ocorridas desde a construção do conjunto habitacional Funcionários com relação às necessidades das famílias de classe média. Adquirir um automóvel, como também, a busca de maior segurança foram mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos. Dentro do universo da pesquisa, 15% das moradias permaneceram inalteradas. A construção do segundo pavimento, também foi um item pouco assinalado, o que pode ser comprovado pela horizontalidade predominante no bairro.

Dentro do estudo qualitativo, pode-se analisar mais profundamente as questões inerentes às alterações ocorridas nas residências. Os moradores que fizeram mudanças nas casas alegaram alguns fatores responsáveis pela reforma. A resposta mais freqüente foi que a residência original era pequena e não atendia as necessidades da família de maior conforto e segurança. Alguns moradores declararam motivos estéticos ou que a residência estava velha. Poucos entrevistados responderam que necessitavam de mais sombra ou de consertar infiltrações o que gerou alterações no telhado. Em um dos casos, a moradora derrubou a moradia original, adquiriu um lote vizinho e construiu outra residência, o motivo para isto, segundo ela é que a moradia original não atendia às suas necessidades estéticas e de conforto.

Quando questionados sobre a forma como foram feitas as alterações nas construções, se utilizaram o trabalho de um profissional, engenheiro ou arquiteto, a maior parte dos moradores afirmou que as reformas foram idealizadas e construídas por pessoas leigas (encarregados de obras, desenhistas, etc). Este padrão de comportamento é comum, pois a maior parte das pessoas acha que pode construir sozinha sem nenhum tipo de orientação. O aspecto arquitetônico das casas do bairro reflete esta tendência apresentando, na maioria das vezes, um padrão simples e pouco elaborado. O item referente à “nenhuma alternativa” diz respeito aos lotes vagos e casas alugadas ou que o morador não soube responder.



GRÁFICO 6 - Reformas feitas por profissionais
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Como parâmetro para verificação da qualidade de vida do bairro, questionou-se o padrão de serviços básicos de água, luz, esgoto e coleta de lixo. Aproximadamente 70% dos moradores acham os serviços básicos bons, enquanto que cerca de 20% considera os serviços ótimos. Esses resultados mostram a grande satisfação que os moradores entrevistados têm com o bairro. Apenas uma pequena parcela acha os serviços ruins. Pode-se perceber que dentro de cada qualificação a variação de resultados é pequena de um serviço básico para o outro, o que reflete uma opinião mais homogênea.

Foi ainda solicitado que fizessem observações sobre os serviços básicos do bairro, entretanto poucos entrevistados fizeram observações a respeito destes serviços, dentre elas podemos citar:

- Necessário maior segurança no bairro com uma ronda policial.
- A coleta de lixo é insuficiente.
- A limpeza da rua é superficial.

- O bairro apresenta problemas com a drenagem pluvial.
- É necessário o re-ligamento dos postes de luz.
- A água da cidade tem qualidade inferior.

Quanto às sugestões para a melhoria do bairro, a maioria dos moradores se diz satisfeita com o Funcionários, entretanto detecta-se uma grande preocupação com relação à segurança. Um hospital começou a ser construído no bairro e como está abandonado serve de abrigo a marginais. Os moradores reivindicam que as obras do hospital sejam concluídas e que lotes vagos sejam murados, além de pedirem maior policiamento. Outros moradores acham necessário que se abram lojas de correios, caixas eletrônicas, farmácias e orelhões, além de sugerirem uma maior arborização. Algumas melhorias solicitadas nos questionários se referem à limpeza das ruas, lotes e passeios como na melhoria da coleta de lixo. Uma moradora citou a necessidade de áreas de lazer como praças e outro morador reclamou dos insetos que vêm do rio Vargem Grande. Um morador reclamou do barulho decorrente do Bar do Barril, alegando que não deveria ser permitido estabelecimentos que perturbem a paz do ambiente. Apesar das reivindicações, nota-se uma grande satisfação dos moradores com o ambiente urbano do bairro Funcionários, muitos deles responderam que não é necessário realizar nenhuma mudança.

Considerações finais

Pela análise aqui efetuada foi possível constatar que o processo de formação do bairro Funcionários vai de encontro às políticas nacionais no setor habitacional. O conjunto habitacional segue o modelo de muitos outros conjuntos habitacionais construídos no país na década de 1970. Além de ter sido financiado pelo BNH, sua construção e implementação seguiu a orientação do INOCOOP, que é um órgão governamental. Desta forma, constata-se que o conjunto habitacional Funcionários seguiu uma linha política adotada pelo governo da época.

Correntes arquitetônicas e urbanísticas modernas que se disseminaram pelo mundo ocidental após a segunda guerra mundial apoiavam a construção seriada. Os modernistas diziam que a beleza estava na praticidade e funcionalidade e que estas construções deveriam atingir um maior número de pessoas através da repetição seriada. Entretanto, o que se nota em vários conjuntos construídos segundo este modelo no Brasil e no mundo é que os moradores, quando possível, alteram a concepção arquitetônica do projeto inicial, buscando sair da padronização para uma personalização das moradias.

No bairro Funcionários, vários moradores citaram o fator estético como causa das alterações, ou seja, a beleza é subjetiva demais para ser um produto padronizável. A

moradia pode até ser bonita esteticamente, mas não agrada a todos ao mesmo tempo. O maior erro dos construtores de grandes conjuntos habitacionais é querer que muitas pessoas habitem da mesma forma.

Outro aspecto que deve ser focado é de natureza social e psicológica. As pessoas, de modo geral, gostam de ostentar um status diferenciado para a sociedade, sendo que, uma forma de mostrar sua posição social e financeira é através dos bens de consumo como casa e carro. Morar em um conjunto habitacional, devido à forma como nivela e padroniza as pessoas, diminui o status daquele cidadão diante da sociedade, criando uma forma de segregação. Uma maneira que os moradores encontram para mudar esta situação é alterar a moradia para diferenciá-los dos vizinhos.

Era necessário que os idealizadores de conjuntos habitacionais permitissem uma maior flexibilidade nas construções dando opções de variações estéticas e funcionais. A maior parte das pessoas entrevistadas disse que a residência não atendia às necessidades da família. Além disso, as concepções de projeto se detêm apenas ao tempo em que são construídos os conjuntos, não prevendo alterações futuras.

As mudanças sociais e culturais ocorridas no país, ao longo destes anos, influenciaram as alterações realizadas pelos moradores no conjunto habitacional Funcionários. Na época da construção do conjunto, poucas pessoas possuíam carro próprio, desta forma, as casas não apresentavam garagem. Naquela época, também, Montes Claros era uma cidade tranqüila com relação à segurança, sendo assim, não havia muro na frente das residências. Assim como mudaram as cidades ao longo dos séculos, mudam as residências ao longo dos anos e estas mudanças são condicionadas por questões sociais, culturais e econômicas. As modificações nas residências do conjunto Funcionários seguiram esta tendência. A maior parte dos moradores considerou que a habitação não atendia as necessidades estéticas, de conforto e segurança. Além disso, o programa arquitetônico das residências foi feito para pessoas de classe baixa, sendo que, a maior parte dos moradores é de classe média.

Um dado a ser ressaltado com essa pesquisa é o fato da maioria dos moradores do bairro não utilizarem profissionais habilitados nas reformas e alterações das moradias. Esta tendência que é conhecida não só em Montes Claros como no resto do país, tem sido combatida pelos órgãos competentes. Em algumas cidades a fiscalização é sistemática impedindo este tipo de prática, porém não ocorreu o mesmo em Montes Claros.

Para que os conjuntos habitacionais sejam adequados à realidade dos usuários é imprescindível que se levem em conta questões culturais e sociais além dos aspectos econômicos e políticos. Isto traria uma maior economia para os moradores, pois evitaria reformas sucessivas e desperdícios. Além do mais, um planejamento antecipado evitaria mudanças aleatórias sem a orientação de um profissional.

O conjunto habitacional Funcionários se tornou um bairro valorizado e aceito devido à boa localização e às alterações sucessivas feitas pelos moradores, que permitiram inserir o conjunto habitacional dentro da malha urbana. Tendo em vista uma aparente contradição, pode-se notar que apesar de descaracterizado como conjunto habitacional, o bairro Funcionários se integrou na malha urbana, pois esta não é padronizada e racionalizada como um conjunto habitacional permitindo assim, a manifestação de variações construtivas geradas pela liberdade de intervenção do cidadão.

Résumé: Le présent article a comme thématique tronc l'ensemble habitacional Funcionários construit dans la décennie de 1970, dans la ville de Montes Claros. À partir de l'analyse urbanística et architecturale de cet ensemble habitacional il se prétend contribuer à l'analyse des processus sociaux qui se produisent dans l'échelle intra-urbana lesquels contribuent à que la ville ait certaine configuration spatiale. Dans le cas concerné, il s'est vérifié que le Funcionários a passé par de significatives modifications, en perdant, au long du temps, leurs caractéristiques d'ensemble habitacional et si en insérant complètement dans la maille urbaine.

Clef de mots: urbanisation; ensemble habitacional; ville

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. *Habitação e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. *Revista GEOUSP*, São Paulo, n.5, 1999. pp. 41-55.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 121-144.

DAVIDOVICH, Fany R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio *et al.* (Org). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. pp. 79-135.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, Kingsley *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 13-34.

FALIVENE, Júlia Alves. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. In: SOUZA, Amaury de. *Qualidade da vida urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. pp. 7-101.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais. In: DAMIANI, Amélia Luiza *et al.* (Org). *O espaço no fim do século*. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 132-171.

MENDONÇA, F. *Geografia e meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 33-61.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 483-520.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Plano de Desenvolvimento Local e Integrado*. Montes Claros: Prodax, 1976.

_____. *Plano Diretor*. Montes Claros: 1970.

_____. *Projeto cidades de porte médio: sub-projeto de Montes Claros*. Montes Claros: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1980.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SAULE JR, Nelson. O direito à cidade. São Paulo: Max Limonard, 1999, p. 97 – 123.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. pp. 21-71.

SJOBORG, Gildeon. Origem e Evolução das Cidades. In: DAVIS, Kingsley *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 13-34.

REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar*

ZUBA, Janete Aparecida Gomes**

BARBOSA, Rômulo Soares***

Resumo: O presente trabalho procura analisar as relações entre reforma agrária e agricultura familiar para a promoção da sustentabilidade no campo. Trata-se de um ensaio que objetiva a aproximação de temáticas que são centrais no debate sobre o desenvolvimento rural. Assim, buscou-se refletir sobre a problemática da sustentabilidade, de alternativas de desenvolvimento: ecodesenvolvimento, desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável, caracterizando aspectos históricos e políticos dos momentos nos quais esses modelos emergem. Nessa abordagem, a reforma agrária baseada na agricultura familiar e na agroecologia, surge como perspectiva de construção de referências empíricas que possam vir a ilustrar possibilidades de produção de arranjos societários fundados nos princípios da sustentabilidade e da distribuição de riqueza.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Sustentabilidade

Introdução

A possibilidade de inospitalidade à vida humana na biosfera terrestre, decorrente dos processos de degradação ambiental, bem como, as desigualdades sócio-econômicas crescentes entre as nações e mesmo entre camadas sociais dentro das nações, apontam como dois dos principais problemas que a humanidade se depara (PÁDUA,

* Prof. do Depto de Geociências da UNIMONTES. e-mail: pyfma4@uai.com.br

** Mestranda em Geografia – IG/UFU. Prof^ª. do Depto de Geociências da UNIMONTES. e-mail: janezuba@terra.com.br

*** Sociólogo, Doutorando em Desenvolvimento e Agricultura – CPDA/UFRJ. Prof. do Depto de Ciências Sociais da UNIMONTES. e-mail: romulo.barbosa@unimontes.br

2000; ALTVATER, 1995). Tal problemática é conseqüência da forma como a sociedade mundial organiza a produção da sua vida, na medida em que essa organização coloca em xeque a possibilidade de sobrevivência humana no planeta.

Nesse contexto, ganham relevo os estudos sobre a necessidade de compatibilizar desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental, ou nos termos do *Relatório Brundtland*, de gestão de processos que garantam a satisfação das necessidades presentes sem colocar em risco a chance das futuras gerações realizarem as suas.

Há por um lado, as discussões centradas na necessidade de internalização de custos ambientais à lógica do sistema capitalista, e por outro, discussões que preconizam a necessidade de se constituir novas referências civilizatórias, alterações no padrão de produção e consumo dos países centrais, que conforme Furtado ([1974], 1996) estes se configuram como não universalizáveis.

Tanto a crítica do processo de capitalização da natureza (LEFF, 1998; STAHEL, 1998; ACSELRAD, 1998), quanto as noções do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986) ou do desenvolvimento em escala humana (MAX-NEEF, 1986), apontam elementos iluminadores das análises de processos sociais que podem ou não estar indicando caminhos rumo ao enfrentamento da degradação ambiental.

Entram em cena e tomam destaque, tanto acadêmico quanto sócio-político, os estudos sobre a importância estratégica da agricultura familiar para o desenvolvimento rural brasileiro, bem como, seu desempenho sócio-econômico em comparação com a agricultura patronal (VEIGA, 2000, 2000a; ABRAMOVAY, 2000; BITENCOURT, 2000).

Os impactos sócio-econômicos do processo de reforma agrária brasileiro vem corroborando a tese da importância do reordenamento fundiário baseado na agricultura familiar. (LEITE *et al.* 2004; LEITE, 1994, 2000; MEDEIROS e ESTERCI, 1994; GUANZIROLI, 1994). Nas discussões sobre os efeitos ambientais da modernização agrícola brasileira e da necessidade de mudanças no padrão técnico-produtivo à luz da sustentabilidade agrícola, surge a proposta da agroecologia como referência para a agricultura familiar (DAYRELL, 1998; CORDEIRO *et al.*, 1996; VON DER WEID, 1994).

O processo de reforma agrária enquanto expansão da agricultura familiar e a agroecologia como referência para o desenvolvimento desta agricultura têm constituído um campo importante e fértil para os estudos sobre a problemática sócio-ambiental de nosso tempo. Nesse sentido, o que se propõe neste texto objetivam refletir, à luz da literatura, sobre a sustentabilidade do desenvolvimento rural baseado na promoção da agricultura familiar e da agroecologia.

Ecodesenvolvimento

Para Leff (1998), nos anos 70 com a emergência das discussões sobre a crise ambiental criou-se as condições para que se debatesse a necessidade de frear o crescimento econômico sob pena de um desastre ecológica. Nesse sentido, o crescimento econômico era incompatível com a conservação dos recursos naturais. Havia uma contradição entre meio ambiente e crescimento econômico. Surge daí as estratégias do ecodesenvolvimento para o enfrentamento dessa contradição. Nessa perspectiva, havia a possibilidade de construção de uma nova ordem social, ou seja, tinham “las posibilidades de desconstruir el orden económico antiecológico y de transitar hacia un nuevo orden social, guiado por los principios de sustentabilidad ecológica, democracia participativa y racionalidad ambiental” (LEFF, 1998: 1).

É Ignacy Sachs o principal formulador da proposta do ecodesenvolvimento que preconiza a necessidade do desenvolvimento de tecnologias ecológicas pelos países do terceiro mundo, objetivando tanto a construção de um novo paradigma de desenvolvimento em bases sustentáveis e com outros princípios societários, quanto a emancipação da dependência tecnológica, rumo a um padrão de desenvolvimento endógeno, fundado na capacidade de autogestão dos povos do lugar (SACHS, 1986).

Nos termos do autor:

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e os espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança, resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloqüentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza (SACHS, 1986: 18).

Nesse sentido, o ecodesenvolvimento implica não somente a alteração tecnológica dos fatores de produção, mas também uma mudança nas estratégias/relações de poder frente aos processos de apropriação da natureza (LEFF, 1997).

Desenvolvimento em Escala Humana

O Desenvolvimento em Escala Humana é orientado pra uma adequação das necessidades humanas, com geração crescente de autodependência. Seu principal formulador é Manfred Max-Neef. Nessa perspectiva, o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos. Aponta para o aprofundamento da democracia, ou seja, a articulação da democracia política com a participação social. Procura combinar processos de desconcentração econômica, descentralização política, fortalecimento de instituições democráticas e autonomia crescente dos movimentos sociais emergentes e conciliar participação com heterogeneidade (MAX-NEEF, 1986).

A autodependência é uma interdependência horizontal e não um isolamento das nações, regiões, comunidades locais ou culturas. A geração de autodependência se dá através do protagonismo real das pessoas nos distintos espaços e âmbitos, que podem impulsionar processos de desenvolvimento com efeitos sinérgicos para satisfação das necessidades. Por exemplo: romper com a pauta de consumo dos países ricos exportam e impõem, reduz dependência cultural e econômica e torna possível um uso mais eficiente dos recursos gerados na periferia, produzindo autodependência. As articulações orgânicas, são articulações do Micro com o Macro, ou seja é a complementariedade entre processos globais e processos microespaciais e não o isolamento entre os dois espaços (MAX-NEEF, 1986).

Para Max-Neef (1986) o melhor processo de desenvolvimento é aquele que permite elevar a qualidade de vida das pessoas. Para ele, a promoção do desenvolvimento envolve a articulação entre as *necessidades humanas*, os *satisfatores* e os *bens econômicos*. As necessidades humanas são existenciais e axiológicas: ser, ter, fazer, estar, subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Os satisfatores são as maneiras e meios utilizados para a satisfação das necessidades. Os bens econômicos são os meios pelos quais os sujeitos realizam seus satisfatores para suprir suas necessidades.

Podemos sintetizar o Desenvolvimento em Escala Humana nas seguintes palavras de Max-neef (1986: 60), ele significa “Mobilizar os grupos e comunidades para que possam transformar suas estratégias de sobrevivência em opções de vida, e suas opções de vida em projetos políticos e sociais organicamente articulados no espaço nacional.”

A questão central do Desenvolvimento em Escala Humana reside na necessidade de combinar processos de desconcentração econômica, descentralização política, fortalecimento de instituições democráticas e autonomia crescente dos movimentos sociais emergentes, conciliando participação com heterogeneidade.

Desenvolvimento Sustentável

Conforme Silva (1999), a noção de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável é herdeira da “onda ecológica” dos anos 60. Neste período, segundo Gonçalves (1989) houve uma proliferação de movimentos que questionavam a “sociedade tecnológica-industrial de consumo” estabelecida, sendo que neste bojo surge e ganha dimensão a questão ambiental.

Georgescu Roegen (1971) mostra os limites físicos do planeta frente a expansão econômico-produtiva em sua obra *A Lei da entropia e o processo econômico*. A percepção entrópica se funda nos postulados da 2ª Lei da Termodinâmica¹. Nos termos de Stahel (1998: 105), a Lei da entropia sustenta que num sistema fechado há uma “tendência à transformação da energia livre ou disponível em energia dissipada ou presa e não mais disponível”. Assim, processos que aceleram a entropia estão acelerando a morte do sistema, na medida em que apressa a indisponibilização de energia.

Nessa perspectiva, o planeta Terra e seus recursos naturais são vistos como um sistema fechado. Conforme Stahel (1998), a Terra também pode ser pensada, em termos energéticos, como um sistema aberto por receber radiação solar e sintetiza-la para a produção de vida na biosfera. Pode também ser considerada um sistema estável, do ponto de vista material, já que a biosfera está constantemente realizando a reciclagem de material. Entretanto, pensa-la como um sistema aberto não invalida a tendência entrópica do sistema, na medida em que o próprio Sol, em última análise, também está sujeito à Lei da Entropia. A questão central é que há processos sócio-econômicos e produtivos que caminham na contramão da reciclagem material e do equilíbrio energético e que conseqüentemente são aceleradores da entropia do sistema. Os processos produtivos que são transformadores de energia livre em energia dissipada, como por exemplo a poluição do ar pelas fábricas, são vistos como processos que geram a degradação do planeta, ou seja, aceleram a entropia do sistema.

Em 1971, ocorre em Founex o encontro preparatório da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano que de seu em 1972, sendo considerada o marco inicial dessa discussão (SILVA, 1999). Segundo este autor, essa Conferência tinha

¹ As Leis da Termodinâmica foram formuladas por R. Clausius em 1865.

como principal questão “encontrar meios para conter a poluição nas suas diversas formas” (SILVA, 1999: 2).

Ainda em 1972, é publicado o relatório *Os Limites do Crescimento*, pelo chamado Clube de Roma, onde se aponta os “limites físicos planetários para o prosseguimento da marcha acumulativa da contaminação, da exploração dos recursos e do crescimento demográfico” (SILVA, 1999: 3). No final dos anos 70 é deflagrado um processo de críticas aos estilos “modernos/ocidentais” de desenvolvimento e também às visões ecológicas biocêntricas e preservacionistas.

Em 1984, constituiu-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ligada às Nações Unidas. Esta Comissão tinha como objetivo a realização de estudos referentes a esse tema, sendo que em 1987 é publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*². É a partir desse documento que se populariza a noção de Desenvolvimento Sustentável, por ele definido como um processo que garanta “a satisfação das presentes necessidades e aspirações do homem se que se reduza a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (WCED, 1987).

No Rio de Janeiro, em 1982, é realizada a ECO-92, onde o relatório *Nosso Futuro Comum* figura como a referência fundamental dos debates oficiais. Em Johannesburgo, em 2002, ocorre a RIO+10, ou seja, uma conferência que teve como objetivo avaliar os encaminhamentos das proposições do evento realizado no Rio de Janeiro dez anos após.

O conceito de desenvolvimento sustentável por ser amplo e rapidamente incorporado pelos discursos oficiais sofre importantes críticas. Conforme Silva (1999: 1) ele funciona como uma espécie de “camisa que veste em todos os corpos”, por ser impreciso e relativamente vago.

Para Viola e Leis (1992) este conceito obteve um reconhecimento que o ecodesenvolvimento não conseguiu. Uma das razões é a sua amplitude que busca o terreno do consenso. Entretanto, se há um consenso quanto à importância de satisfazer as necessidades da geração atual sem impedir que as próximas as satisfaçam, não há consenso quanto às formas e estratégias necessárias e adequadas.

Stahel (1998) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável foi rapidamente assimilado pelo debate ecológico, seja nas instâncias oficiais, seja no movimento ecológico. Porém, não há um mínimo de consenso quanto ao seu significado. Para este autor, o esforço deve ser o de trazer o debate dos termos abstratos para a discussão da sustentabilidade ou não do desenvolvimento capitalista.

² Este termo refere-se a Gro Harlem Brundtland, norueguesa então Presidente da Comissão.

Nesse sentido, os mecanismos de mercado surgem como os meios eficazes para a incorporação dos recursos ecológicos ao processo de crescimento econômico. Dessa maneira, os problemas ecológicos não seriam derivados da lógica da acumulação capitalista, e sim, do fato de não ser imputado aos recursos ambientais e bens comuns, direitos de propriedade e preço. Realizando isso, o mercado se encarregaria de ajustar os custos ecológicos do processo de acumulação capitalista na perspectiva da equidade e da gestão racional do ambiente (LEFF, 1998).

Ganha força, a partir dos anos 90, a perspectiva da internalização de custos ambientais. Para Leff (1998: 2), para realizar tal proeza, o discurso neoliberal se funda numa dupla operação: por um lado, tenta-se incorporar os “custos ambientais do progresso”, e por outro, realizam um “cálculo de significação” que recodifica o homem, a natureza e a cultura em capital.

Trata-se de tentar imputar uma lógica quantitativa à valores qualitativos, ou seja, a crença de que:

Os efeitos qualitativos que acompanham e decorrem do processo econômico e que passam a por em risco o equilíbrio vital para a sustentabilidade deste mesmo processo possam ser de tal modo reduzidos a um valor monetário, mediante a aplicação de impostos, regulamentações, etc. (STAHHEL, 1998: 109).

Dessa maneira, o debate da sustentabilidade ao não ir fundo na discussão sobre o mercado, que é a base do sistema capitalista, e ao acreditar que se pode conseguir o desenvolvimento sustentável através dos mecanismos de mercado, passa a crer na solução via “mão invisível”.

Além da dificuldade ou impossibilidade de se computar os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, existe uma característica inerente ao funcionamento do sistema capitalista em descompasso com a biosfera: o tempo. O tempo da biosfera está adaptado aos processos biológicos da terra, os ciclos de matéria e energia, cujo equilíbrio é a base da sustentabilidade. A lógica da acumulação capitalista por sua vez, busca acelerar os fluxos de matéria e energia, gerando um enorme descompasso entre os tempos da biosfera e o do desenvolvimento capitalista (STAHHEL, 1998).

Portanto, a busca da sustentabilidade passa pela necessidade de adequação do tempo histórico ou social ao tempo da biosfera. Ou seja, a construção de processos produtivos poupadores de energia e incorporadores da reciclagem, que levem a não acelerar a entropia do sistema Planeta Terra.

Acsegrad (1998) afirma que os estudos sobre a internalização de custos ambientais enfrentam duas dificuldades básicas que residem em como quantificar os custos ambientais e em como incorá-los à dinâmica produtiva e institucional. Para esse

autor, a ação humana sobre o meio ambiente não pode ser considerada a partir da lógica de empreendimentos individuais privados ou da esfera das mercadorias. Isso porque a sustentabilidade global não é igual à soma de “intervenções sustentáveis” da multiplicidade de agentes econômicos.

Dessa maneira, a questão da sustentabilidade é objeto do âmbito político, na medida em que “o equilíbrio dos ecossistemas se constitui como um bem público que só poderia ser regulado na esfera política, à luz do interesse coletivo, caracterizado por processos democráticos de legitimação” (ACSELRAD, 1998: 131).

Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia

Historicamente, a modernização do campo brasileiro, denominada conservadora, foi pautada pelo amplo investimento na agricultura patronal e na articulação do capital financeiro com a grande propriedade rural, sobretudo, para a constituição dos CAI-Complexos Agroindustriais (DELGADO, 1985).

As políticas de desenvolvimento voltadas para a modernização da agricultura no Brasil nas últimas décadas, baseadas na introdução de tecnologias agroquímicas e mecanização tiveram como principais resultados sócio-ambientais: o êxodo rural, o empobrecimento das populações do campo e a degradação ambiental, com a contaminação, salinização e erosão dos solos, desmatamentos, assoreamento de cursos d'água, dentre outros.

A questão agrária no Brasil remota, pelo menos, a 1850 quando da instituição da Lei de Terras e em 1854 com o decreto que regulamentou o mercado de terras no país. Na primeira metade do século XX até o golpe de 1964 as lutas sociais rurais tiveram como tema central a problemática da reforma agrária no bojo das discussões sobre as reformas necessárias a modernização do país ou da solução dos problemas do campo. O Estatuto da Terra³ redefine o direito de propriedade no Brasil. De acordo com Leite et al. (2004, p.38), com o Estatuto da Terra tornou-se “juridicamente possível” a intervenção sistemática na distribuição da propriedade, ainda que esta não tenha se tornado uma prática efetiva. Além disso, foi criada uma tipologia de classificação dos imóveis rurais objetivando a definição de critérios para tais intervenções, conforme a seguir: a) latifúndio por dimensão; b) latifúndio por exploração; c) minifúndio; d) empresa rural; e) propriedade familiar. Também foram definidas “áreas prioritárias de reforma agrária” e a áreas passíveis de desapropriação por interesse social, indenizadas com títulos da dívida pública, que posteriormente vieram a ser conhecidos como TDA's ou Títulos da Dívida Agrária.

³ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

No início dos anos 80 os estudos sobre os assentamentos rurais debatendo a questão agrária entram novamente em pauta. Uma parte dos estudos discutia a importância da reestruturação fundiária para a solução de problemas socio-econômicos e políticos. Outra parte, em contraponto, afirmava que o setor agro brasileiro era moderno e industrializado e cumpria o seu papel de fornecimento de alimentos e matérias-primas, sendo desnecessária a discussão sobre o reordenamento fundiário com vetor importante no processo de desenvolvimento econômico do país. Nos anos 90 ocorre uma ampliação dos estudos sobre os assentamentos rurais, tendo como uma das perspectivas importantes a discussão da viabilidade econômica, dos efeitos políticos e da melhoria das condições de vida das populações assentadas (MEDEIROS; ESTERCI, 1994).

Os assentamentos rurais compreendidos dentro de um processo de reestruturação fundiária, tem se revelado instrumento fundamental para o desenvolvimento rural brasileiro. Para além dos impactos sócio-econômicos da unidade produtiva, os assentamentos potencializam, nas regiões onde estes são instalados, uma “nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc.)”, também fomentam a participação social, na medida em que se constituem associações de assentados, sobretudo em locais onde esta é “uma prática política por vezes desconhecida” (LEITE, 2000: 46).

Deve-se destacar a capacidade dos assentamentos rurais de geração de emprego e renda e de melhoria das condições de vida, com maior eficácia do que outras alternativas existentes no campo ou nas cidades. Ainda, conforme Leite (1994), o custo para o assentamento de uma família é inferior ao custo para a criação de empregos em outras áreas da economia. (LEITE, 2000: 46)

O estudo *Impactos dos Assentamentos*, publicado em 2004, analisou os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais em 09 estados brasileiros, totalizando 92 assentamentos e cerca de 15000 famílias entrevistadas. Foram produzidas informações importantes para a discussão sobre a estratégia de promoção da reforma agrária como mecanismo de desenvolvimento rural (LEITE *et al.*, 2004).

A área média dos lotes nos assentamentos é de 35,5 hectares. A assistência técnica recebida foi considerada freqüente por apenas 55% dos entrevistados. O valor médio do crédito rural recebido por família no ano agrícola foi de R\$ 2.214,45. A renda média bruta familiar mensal gerada foi de R\$ 312,42 no ano de 1999, cerca de 2,3 salários mínimos, que naquele ano era de R\$ 136,00 (LEITE *et al.*, 2004). Essas informações permitem afirmar que os assentados da reforma agrária no Brasil num quadro de restrições, área disponível, assistência técnica, crédito, dentro outras⁴,

⁴ Ver no estudo, por exemplo, a situação referente a infra-estrutura coletiva, estradas, escolas, etc.

conseguiram produzir um rendimento familiar expressivo, dinamizando a agricultura desses locais.

A análise do processo de assentamento de agricultores sem terra no Brasil deve ter como elementos fundamentais as possibilidades de melhoria da qualidade de vida das populações via ampliação do acesso aos recursos materiais e do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

De acordo com Stiglitz (2000) os processos de distribuição de terras que visam reduzir a desigualdade ou caminhar nos trilhos da promoção da equidade são geradores de eficiência para a economia como um todo. Para Veiga (2000) os programas de assentamentos rurais assumem o papel de vetor de expansão agrícola, devendo ser estes a base de um novo modelo de desenvolvimento rural brasileiro.

A Promoção da Agricultura familiar

O conceito agricultura familiar⁵ tratado neste trabalho esta referenciado na definição de (RIBEIRO, 1996), a saber: um tipo de agricultura caracterizada pela propriedade/posse dos meios de produção associada ao trabalho familiar; produção destinada ao auto-abastecimento, com algum nível de intercâmbio com o mercado; dificuldade de distinção dos retornos referentes à terra, trabalho e capital; etc.

A partir dos anos 1990, entra de forma protagônica na agenda política e social, a importância da agricultura familiar nas estratégias de desenvolvimento rural do país, sobretudo, através da expressão da sociedade civil (vide os sucessivos GRITO DA TERRA⁶, etc.).

As discussões sobre a necessidade de se formatar uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, impulsionando a agricultura familiar como geradora de emprego e renda e sobretudo na manutenção das populações rurais em seus locais de origem, tem se tornado central nos debates políticos, sociais e teóricos⁹.

A transformação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em Ministério do Desenvolvimento Agrário, passando a abrigar um conjunto de políticas destinadas à

⁵ O conceito de agricultura familiar é produto de um debate amplo e controverso, para aprofundar na discussão confira: Lovisoló (1989); Lamarche (1993); Abramovay (1992); dentro outros.

⁶ Manifestação de trabalhadores rurais organizada anualmente pela CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁷ Há um grande esforço teórico e político centralizado no Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento-NEAD, capitaneado por José Eli da Veiga, atual Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CNDRS. (Cf. VEIGA, 2001; VON DER WEID, 2001; SILVA, 2001, ABRAMOVAY, 2000 & 2000a).

agricultura familiar, sobretudo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, convivendo com o Ministério da Agricultura e Abastecimento, que comporta ações voltadas para a agricultura patronal, os complexos agroindustriais, etc [...] aponta para a existência de visões ou modelos de desenvolvimento rural em confronto ou em disputa no seio do Governo Federal.

As discussões sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e o comparativo relacional com a agricultura patronal ganham relevo a partir do debate sobre o desenvolvimento sustentável, necessidade de geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local. Nesse cenário, as políticas de reforma agrária e de crédito para a agricultura familiar, “refletem e alimentam” o debate na sociedade (BITTENCOURT *et al.*, 2000).

A Agroecologia

A agricultura é um sistema de produção de alimentos, que, segundo Sanoja (citado por CHONCHOL, 1994) articula três componentes: a) ambiental ou ecológico, b) tecnológico, e c) econômico e social. Sendo que: a) consiste na base física, solos, vegetação, clima, relevo, fauna, etc.; b) instrumentos e meios de produção, técnicas e métodos; e c) formas de organização social da produção, distribuição e consumo, tipos de relação com a terra e entre os membros do grupo, entre outros (CHONCHOL, 1994).

De acordo com Altieri, (citado por DAYRELL, 1998: 24), é crescente no meio científico a crença na necessidade de reorientação dos sistemas de produção rurais “em modelos ecologicamente factíveis no uso dos recursos naturais e que consigam dar conta da problemática social e econômica no interior do universo rural-urbano”. Entretanto, segundo este autor, tem-se predominado o enfoque tecnológico, ou seja, há por um lado a ênfase na biotecnologia, no desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, e por outro, destaca-se uma “agricultura de substituição de insumos agroquímicos, caros e tóxicos, por insumos alternativos (biofertilizantes e biopesticidas) mais benignos ambientalmente”.

Entretanto, estes enfoques não enfrentam o núcleo da problemática sócio-ambiental da agricultura, “uma vez que não se atentam às bases sociais e ecológicas da instabilidade da agricultura moderna”. São enfoques reducionistas, na medida em que vêem a produção rural apenas como um “empreendimento empresarial de caráter eminentemente tecnológico” (DAYRELL, 1998: 24).

Os sistemas agrícolas são produtos culturais e os fatores determinantes da agricultura não terminam nos limites do campo, sendo que as estratégias agrícolas não só respondem às pressões bióticas e de pro-

cesso de cultivo, como também refletem estratégias de subsistência e condições econômicas dos agricultores (HETCH, 1993 *apud* DAYRELL, 1998: 24).

Pode-se entender a agroecologia, segundo Ehlers (1996: 116) como “um paradigma científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, já que estuda os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica e sócio-econômica”.

Conforme Won der Weid (1994) a agroecologia deve ser compreendida como uma ciência baseada “na aplicação das leis da ecologia aos sistemas de produção agrícola, a qual busca harmonizar atividades produtivas e meio ambiente”.

A agroecologia é um sistema que busca harmonizar o equilíbrio dos processos e ciclos ecológicos com a produção agrícola, na perspectiva da construção de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Considerações Finais

As discussões sobre a sustentabilidade se inserem num terreno amplo e controverso. A noção de desenvolvimento sustentável torna-se hegemônica entrando nas agendas oficiais internacionais. Entretanto, torna-se fundamental não mais indagar sobre ser a favor ou contra a sustentabilidade do desenvolvimento, mas de qual sustentabilidade determinado ator social está falando. Necessariamente, trata-se de um debate de concepções, de disputas sobre formas e estratégias de sua promoção.

Os processos de reordenamento fundiário através dos assentamentos rurais promovidos pelo Estado brasileiro devem ser analisados não apenas em termos de seus efeitos sócio-econômicos, de inclusão social, mas, fundamentalmente, da possibilidade de fomento a agricultura familiar.

Nesse sentido, atividades que promovem processos produtivos fundados nos princípios da agroecologia em áreas de assentamentos rurais indicam a possibilidade de construção de um novo referencial agrícola, que caminha na direção de uma concepção de sustentabilidade, necessariamente, em disputa.

Há experiências sendo desenvolvidas que minimizam ou eliminam determinados impactos, e garantem a reprodução sócio-econômica e cultural das populações. Pode-se destacar o trabalho de Organizações Não Governamentais, pertencentes à chamada Rede-PTA, que trata-se de mais de 30 instituições espalhadas pelo Brasil, derivadas, na maioria, de projetos locais de Tecnologias Alternativas, que se desdobram em ações de fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar, na perspectiva da sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas e da reprodução de suas populações.

Nos Gerais de Minas não é diferente, pode-se destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Agricultura Alternativa, que trava uma verdadeira batalha, na construção de referências agroecológicas fundadas numa outra relação entre o homem e natureza, onde a lógica da sustentabilidade cresce em reconhecimento e credibilidade, enfrentando a perspectiva dos mega-projetos de reflorestamento, pecuária extensiva, agricultura irrigada.

Portanto, a reforma agrária, através dos programas de assentamentos rurais, pode contribuir de forma decisiva para o reordenamento fundiário com vistas à ampliação do número de estabelecimentos rurais e de fortalecimento da agricultura e do conjunto das atividades rurais. Assim, além da democratização do acesso à terra, as experiências de reforma agrária brasileira pode engendrar, também, padrões produtivos sustentáveis procurando costurar a necessidade de desenvolvimento econômico do setor agro com a perspectiva da sustentabilidade.

Abstract: This paper to analyze the relation between the agrarian reform and the family agriculture to promote sustainability in the countryside. It's an essay aiming the approximation of themes, which are central in the debate concerning the rural development. Thus, there was an effort to reflect about the problem of sustainability, or development alternatives: ecodesvelopment, human development and the sustainable development, characterizing historical and political issues of the moment, these models emerge. In this approach the agrarian reform based on the family agriculture and in the agroecology, emerges as a perspective of construct of empiric references, which may illustrate possibilities of societal arrangement, grounded in the sustainability principles of the richness distribution.

Keys-word: Agrarian Reform; Family Agriculture; Sustainability.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP, 1992.

BITTENCOURT, G. *et al. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: NEAD, 2000.

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas Agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Contexto, 1989. Cap. II – O contexto histórico-cultural de onde emerge o movimento ecológico. Cap. III – Lutas Sociais, Lutas Ecológicas.

LEITE, Sérgio P. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: NEAD. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: NEAD, 2000.

_____. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas. In: MEDEIROS, L. S. *et al.* (Orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

MAX-NEEF, Manfred, *et al.*. Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro. In *Development Dialogue*, número especial. Santiago – Chile: Cepaur/Fundación Dag Hammarsköld, 1986.

MEDEIROS, Leonilde S. de; ESTERCI, Neide. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

PÁDUA, José Augusto. *Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário*. Rio de Janeiro: FASE, 2000. (Série Cadernos de Debate, n.6)

SILVA, Carlos Eduardo M. Desenvolvimento e Sustentabilidade: o caso do sertão norte-mineiro. In: DAYRELL, C. A; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

STAHEL, Andri W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

STIGLITZ, Joseph. Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando a Segunda Geração de Reformas, In: NEAD. *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Brasília: MDA/NEAD, 2000.

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: NEAD. *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília: NEAD, 2000.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS Hector R. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* (Orgs.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DESCENTRALIZAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira*
CARVALHO, Ailton Mota de**

Resumo: A partir de uma perspectiva global entende-se o processo de descentralização política na América Latina e no Brasil e dentro desta movimentação encontra-se a Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei 9.433/97. Esta lei adota a bacia hidrográfica como a unidade territorial de gestão de águas e o comitê de bacia hidrográfica como o seu órgão gestor. Apresentamos algumas considerações referentes às inter relações dos atores envolvidos na gestão de uma bacia.

Palavras-chave: descentralização; recursos hídricos; bacia hidrográfica.

Introdução

Atualmente a descentralização é um dos temas em discussão em todo o mundo, além de estar presente na pauta de atuação dos organismos multi e bilaterais de crédito, nos programas de governos, nos partidos políticos e nos movimentos sociais.

É uma tendência mundial adotada, quase sempre, com os mesmos princípios e debaixo das mesmas justificativas econômicas, políticas e sociais, o que lhe dá um certo caráter de legitimidade consensual. Entretanto, este consenso vem sendo abalado nos últimos anos sob a constatação de que a descentralização não representa uma experiência homogênea e, muito menos que é desejável e possível a existência de um modelo único.

* Doutoranda em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e Técnica em Análise Socioambiental pela mesma universidade. E-mail: totti@uenf.br

** Doutor em Ciências Sociais e Sociologia pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais e Universidade de Brasília. Professor pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: amota@uenf.br

Em alguns casos específicos as dúvidas são grandes, na medida em que afetam atividades essenciais e serviços, tradicionalmente, considerados como de interesse público e social, como é o caso da educação, da saúde e de serviços básicos, como o abastecimento de água.

Paralelamente a este debate, é inegável que a gestão das águas é preocupação mundial, conseqüência do aumento da densidade demográfica, da degradação resultante de distintas atividades, das alterações sofridas no ciclo hidrológico e outras. A água, recurso natural ou bem público, é essencial à vida.

Daí surgirem perguntas inevitáveis: é possível descentralizar todo o tipo de serviço público? No caso da água, qual é o limite entre interesse público e interesses privados? Como é o sistema de descentralização da gestão dos recursos hídricos no Brasil?

Breve histórico do processo de descentralização e situação atual

A paternidade da idéia de descentralização como a forma mais adequada de organização para o exercício da democracia pertence a Aléxis Tocqueville. Tal teoria foi construída a partir da observação e da análise da formação histórico-social dos Estados Unidos (TOCQUEVILLE *apud* FINOT, 2001).

Segundo a visão de Tocqueville, se a soberania reside no povo, cada indivíduo constitui uma parte igual dessa soberania e tem igual direito de participar no governo do Estado. E ainda que cada indivíduo seja igualmente capaz de governar-se “obedece à sociedade não por ser inferior aos que a dirigem ou menos capaz que outro indivíduo para governar-se a si mesmo, mas sim porque lhe parece útil e sabe que tal união não pode existir sem um poder regulador” (TOCQUEVILLE *apud* FINOT, 2001).

Entretanto, ao longo da história ocorreram sucessivos processos políticos de centralização e descentralização: ao centralismo romano sucedeu a descentralização feudal, mas logo a conformação das nações exigiu o centralismo nacional. Na América Latina, não foi diferente, a centralização e a descentralização nascem já na conquista, quando se organiza uma administração colonial vertical e hierárquica, que impõe sua lógica desde a coroa, até seus vice-reinados e capitânias. A descentralização da emancipação e novamente a centralização na organização das novas nações.

A instauração da República do Brasil no final do século XIX pode ser considerada como um movimento descentralizador, levando em conta o império de Portugal e centralizador depois de conseguida a emancipação. A conformação do novo governo exigiu uma força centralizadora, a partir da dominação, a hegemonia ou o consenso entre as oligarquias locais (PALMA, 1983). E, a política centralizadora prevaleceu em toda a América Latina durante mais de um século, até finais da década de 50, tempo do paradigma do planejamento central, cuja vigência estendeu-se até a

década de 80, período da crise das dívidas interna e externa. Depois da crise caracteriza-se uma época de ajuste econômico e também de recuperação da democracia.

Este momento de fragilidade institucional de meados da década de 80 coincide com o que Boisier (1999) denomina de constituição de um conjunto de forças estruturais que fazem com que a idéia da descentralização ressurgisse com toda a força, entre as quais destacam-se:

- 1- o processo de reestruturação política do Estado e administrativa do governo, como uma força quase consensual que justifica a descentralização. São causas citadas a ineficiência, a corrupção, a falta de democracia, a falta de transparência, a falta de participação cidadã, como elementos gerados pela centralização;
- 2- a crescente e universal demanda da sociedade civil por uma maior participação e autonomia na gestão dos negócios de interesse da comunidade;
- 3- a privatização das atividades produtivas e de oferta de serviços públicos. Para surpresa de muitos, a privatização é, do ponto de vista teórico e legal, um ato perfeito de descentralização, pois significa repassar a entidades privadas e especializadas, atividades antes feitas por órgãos públicos.

Frente a estes argumentos, a descentralização tornou-se a via pela qual se pensava resolver os problemas derivados dos estados centralizadores e autoritários dos anos 60 e 70. Teoricamente, o que ampara o princípio da descentralização são os argumentos de que ela:

- facilita a oferta diferenciada de bens e serviços;
- melhora a identificação das necessidades;
- melhora a capacidade para executar e controlar;
- evita demandas excessivas;
- diminui custos e favorece a flexibilidade;
- favorece a democratização;
- favorece a transparência.

Apoiada nesta sólida base teórica e tomando como exemplo a difícil situação herdada dos governos centralizadores, a prática da descentralização generalizou-se, como uma necessidade imperiosa. Sabe-se, por outro lado, que por trás desta onda existem evidentes vínculos com os modelos de administração pública, com os programas de ajuste estrutural, com as reformas do estado, geralmente, embutidas nos acordos firmados com os principais organismos internacionais.

Os anos 90 são marcados pelo efetivo planejamento e implantação de ações de descentralização de decisões para as iniciativas locais. Essa mudança requer a articulação de esforços públicos, privados e coletivos em escala local a fim de lograr sinergias que propiciem a inovação.

O processo de descentralização, e conseqüente redução do poder do Estado, acontece em direção às coletividades sub nacionais e às coletividades supra nacionais: regionais e mundial. Simultaneamente com a descentralização intranacional, no cenário mundial pode-se observar uma tendência para a centralização supra nacional, que se manifesta no surgimento de bens públicos mundiais, para o resguardo dos direitos humanos, e nos processos de integração regional que estão acontecendo em todo o mundo, encabeçado pela Europa (FINOT, 2001).

Nos dias de hoje a descentralização se caracteriza pela seguinte trilogia: i) abertura econômica ou globalização; ii) reestruturação econômica (os ajustes) e iii) reforma do Estado (privatização). Derivada de uma sucessão de crises e dificuldades econômicas, o que acabou por favorecer uma certa predominância da visão econômica nos processos de modernização administrativa em toda a América Latina.

Todavia, após mais de 30 anos de prática na América Latina, o processo de descentralização começa a dar sinais de algumas fragilidades, e a ser objeto de análises mais cuidadosas e críticas, quanto às suas reais intenções e resultados. Em outras palavras, a descentralização é um processo que exige muitos requisitos para dar bons resultados, ou seja, não existe um modelo único, e nem sempre os resultados práticos coincidem com o discurso teórico e político. A descentralização não representa uma experiência homogênea, e muito menos que é, desejável e possível a existência de um modelo único. E, acrescentaríamos, para dar seqüência lógica a estrutura deste texto: o que pode e o que não pode ser descentralizado e, principalmente, privatizado, é extremamente problemático e questionável.

Governos locais fortes e organização social: bases para a descentralização

A descentralização é, sobretudo, um processo de transferência, ou de devolução de direitos e deveres de uma entidade para outra, dentro do ambiente estatal ou fora dele (privatizações). Especificamente no caso da descentralização dentro do aparato do serviço público, uma condição primordial é que existam governos estaduais e governos locais, capazes de assumirem estas novas tarefas, ao lado de uma sociedade organizada (capital social) que possa exercer em plenitude o seu papel de cidadã, co-participando da gestão dos negócios públicos.

Para assumir plenamente as novas funções advindas do processo de descentralização, os governos locais devem contar com recursos suficientes para funcionar adequa-

mente, oferecendo aos moradores os serviços públicos indispensáveis com qualidade e economia. Parte substancial destes recursos devem prover da arrecadação própria de cada comunidade e serem administrados autonomamente. Só assim se cumpre a aceção mais corrente dos governos locais como uma instância autônoma do Estado, cuja função principal é a promoção e facilitação de um desenvolvimento humano auto-sustentável.

O potencial de progresso de um território depende, em grande parte, do capital social organizado, motivado e articulado com os agentes públicos e privados para empreender o desenvolvimento local. Para isto é necessário que o governo municipal crie os canais institucionais para a mobilidade social fluir; tenha capacidade de mobilizar os vários atores, e de promover e articular a oferta de serviços locais.

Participar da gestão local é uma tarefa de todos os atores municipais: poder público; sociedade civil e; empresários, objetivando conservação e melhoria ambiental e de qualidade de vida para a população. De acordo com estes antecedentes e pressupostos o Estado brasileiro passou por uma série de reformas a partir de 1980, descentralizando a oferta de uma série de serviços, antes públicos, entre os quais a gestão dos recursos hídricos.

A experiência brasileira de gerenciamento dos recursos hídricos

Desde a época colonial foram instituídas diversas normas legais concernentes às águas: i) a proibição aplicada aos fazendeiros, pelos holandeses, de lançar bagaço de cana-de-açúcar nos rios e açudes; ii) a Carta Régia de 1796, criando a figura do “juiz conservador das matas”e, entre outras, iii) a Lei 601, chamada “Lei das Terras”, que estabelecia pena de prisão e multa pela derrubada e queima de matas (SANTOS *apud* ASSUNÇÃO; BURSZTYN, 2004).

Com a Proclamação da República foi extinta a maioria dos dispositivos legais vigentes e novas leis foram instituídas. Deste modo, em 1890 foi estabelecido o Código Penal Brasileiro que previa pena de prisão para aquele que “envenenasse fontes de águas públicas ou particulares, tanques ou viveiros de peixes e víveres destinados ao consumo e, corrompesse a água potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva à saúde”. Entretanto, somente em 1907 o Projeto do Código de Águas foi elaborado e encaminhado para apreciação na Câmara dos Deputados.

Em consequência à inadequabilidade do Código de Águas tanto aos dispositivos da Constituição Federal vigente, quanto aos problemas relacionados às secas periódicas que ocorriam no semi-árido nordestino, este foi editado apenas em 1934 a partir de um Decreto (24.643/34) com força de Lei. Entre os 205 artigos deste Decreto cerca de 30% referem-se ao aproveitamento do potencial hidráulico, os quais foram

regulamentados e aplicados na íntegra a fim de viabilizar a produção de energia e atender à demanda das novas indústrias que estavam sendo instaladas no País. Quanto aos demais artigos, alguns se encontram sem regulamentação e outros foram regulamentados ao longo dos anos em resposta às necessidades emergentes, através de legislações paralelas (portarias, instruções normativas, leis, etc). O Código de Águas foi a primeira legislação ambiental do Brasil.

Ao longo das décadas de 70 e 80 a acelerada urbanização do país e as exigências por melhora na qualidade de vida fizeram aumentar a demanda por água e energia para atender adequadamente essa população. O Código de Águas dispõe sobre o direito de águas, entretanto não incorpora meios para dar combate à contaminação dos recursos hídricos e ao crescente conflito de usos. Isso possibilitou aos Estados legislar sobre o controle da poluição das águas, assunto que não era tratado pela União.

A Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, promovida pela ONU em 1972, deu início a uma maior preocupação social com a qualidade do ambiente e uma maior mobilização da sociedade civil. A partir da Conferência de Estocolmo, o meio ambiente passa a fazer parte dos estudos de viabilidade de empreendimentos causadores de poluição ou de degradação ambiental, como exigência de organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Deriva das recomendações de Estocolmo a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.931/1981) e, a partir dela, o art. 225 da Constituição Federal, que trata da proteção do meio ambiente.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em outubro de 1988, veio efetivar o “Estado de Direito”, substituindo as regras constitucionais do regime de ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985. Introduziu novas atribuições e conceitos relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos, previu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o estabelecimento de dois domínios para os rios do País, Federal e Estadual. Com a constituição, também, surgiram importantes instrumentos para o exercício do direito ambiental, entre eles a ação civil pública e a delegação da responsabilidade pelo meio ambiente ao Ministério Público, que assumiu a função de seu curador, com a garantia de independência em relação ao governo.

Paralelamente, os estados e municípios, criaram suas constituições estaduais e leis orgânicas municipais, incluindo dispositivos legais sobre o gerenciamento dos recursos hídricos em seus territórios, subordinados à Constituição Federal. A exemplo da União, muitos Estados avançaram na edição de leis e regulamentos hídricos e na criação de organismos, próprios para a gestão desses recursos, subordinados a alguma secretaria de Estado, geralmente ligadas ao meio ambiente e ciência e tecnologia.

No início dos anos 90 na Conferência Internacional sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente, realizada em Dublin, foram destacados novos enfoques sobre a avaliação, desenvolvimento e gerenciamento de recursos hídricos. O relatório da conferên-

cia indicou a necessidade de recomendação nos níveis local, nacional e internacional, baseadas nos seguintes princípios:

- O gerenciamento eficiente dos recursos hídricos requer uma abordagem abrangente, associando o desenvolvimento social e econômico à proteção dos ecossistemas naturais;
- O desenvolvimento e o gerenciamento de recursos hídricos devem ocorrer de forma participativa, envolvendo usuários, técnicos, políticos e a sociedade;
- A água deve ser reconhecida como um bem econômico.

Em junho do mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) realizada no Rio de Janeiro, confirmou esse consenso. O relatório da conferência afirmou que o gerenciamento:

Holístico dos recursos hídricos, como um recurso finito e vulnerável e a integração de planos e programas setoriais nas diretrizes sociais e econômicas nacionais são de grande importância às ações dos anos 90 e Integrado dos recursos hídricos deve basear-se na percepção da água como uma parte integrante do ecossistema, um recurso natural e bem social e econômico.

Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. (PNHR)

Política Nacional de Recursos Hídricos

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH) foi concebido dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Esta política definida na Lei Federal 9.433/97 está relacionada com a forma de gerenciamento, que passou de um modelo centralizado para outro que prevê a participação conjunta no processo de decisão dos segmentos governamentais e não governamentais. Esta lei adota cinco princípios básicos: i) a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento; ii) o uso múltiplo da água¹; iii) a gestão descentralizada² e participativa³; iv) o reconhecimento de que a água consiste num bem público, finito, vulnerável e dotado de valor econômico e v) o consumo humano e a dessedentação de animais como prioridade de uso em caso de escassez (ANA, 2002).

¹ Uso múltiplo da água ou gestão integrada: abastecimento público, uso industrial, agropecuário, transporte, recreação e outros (ANA, 2003).

² Gestão descentralizada: Adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão das águas (ANA, 2003).

³ Gestão participativa: contempla a participação dos diferentes níveis do poder público, dos usuários e da sociedade civil no processo de tomada de decisão (ANA, 2003).

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos possui o seguinte arranjo institucional, apresentado no quadro a seguir, onde se pode observar a estrutura de descentralização e participação desse sistema.

QUADRO1

Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH): Arranjo institucional.

Organizações	Atribuições	Atores envolvidos	Escala de atuação
CNRH* (Conselho Nacional de Recursos Hídricos)	Articular o planejamento dos recursos hídricos, arbitrar conflitos.	Representantes dos níveis federal e estadual, usuários e organizações civis com atuação no gerenciamento ou no uso dos recursos hídricos.	Federal
ANA* (Agência Nacional de Águas)	Organizar, implantar e gerir o SNRH, definir e fiscalizar condições de operação de reservatórios, garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos.	(Órgão técnico).	Federal
Conselhos Estaduais	Promover debates sobre recursos hídricos, arbitrar conflitos, estabelecer cobrança pelo uso do recurso.	Entidades públicas e privadas, correspondentes às do CNRH.	Estadual
Comitês de Bacias	Discutir sobre o uso múltiplo da água, outorga e cobrança do uso, enquadramento dos corpos d'água, desenvolver ações para melhoria ambiental.	Representantes dos níveis federal e estadual, usuários e organizações civis cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas áreas de atuação.	Estadual
Agências de Águas*	Cobrar pelo uso dos recursos, gerir os recursos oriundos desta cobrança, constituindo, de fato, Secretarias executivas dos Comitês.	(Órgão técnico).	Regional/ Local
Consórcios Intermunicipais	Implantar políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos.	Prefeituras, associações de usuários, órgãos de pesquisa e estudo.	Regional/ Local

Fonte: ANEEL *apud* Rio e Peixoto (2001)

* Instâncias inexistentes antes da Lei 9.433/97.

A estrutura política administrativa relativa à gestão das águas é recente e experimenta um processo de ajuste e consolidação. A Bacia do Rio Paraíba do Sul e os 180 municípios aí localizados, por exemplo, pertencem a três estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e estes têm diferentes políticas e legislações sobre os recursos hídricos que foram estabelecidas em momentos distintos. A Bacia, por um lado, está sob o confronto de interesses de estados e, de outro, influenciada pelo peso das indústrias que aí se localizam como principais articuladoras das associações de usuários e/ou pela “captura” de prefeituras, especialmente nos municípios nos quais representam a principal fonte de arrecadação e emprego (RIO; PEIXOTO, 2001).

A PNRH, entre suas inovações, adota o Comitê de Bacia Hidrográfica⁴ como seu órgão gestor. Atualmente, muitos outros organismos de bacia têm sido criados, concomitante aos comitês, como os consórcios intermunicipais e associações de usuários. Entretanto, a PNRH prevê somente a atuação dos comitês na gestão de bacias hidrográficas, ficando, ainda, sem definição legal a participação de comitês de sub bacias e/ou trechos de bacia junto ao comitê da bacia do rio principal (ANA, 2003).

O comitê é o órgão que deve garantir, na área de abrangência da bacia, a observância dos princípios e dos fundamentos da política de águas, bem como implementar um conjunto de ferramentas de gestão criado por essa política para instrumentalizar sua ação e permitir efetivar as diretrizes instituídas, embora, os comitês sejam formados por grupos plurais com interesses diferentes e conflitantes.

Esse modelo de gestão de recursos hídricos foi inspirado no modelo francês e o que viabiliza esse modelo é a forte descentralização dos entes administrativos, nas modalidades de Estado-Estado e de Estado-Sociedade. Na França, a gestão de recursos hídricos considera como espaço de participação da sociedade e descentralização do poder decisório a bacia hidrográfica (no nível regional).

No caso do Brasil, o modelo de gestão apresenta problemas de aplicação da participação, na sua plenitude, devido fundamentalmente, à falta de transferência do poder decisório de instâncias administrativas superiores para as inferiores, assim como da transferência do poder público para a sociedade. Isto cria um impasse no processo de planejamento no contexto de bacia hidrográfica. Isto é, não existe uma estrutura de transferência das demandas e problemas do municipal (local) para o nível regio-

⁴ Comitê de bacia hidrográfica: Os Comitês de Bacias Hidrográficas são colegiados democráticos e deliberativos tripartites, integrados por representantes do poder público (União, governos estaduais e prefeituras), usuários de água (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo e lazer) e organizações civis. Esses fóruns devem definir as ações e obras de manutenção e recuperação dos recursos hídricos, necessários em cada bacia hidrográfica.

nal (bacia hidrográfica) ou vice-versa. Paralelamente, no nível local (municipal), existe uma necessidade da abordagem das questões ambientais no processo do planejamento municipal devido à promulgação do Estatuto da Cidade e o processo de descentralização de alguns setores como turismo e agricultura (Tarqui e Silva, 2004).

Essa estrutura organizacional condiciona uma complexidade de interações entre os seus membros representantes que, no caso de haver imprecisão sobre os limites e a natureza das suas participações, pode propiciar numa emergência de conflitos. Conflitos de competência em níveis horizontais e verticais entre atores institucionais e entre estes e os demais atores chamados a participar do processo de gestão. Conflitos de hierarquia – a malha territorial pressupõe o reconhecimento do poder, controle e criação de normas segundo a hierarquia funcional entre os entes federativos, segundo a constituição do território, isto é, da unidade mais elementar, o município, à União (RIO; PEIXOTO, 2001), FIG. 1.

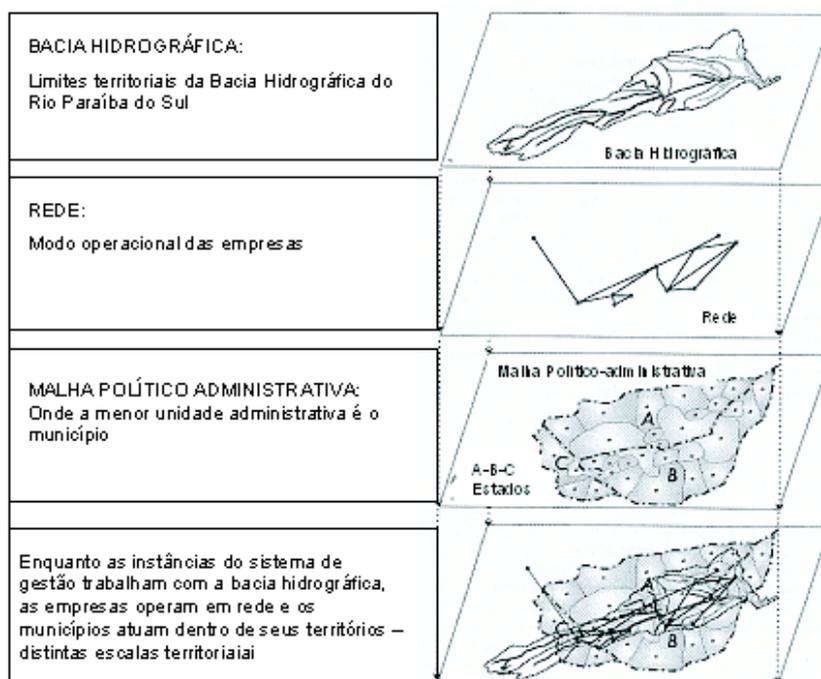


FIGURA 1 - Bacia hidrográfica como unidade de planejamento:
superposição de limites

Fonte: Modificado de Rio e Peixoto (2001).

Conclusão

O Brasil experimentou ao longo de sua história momentos de centralização e descentralização política (FIG. 2). Experiência vivida em quase toda a América Latina este processo intra nacional esteve sempre acompanhado de acontecimentos supra nacionais. No caso da política de meio ambiente e no caso específico da Política Nacional de Recursos Hídricos houve uma grande incorporação dos fundamentos das conferências internacionais de Estocolmo, Dublin e Rio 92.

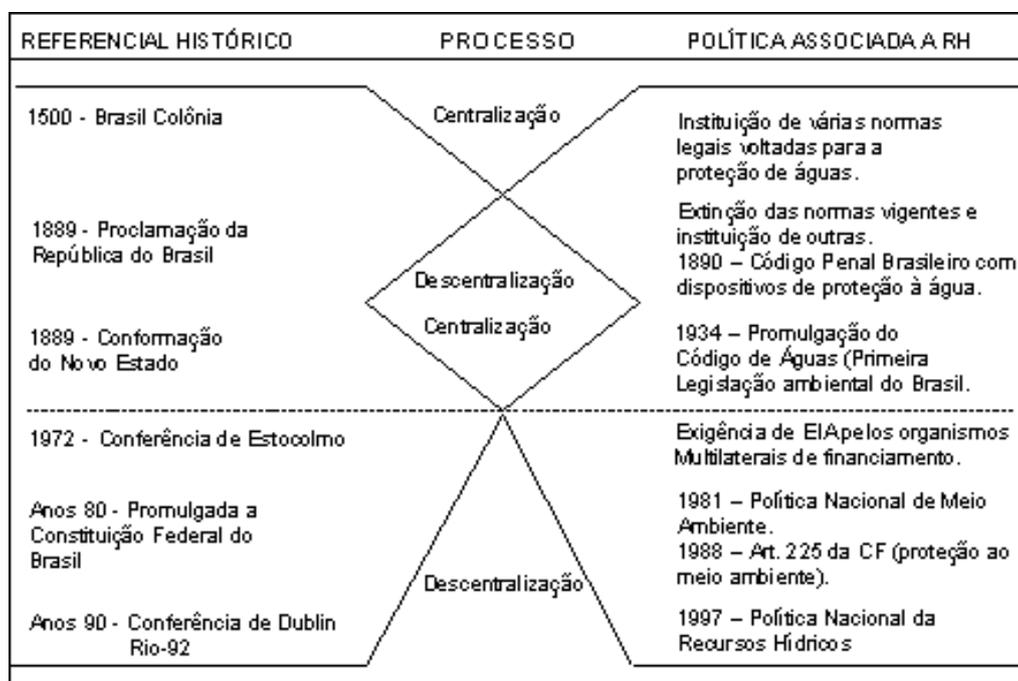


FIGURA 2 – Referencial histórico do processo político de centralização/descentralização e associados à política nacional de recursos hídricos

O Brasil tem avançado bastante na consolidação de um sistema nacional de recursos hídricos, primando pela descentralização e democratização da gestão, tentando conciliar interesses dos órgãos governamentais, dos usuários, e da sociedade civil, objetivando um uso mais racional de águas. Este modelo, com menos de dez anos de funcionamento, ainda apresenta uma série de dificuldades de funcionamento, pois é uma tarefa complexa e exige reformas políticas, institucionais, legais e financeiras, além de exigir um novo comportamento da sociedade com relação ao uso dos recursos hídricos. E, depois de uma longa história de centralização política a sociedade ainda está aprendendo sobre o direito e o dever de participar.

Referências

ASSUNÇÃO, F. N. A.; BURSZTYN, M. A. A. *As políticas das águas no Brasil*. In.: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS, Brasília, 2004.

BRASIL, ANA/ANEEL. *Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos*. Brasília, 2002.

BOISIER, S. *La descentralización: un tema difuso y confuso*. Santiago: ILPES, 1999.

DOUROJEANNI, A.; JOURAVLEV, A.; CHÀVEZ, G. *Gestión del agua a nivel de cuencas: teoría y práctica*. Santiago: CEPAL, 2002.

FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*. São Carlos: RIMA, 2003.

FINOT, I. *Descentralización y participación en América Latina: una mirada desde la economía*. Santiago: CEPAL, 2002.

PALMA, E. *La descentralización desde una perspectiva política*. Santiago: ILPES, (1983).

SILVA, E. R. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. 1998. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998.

TARQUI, J. L. Z.; SILVA, E. A. *Bacia hidrográfica, gestão dos recursos hídricos e descentralização*. In.: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RECURSOS HÍDRICOS. 1., Brasília. 2004.

A QUESTÃO DA ÁGUA NA BACIA DO RIACHÃO (MG) USO E GESTÃO*

AFONSO, Priscilla Caires Santana**
PEREIRA, Anete Marília***

Resumo: Estudos envolvendo a questão da água de enfoque multidisciplinar, são muito comuns na atualidade, quando a degradação ambiental, nas suas mais diferentes formas é um poderoso elemento gerador ou acentuador da escassez. No Norte de Minas Gerais, esse tema ainda carece de estudos mais específicos que considerem sobretudo as características socioculturais. É nessa perspectiva que essa pesquisa ao propor uma avaliação das diferentes formas sociais de uso e gestão dos recursos hídricos nas áreas das nascentes do Riachão pretende se constituir num referencial para o equacionamento da problemática em questão. Para atingir os objetivos propostos o presente estudo foi realizado utilizando uma metodologia qualitativa que associou a pesquisa de campo com análise documental e entrevistas.

Palavras-Chaves: gestão participativa; usos; recursos hídricos.

Introdução

O Riachão é um afluente da margem direita do Rio Pacuí (Subafluente do Rio São Francisco). Sua subbacia ocupa uma área de 86.090 ha (CODEVASF, 1996), drenando os municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. Sua localização mais precisa compreende as coordenadas 556 e 614 UTM, sentido leste-oeste e 8.210 e 8.170 UTM, sentido norte-sul.

* Trabalho de Iniciação Científica

** Bolsista de Iniciação Científica – FAPEMIG - Unimontes.

*** Professora do Departamento de Geociências – Unimontes e Doutoranda em Geografia – UFU / anete.pereira@unimontes.br

O vale do Riachão ocupa uma área rodeada de chapadas originalmente cobertas por cerrados. Sua bacia se localiza no que Gervaise (1999) chamou de interfúvio São Francisco-Rio Verde. Os vales desse interfúvio, entalhados predominantemente em arenitos e calcários, se manifestam na denominação do mesmo autor, como verdadeiras **ilhas agrícolas** em meio aos Gerais.

Estudos envolvendo a questão da água de enfoque multidisciplinar, são muito comuns na atualidade, quando a degradação ambiental, nas suas mais diferentes formas é um poderoso elemento gerador ou acentuador da escassez. No Norte de Minas Gerais, esse tema ainda carece de estudos mais específicos que considerem sobretudo as características socioculturais. É nessa perspectiva que essa pesquisa ao propor uma avaliação das diferentes formas sociais de uso e gestão dos recursos hídricos nas áreas das nascentes do Riachão pretende se constituir num referencial para o equacionamento da problemática em questão.

Para atingir os objetivos propostos o presente estudo foi realizado utilizando uma metodologia qualitativa que associou a pesquisa de campo com análise documental e entrevistas. Os resultados obtidos permitem concluir que a área analisada encontra-se em estágio bem avançado de degradação o que afeta de forma direta a subsistência da população ribeirinha. A busca de alternativa para a gestão do uso da água é o grande desafio e se coloca para todos os envolvidos nesse processo, no nível local.

A água no contexto político brasileiro

A água em abundância é uma característica marcante do planeta Terra. No entanto, a água doce existente equivale a apenas 2% do total de água do planeta. O Brasil detém 8% do total da reserva de água doce disponível no mundo.

Entretanto, o modelo de gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil vem causando a insatisfação da população brasileira em geral, pois vem sendo utilizada em empreendimentos particulares e estatais sem o uso de diretrizes ou até mesmo como canal de escoamento de dejetos.

Em 1984, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE tentou elaborar o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para obter embasamento teórico-gerencial para a estruturação de um sistema nacional de recursos hídricos.

Foram incorporados a este documento preliminar em 1985, conceitos, políticas e diretrizes. Segundo este documento, a evolução dos mecanismos institucionais e financeiros para a gestão dos recursos hídricos, nos diversos países, permite distinguir três fases: a burocrática, a econômico-financeira e a de integração participativa.

A **fase burocrática** objetiva fazer com que se cumpra a lei, daí a grande quantidade de leis, decretos, portarias, regulamentos e normas sobre as águas.

A **fase econômico-financeira** caracteriza-se pela utilização predominantemente de instrumentos econômicos e financeiros para induzir a obediência às normas e disposição das leis em vigor.

A fase de **integração participativa** objetiva ajustar a Administração Pública às necessidades da sociedade urbano-industrial. O primeiro aperfeiçoamento trazido por ela dá destaque a importância do planejamento estratégico regional e à programação executiva. O segundo é totalmente baseado no primeiro aspecto. Consiste na tomada de decisão mediante discussão e deliberação multilateral e descentralizada. E por último o terceiro aspecto, refere-se a cobrança direta dos usuários das águas da bacia hidrográfica.

Com base no exposto, a fase de integração participativa é parte da evolução da Administração Pública. Ela consiste no comprometimento consciente da sociedade e dos usuários da água no que diz respeito a custos e interesse de todos quanto ao sucesso na gestão das águas. Assim é criada uma vontade política local que passa a ser o referencial para o sucesso da Administração Pública.

Em 1997, é promulgada a Lei n.º 9.433, inspirada no modelo francês de gestão de recursos hídricos, e que está embasada nos pressupostos do modelo de gestão participativa. Esta lei norteia a política de gestão de recursos hídricos em território nacional.

Esta política se encontra em fase de implantação e já se pode perceber que algumas mudanças em pontos isolados já estão acontecendo a exemplo da Lei n.º 7.663/91 do Estado de São Paulo que institui uma Política de Recursos Hídricos no estado baseada na formação de Consórcios Intermunicipais. Incentivo a organização e o funcionamento de associações de usuários como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços, com direitos e obrigações a serem definidas em regulamentos.

A bacia do Riachão

Nesta microbacia vivem 2.291 famílias, sendo que 189 destas fazem uso da água da calha do rio para a irrigação de hortaliças e da lavoura de subsistência. A fertilidade das terras aliada a baixa declividade do seu leito permite que as baixadas sejam intensamente cultivadas com arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca e hortifrutigranjeiros. São culturas de sequeiro havendo também, centenas de irrigações por gravidade ou aspersão. Suas águas são importantes também para o abastecimento humano e para as criações de aves, suínos, gado e para a pesca.

Apesar da fertilidade do solo e da riqueza de recurso hídrico, os moradores locais, especialmente aqueles situados à jusante do Riachão sofrem com o problema de diminuição de suas águas no período de estio. Em determinados pontos o rio se torna intermitente em virtude de ações como a grande exploração da água para fins de irrigação por pivôs centrais nas suas nascentes e ao quadro de degradação ambiental que é facilmente constado em toda a bacia.

A área obedece à tendência das áreas de cerrado norte-mineira que se estratificam em três unidades eco-geográficas básicas: a baixada, a encosta e a chapada. As encostas geralmente são longas e suaves sendo diferenciadas da área de chapada pela vegetação de mata seca com espécies características como o coco-macaúba e a aroeira. As áreas de baixada são largamente utilizadas na agricultura de hortaliças, grãos e alho. Entretanto, a diminuição da vazão do rio vem prejudicando a irrigação e tornando esses solos menos úmidos em períodos de seca, o que vem diminuindo o cultivo na estação seca. A chapada é caracterizada por uma vegetação de cerrado de médio porte. Os latossolos vermelho-amarelos sustentam este cerrado.

As cotas altimétricas da área variam entre 860 a 950m. As áreas de recarga dos aquíferos são representadas pelas coberturas detríticas das chapadas em cotas altimétricas superiores, e as áreas de descarga são caracterizadas em zonas topograficamente deprimidas. Em condições naturais, o Riachão e seus afluentes em seu alto-médio curso, possuem trechos de caráter efluente, ou seja, recebe contribuição subterrânea na época de estiagem, e trechos de caráter influente nos períodos de chuva, contribuindo para a alimentação do aquífero.

A Lagoa do Tiririca, local onde se localizam as nascentes do rio, está situada sobre uma área cárstica alongada, formada a partir do afundamento do teto de cavernas. A partir do afundamento, formou-se uma extensa área de depressão ao longo do rio, dando origem a um reservatório natural que funciona como um sistema de regularização do escoamento superficial.

Uso e impactos na bacia do riachão – a questão da gestão

A microbacia do Riachão segue uma característica das bacias hidrográficas que têm nascedouros em regiões de cerrado: a riqueza hídrica. É esta riqueza que atraiu um grande número de agricultores – 14 habitantes/Km², em sua maioria, vivendo em propriedades com tamanhos inferiores ou iguais a um módulo rural¹. Entretanto, essa riqueza hídrica vem sendo prejudicada devido a ações que comprometem prin-

¹ Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o módulo rural corresponde a 40 hectares no município de Montes Claros.

principalmente as nascentes do Riachão e de seus afluentes. Dentre tais ações é importante destacar o desmatamento da mata ciliar que contribui para o assoreamento dos leitos dos rios, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a monocultura de eucalipto, o desmatamento nas áreas de recarga e, segundo SILVA (1999), a irrigação através de pivôs centrais. A instalação de pivôs é apontada como causa principal do rebaixamento do lençol freático e a conseqüente diminuição da vazão do rio.

A partir de 1960 começou a ocorrer o desmatamento de forma acelerada por moradores da região para a produção de carvão e a substituição pela monocultura de eucalipto que passou a destruir $\frac{1}{4}$ do cerrado em de sua área original no alto-médio Riachão, ocupando principalmente chapadas (áreas de recarga do aquífero) e nascentes de córregos que desaguavam no rio. Atualmente dos quarenta e sete afluentes do rio, apenas quinze são perenes. Segundo o estudo da Águas – Consultores Associados Ltda (1999) 39,19% da área total da bacia é ocupada por pastagens, uma das classes de uso do solo que mais vem crescendo na bacia nos últimos anos. Essas pastagens são compostas principalmente por capim braquiarião (*brachiaria brizantha*) e se encontram fundamentalmente nas áreas de chapadas.

O desmatamento de matas ciliares dos afluentes e do Riachão também é notório. Estima-se que metade destas matas (mata sempre-verde ou semi-caducifólia) tenha sido extinta. O Centro de Agricultura Alternativa (CAA), organização não governamental que vem atuando nessa bacia, acrescenta que os problemas que o rio enfrenta são agravados pela poluição oriunda do uso inadequado de agrotóxicos amplamente utilizado na área, sem orientação e cuidados com o armazenamento de embalagens.

O assoreamento é uma das conseqüências mais visíveis em virtude do desmatamento. O solo sem a cobertura vegetal fica exposto a ação dos agentes erosivos e conseqüentemente, ocorre o assoreamento do rio. Em vários trechos, a sua profundidade está alterada. A Lagoa do Tiririca é um exemplo claro dessa situação. É também nas proximidades da Lagoa que se encontram todos os poços de grande vazão que são utilizados na irrigação.

A agricultura ocupa uma área de 4,78 Km² do alto-médio Riachão, cerca de 1% da área. Entretanto, os agricultores locais apontam a irrigação como principal problema para a diminuição da vazão do rio. O estudo da Água – Consultores Ltda (1999) mostra, em termos quantitativos, que a maior parte da água explotada do subsolo que totaliza 5,94x10⁶m³, 5,67x10⁶ m³ é destinada a irrigação, restando apenas 0,27x10⁶ m³ para os demais usos público, doméstico e pecuário.

Este quadro começou a ser esboçado na década de 1980, quando foram instalados os primeiros pivôs centrais que, atualmente totalizam sete e se concentram próximos a Lagoa do Tiririca. A instalação de tal equipamento nas nascentes do rio provocou

conflitos entre os agricultores que têm propriedades a jusante, e a partir de 1992, aconteceram os primeiros conflitos devido a diminuição da água. No entanto, segundo os irrigantes todos os agricultores que adquiriram o equipamento contavam com a outorga de uso da água, concedida em Minas Gerais pelo Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (IGAM) e utilizaram empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB) para a aquisição de equipamentos. Segundo o documento elaborado pelos irrigantes, foram investidos na área mais de R\$ 5.000.000,00 para aquisição dos equipamentos de irrigação que contribuíram também para a mecanização da agricultura nessas propriedades.

Os pequenos agricultores que representam a maior parte da população da área, contaram com empréstimos para o plantio de lavouras, aquisição de defensivos e fertilizantes; entretanto, a diminuição da vazão do rio comprometeu e compromete a produção, impossibilitando o pagamento das dívidas. Essa situação levou-os a iniciarem, em 1990, um movimento pela água através de criação de associação de moradores, denúncias através da imprensa, dentre outros. Em 1995, o rio se tornou intermitente e as associações de moradores ganharam força e a maior adesão da população ribeirinha, uma vez que a falta d'água passou a atingir um grande número de pessoas e níveis mais graves de escassez, pois os agricultores locais já não tinham acesso a água nem mesmo para o consumo doméstico.

Todo o empenho por parte dos agricultores locais em solucionar o problema da falta d'água, chamou a atenção da mídia que destacou o assunto em manchetes de revistas nacionais. Dessa forma os órgãos competentes começaram a ser pressionados, e ainda no ano de 1998 foi solicitada a revisão das outorgas. Nesse período ocorreu também investimentos na área através do projeto Pró-Água que tentou amenizar o problema propiciando financiamento de estudos técnicos na área, como o estudo Gestão Ambiental da Bacia desenvolvido pelo CAA que contou com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg). Até 1999 a bacia contava com apenas o estudo hidrogeológico financiado pela Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais (COPASA MG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Essa pesquisa teve caráter preliminar e recomendou estudos mais detalhados em diversos aspectos, não constituindo um diagnóstico completo da bacia.

Em 2000 foi criado o conselho gestor sugerido pelo IGAM constituído por representantes das comunidades locais (usuários da bacia), irrigantes, órgãos governamentais e ONGs, para proporcionar um espaço político adequado para se debater e problema. Dessa nova forma de organização nasceram diversas ações que promoveram avanços na tentativa de solucionar o problema. Nesse período são intensificadas as manifestações promovidas pelos agricultores que se sentiam prejudicados; e estes foram apoiados pelo CAA.

A partir de então, foram tomadas medidas de caráter emergencial contra a seca com verbas do IGAM, como a construção de cinquenta e seis barragens, bacias de captação e pequenos barramentos com sacos de areia em áreas de mata nativa ao longo do rio. O IGAM adotou ainda medidas como o embargo parcial dos pivôs, com um intervalo de dois dias sem funcionamento do equipamento para cada dia de sucção. No ano 2000 foi iniciado também o monitoramento da vazão do lençol subterrâneo e da vazão do rio. Houve ainda a contratação do Instituto do Meio Ambiente (IMA) para que fosse feito o estudo e o monitoramento de uso de agrotóxicos na área.

No ano de 2001, o IGAM passou a investir na educação ambiental, tendo como objetivo final a mudança de hábitos dos agricultores da área. O Instituto quer que os agricultores passem a praticar a cultura de grãos e leguminosas que utilizem menos água, como é o caso do feijão e da abóbora, além de remanejar o uso de equipamentos de irrigação. Houve também a implantação de equipamentos que monitoram a exploração da água utilizada pelos irrigantes e dos poços perfurados por estes. Tais poços, abertos no início do ano, têm o objetivo de manter a vazão ecológica do rio (120 l/s). Com o monitoramento, o IGAM espera obter dados sobre o comportamento do aquífero na estação seca e chuvosa, de acordo com a demanda. Existe também uma preocupação por parte desse órgão quanto ao problema da degradação da área. A ausência de mata ciliar é considerado como um dos mais graves problemas da área em estudo. Seria necessário manter uma faixa de mata ciliar em torno da Lagoa do Tiririca com aproximadamente 80m mas, como foi constatado no trabalho de campo, a área é totalmente agricultável.

Ainda no ano de 2001, o IGAM contratou a EMATER para o cadastramento dos usuários da bacia, um Censo demográfico que não ocorria desde 1995. No ano de 2003 e 2004 houve o embargo dos pivôs Centrais e estão sendo feitas obras de retenção de água das chuvas (barragens) nas propriedades de agricultores com verbas do governo federal.

Conclusão

A má gestão dos recursos hídricos vem gerando diversos problemas aos agricultores da bacia do Riachão. Nas últimas décadas conflitos de ordem qualitativa e quantitativa vêm sendo acirrados. Isto vem acontecendo em virtude de uma política desenvolvimentista que não respeitou as particularidades físicas e sociais de uma área que sempre teve um equilíbrio hídrico frágil, mas, que nunca atingiu níveis tão altos de escassez.

A homologação da Lei N.º 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, lei pautada no Modelo Sistêmico de Integração Participativa, mostra uma evolução quanto aos conceitos de gestão de recursos hídricos por parte do governo federal.

Essa lei esboça os princípios do Gerenciamento de Bacia Hidrográfica. Dá autonomia a bacia hidrográfica para a criação do Plano Diretor, que é um dos instrumentos utilizados como parâmetros e facilitadores para o processo de gestão. Este plano permite que cada bacia possa promover ações que preservem e promovam o aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis. Estas ações passam pela elaboração de projetos de preservação e restauração ambiental.

Através desse instrumento, erros cometidos no passado não se repetirão como exemplo a emissão de outorgas sem diretrizes bem definidas como no caso da Bacia do Riachão. A bacia conta atualmente com uma maior assistência governamental por parte de órgão como o IGAM, EMATER, e outros. Cabe ressaltar que essa atenção foi dada com o início do movimento associativista que pressionou o governo.

Apesar da organização política dos moradores da bacia, não há uma boa aceitação por parte dos líderes locais quanto a nova Política de Gestão brasileira de recursos hídricos. Do ponto de vista ambiental a solução dos problemas quantitativos da água passa pela restauração da bacia como um todo, e principalmente de suas nascentes. O florestamento da área e da mata ciliar com espécies nativas, proporcionaria a redução do processo de assoreamento do rio e da lixiviação do solo permitindo a regularização do processo de percolação da água das chuvas que abastece o aquífero. As pastagens que ocupam 39,19% da área podem ser adequadas às técnicas alternativas de uso do solo que proporcionam um menor impacto ambiental. O CAA disponibiliza várias técnicas que podem ser observadas e são ensinadas aos interessados em uma área utilizada como centro de difusão de técnicas alternativas, que se localiza próximo à bacia.

A utilização de 97% da água para irrigação deve ser revista pelo IGAM, uma vez que a Lei N.º 9.433/97 prevê que o uso para consumo humano e dessedentação de animais em situação de escassez é prioritário. Deve se ressaltar que esse órgão já vem tomando medidas como embargo dos pivôs centrais e a intimação aos irrigantes através do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), para a perfuração de um poço que garanta a vazão ambiental (120 L/H) do rio.

Do ponto de vista qualitativo, existe a necessidade de uma orientação para os agricultores que utilizam agrotóxicos e fertilizantes químicos quanto a aplicação e o armazenamento das embalagens, além da necessidade da criação de um centro de coleta de embalagens que é uma responsabilidade das empresas que fabricam esses produtos.

O trabalho de educação ambiental é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores da bacia, cujos problemas tem origem na concepção antropocêntrica que sempre norteou a utilização dos recursos naturais. Nessa perspectiva, a solução para os problemas socioambientais existentes no alto Riachão exige uma mudança nos padrões de comportamento da população diretamente afetada e a busca de alternativas para a sustentabilidade local.

Referências

BRASIL. *Política Nacional de Recursos Hídricos*. Brasília: Lei n.º 9.433 de 08/01/97.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente & Secretaria de Recursos Hídricos. *Política Nacional de Recursos Hídricos*: Brasília: Legislação, 2000. 54p.

CARVALHO, Isis Rodrigues. *Outorgas de Direito de Uso de Águas Subterrâneas na área de Influência da Lagoa do Tiririca na Bacia do Rio Riachão*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Mimeografado.

GERENCIA de Implementação dos Instrumentos da Política SRH/MMA. *A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos*. Disponível em: <www.fricon01.friconsult.com.br/legislação.base.htm>. Acesso em: 15 ago. 2000.

LANNA, Antônio Eduardo. *Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: conceitos, fundamentos e propostas*. [s.l.]: Instituto de Pesquisas Hidráulicas – UFRGS. 1999, 267p.

MENDES, José; ARAÚJO, Elisia Cotta de. ENCONTRO DE EDUCADORES COM O CERRADO. 2001. [*Palestra...*]. Centro de Agricultura Alternativa (CAA).

MINAS GERAIS, Assembléia informa. *Grandes empresários prejudicam pequenos produtores rurais*. Disponível em: <www.alemgo.gov.br/Not/BancoDeNoticias/SCTI184573.htm>. Acesso em: 2000.

_____. Centro de Agricultura Alternativa (CAA). *Por um Riachão Sustentável*. 2001. 1 fita de vídeo.

_____. Entrevista concedida por representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), jul. 2000.

_____. Entrevista concedida por representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mar. 2001.

_____. *Estudo Hidrológico da Bacia do Alto-Médio Rio Riachão*. Relatório Final, v. 1. Belo Horizonte: Consultores Associados Ltda, IGAM (Instituto de Gestão das Águas) & COPASA (Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais), 1999. Mimeografado.

NIMER, Edson; BRANDÃO, Ana Maria P. M. *Balanço Hídrico e Clima da Região de Cerrado*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Hídricos Naturais e Es-

tudos Ambientais, 1999. p. 110-111.

POMPEU, Cid Tomanik. Aperfeiçoamento da Legislação e Ações Governamentais no Campo dos Recursos Hídricos. *A Água em Revista*. Ano III, n. 4, [s.l.], fev/95.

REBOUÇAS, Aldo da C. *Falta d'água em meio à abundância*. Disponível em: <www.ecolatian.com.br>. Acesso em: 24 ago. 2000.

SENRA, João Bosco. Água, o desafio do terceiro Milênio. . In: VIANA, Gilney *et al.* *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.133-144. (Coleção Pensamento Petista).

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. *Cerrados e Camponeses no Norte de Minas Gerais: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas*. Montes Claros, 1999. 320p.

TUCCI, Carlos E. M. Alguns Desafios Brasileiros em Recursos Hídricos e Meio Ambiente. *A Água em Revista*. Ano III, n. 6, [s.l.], nov./1995.

VARGAS, Marcelo Coutinho. O Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos como Problema Sócio-Ambiental. BEHCER, Joachim *et al.* In: *Ambiente e Sociedade*. ano 2, n. 05. Campinas: UNICAMP, 1999. 13p.

IDENTIDADE REGIONAL NORTE MINEIRA, A CULTURA SERTANEJA*

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão**

“Agora o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes mudaram. Quase que de legítimo, leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada” (ROSA, 1985).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a formação da identidade regional Norte Mineira, tendo como atributos a cultura sertaneja. Neste sentido, buscou-se, na obra de intelectuais diversos, entender os caminhos da construção da identidade regional, cujo resultado aparece como uma unidade revestida de uma essência, a cultura sertaneja que, hoje se apresenta extremamente desestruturada, mas resistindo em muitos lugares.

Palavras-chave: identidade regional; região; desenvolvimento; cultura sertaneja.

Introdução

O Estado de Minas Gerais, possuindo uma área territorial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 588.383,60 km², apresenta-se, regionalmente, bastante desigual, com uma diversidade fisiográfica, econômica, social e cultural muito significativas. Esta heterogeneidade regional leva à adoção de vários critérios de regionalização visando ações em busca do equilíbrio no desenvolvimento dos diferentes grupos sociais.

* Este trabalho foi elaborado com base no quinto capítulo da minha Dissertação de Mestrado em Geografia Humana pela USP, defendida em 2002 e intitulada “Organização Espacial de Montes Claros e a Região Norte de Minas”, orientada pelo Prof. Dr. André Roberto Martin.

** Professora Titular do Departamento de Geociências – CCH. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. www.marina.carneiro@unimontes.br

Neste trabalho, será utilizada a regionalização adotada para fins de planejamento estadual mineiro realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-MG), tomando como base as microrregiões geográficas (IBGE) e critérios de polarização apresentados à Assembleia Legislativa do Estado de Minas (Projeto de Lei nº 1.590/93), conforme figura 01. Entretanto, adotamos aqui o conceito de região concebido por Martin (1993), que diz ser a região "...um "complexo social-natural" historicamente determinado e inserido num sistema mais abrangente, dotado de certa homogeneidade e identidade que permite distingui-la das demais, e de outras formas de organização do espaço".

Neste sentido, a Região Norte de Minas se particulariza como uma região com identidade própria, especialmente a cultural, muito mais próxima da nordestina do que da mineira.

Caracteriza-se como uma região de transição entre o Brasil úmido e o semi-árido, o Brasil florestal e o de vegetações abertas (cerrados, campos cerrados, caatingas, matas secas, campos de altitude), o Brasil montanhoso e o de superfícies aplainadas, o Brasil densamente povoado e o de população esparsa e o Brasil urbano-industrial e o agrário (CARNEIRO, 2002).



FIGURA 1 - Região Norte de Minas, destacando município de Montes Claros.
(Adaptação: Marina de F. B. Carneiro, 2005)

Fonte: GCEA/MG, GeoMinas – 2000.(Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias em Minas Gerais).

Esta região está inserida em áreas limítrofes da Bahia, ao norte; da região Central de Minas, ao sul; da região Jequitinhonha/Mucuri a leste e da região Noroeste de Minas a oeste. Localiza-se entre os paralelos de 14° e 18° de Latitude Sul e os meridianos de 41° e 46° de Longitude Oeste de Greenwich; ocupando uma área territorial de 128.489,58 km², com uma população de aproximadamente 1.489.213 habitantes, de acordo com o censo de 2000 do IBGE.

Até hoje a história da ocupação e formação do Norte de Minas é pouco conhecida. Ainda são poucas as referências bibliográficas encontradas sobre este tema e a maioria delas apresenta argumentações que privilegiam o plano do econômico, enquanto as abordagens sobre os aspectos ambientais, sócio-culturais e políticos apresentam-se de forma fragmentada e inicial.

Aqueles que se acostumaram à imagem de um Norte de Minas preso num ciclo de atraso e de miséria podem surpreender-se com o dinamismo dessa terra de tradição sertaneja.

A partir da inserção da região Norte Mineira na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na década de 1960, cujos incentivos fiscais e financeiros propiciaram o seu desenvolvimento, crescimento e modernização, a atividade agropecuária que se mostrava como atividade mantenedora da economia, com forte influência na organização sócio-cultural, cede lugar, a partir de 1970, à industrialização e ao crescimento das atividades de serviços, em nível local e regional. A reversão da base econômica regional ocasionou transformações estruturais em todo o seu sistema ambiental, sócio-econômico e cultural. O processo de urbanização se ampliou, bem como os fluxos entre as cidades do Norte de Minas, já sendo possível observar uma certa hierarquia entre estes centros urbanos. O campo sofreu profundas alterações em função da modernização das atividades agrárias, a exemplo de outras regiões brasileiras, subordinando-se à indústria emergente e ao grande capital.

O significado da modernização aqui exposto implica, sobretudo, na modificação da organização da produção e dos grupos sociais. Alteram-se as relações sociais de produção, da posse da terra, um estreitamento cada vez maior na relação campo/cidade e a degradação dos recursos naturais.

O processo de modernização das atividades produtivas tem se refletido, principalmente, através da intervenção do Estado, do poder local e, até mesmo, do estrangeiro. Isto tem concorrido para a efetivação de mudanças na organização espacial da Região Norte de Minas, configurando um panorama espacial diferenciado de outras regiões mineiras. Na medida em que esse processo de modernização se desenvolve, intensifica e generaliza, modifica realidades conhecidas, a tradição sertaneja, fato que inspirou a realização deste trabalho.

Portanto, este trabalho vê a “região” no imbricamento dos processos da História natural, da História social e da História do pensamento.

Considerando essa premissa, este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a formação da identidade regional Norte Mineira, tendo como atributos a cultura sertaneja. Neste sentido, buscou-se, na obra de intelectuais diversos, entender os caminhos da construção da identidade regional, cujo resultado aparece como uma unidade revestida de uma essência, a cultura sertaneja.

Como já exposto, vale ressaltar que, de acordo com Carneiro, G. (1997), não são novas nem inéditas as idéias que foram expostas neste trabalho. Pesquisas, estudos e idéias de outros estudiosos serviram de suporte para a versão final de nossa leitura. Embora não apresente uma abundante citação bibliográfica, ela dirá de alguns que falaram antes de nós.

A formação da identidade regional Norte Mineira, a cultura sertaneja.

Como resultado de seu processo de ocupação e formação, a Região Norte de Minas apresenta uma organização sócio-econômica, política e cultural distinta, com uma identidade definível em relação às outras regiões do Estado e do país. Estruturou-se um modo peculiar de vida a partir da atividade pecuária extensiva que viabilizou o estabelecimento de relações com o ambiente e as populações, bem como a fixação de modos de comportamento dentro e entre localidades. Alguns estudiosos regionais classificam essa maneira peculiar de vivência social como “cultura sertaneja”.

Segundo Aragão (2000), “no sertão do extremo norte mineiro, encontram-se os dois elos fortes e significativos de nossa formação social”, os bandeirantes paulistas, vindos do Sul e, os nordestinos, vindos do Norte. Do encontro dessas duas correntes, somadas aos negros e ao habitante natural da terra, o índio, é que surgiu o homem Norte Mineiro, o sertanejo.

Os homens que se instalaram no Norte de Minas assimilaram os conhecimentos dos indígenas locais, principalmente o conhecimento da fauna, flora e solo, bem como suas utilizações por coleta, caça, pesca, extração e cultivo, para a saúde, agricultura e pecuária, como descrito por CARNEIRO, G., (citado por COSTA, 1997).

Os grandes conquistadores, fazendeiros latifundiários com seus agregados, sertanejos, se estabeleceram ao longo dos grandes rios, se especializaram na criação extensiva de gado para abastecimento dos centros urbanos, do litoral ou de áreas garimpeiras emergentes. Os núcleos de ocupação camponesa (“geraizeiros, vazanteiros e caatingueiros”, conforme Gonçalves, (1997), instalaram-se nas terras mais baixas, às margens dos pequenos cursos d’água e nas encostas mais férteis, onde desenvolveram sistemas de produção auto-suficientes, baseados na explora-

ção das culturas alimentares e de fibras, além da criação de pequenos animais e utilização coletiva das chapadas (cerrados, terras comunais – Gerais) para coleta de frutas, remédios e madeira, lenha, caça e criação de gado.

Trata-se de uma verdadeira civilização que se adentra pelo cotidiano, conformando o universo sertanejo, produzindo uma cultura própria baseada numa relação com a natureza.

Tanto os grandes fazendeiros quanto os camponeses utilizavam as chapadas para criação de gado “na solta”. Solto nas chapadas, o rebanho se constituía como reserva de valor para utilização nas necessidades monetárias do sertanejo.

Os Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum, geral das terras e um tipo de comunidade vegetal. Enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente e que ensejaram a possibilidade de um sistema de uso da terra que está subjacente à diversidade cultural da região, inclusive, ao seu regime alimentar. E mais, contribuiu de tal forma para moldar a identidade política e cultural de Minas que lhe emprestou seu caráter de Gerais, de acordo com Gonçalves (1997).

Para Chagas (1978), a noção de Gerais vincula-se, também, às grandes extensões do cerrado que ocupam de maneira homogênea os interflúvios das grandes chapadas.

No sertão tradicional o termo “campo” opõe-se ao termo “mata”, uma vez que campo significa áreas onde se cria ou pode criar gado. Já a mata é onde se pratica a agricultura, como nos ensina o professor Ivo das Chagas, acima de tudo um sertanejo nato.

Segundo Gonçalves (1997), “as terras hoje já não são Gerais [...] embora estejam expirando o prazo de 20 anos de muitas das concessões feitas pelo regime militar dessas terras gerais para empresas particulares”, quando da introdução do modelo desenvolvimentista na Região, a partir dos anos cinqüenta/sessenta do século passado.

Em decorrência desta forma de ocupação espacial do território do Norte de Minas, os homens aqui instalados vivenciaram por muito tempo o distanciamento do resto do país.

Era uma população que vivia entregue a si mesma, formando uma rede de solidariedade entre vizinhos e, muitas vezes, reagindo ao mando metropolitano.

O relativo isolamento da Região, mas sua condição de transição entre o Sul e o Nordeste brasileiros, resultou numa estrutura política *sui-generis*, pois ao mesmo tempo em que as elites locais exerciam um comando regional quase que absoluto – a ditadura dos coronéis (fazendeiros e/ou comerciantes), patrimonialista, clientelista e

paternalista – eram, por sua vez, influenciados e, não raras vezes, comandados pelas elites políticas de outras regiões, em especial dos centros de poder de Minas e do Brasil.

Segundo Costa,

assim, o coronel constituiu-se o mediador entre o Estado e o camponês e seu agregado, ao mesmo tempo em que era o próprio Estado na localidade sob o seu jugo”. (...) “Deriva-se daí uma das características marcantes da cultura regional: a violência existente no nível das relações sociais, determinada por relações políticas construídas a partir de uma ótica emotiva. (COSTA, 1997)

Isto terminou por privilegiar a elite regional, pelos centros de poder estadual e federal, que na maioria das vezes não tinham contato direto com o povo que, por sua vez, nunca tinha acesso direto a esses poderes.

Assim, eram contempladas as aspirações dessas elites, mas não as do povo. Essas não tiveram seus interesses feridos, a despeito do modelo desenvolvimentista e modernizador implementado na Região nas quatro últimas décadas.

A industrialização, promovida pelos incentivos fiscais e pelos programas de desenvolvimento, é bastante desajustada às condições locais, correspondendo à integração da Região ao sistema capitalista brasileiro e, ao mesmo tempo, globalizado. O setor agropecuário, relativamente desaquecido, continua como atividade de fundamental importância regional, enquanto o comércio se fortalece. Contudo, as desigualdades sócio-econômicas tornam-se cada vez mais acentuadas em função desse modelo de desenvolvimento extremamente conservador e concentrador, que privilegiou as elites locais, reforçando as suas relações de poder.

As formas de atuação do Estado foram modificadas através da presença de órgãos e instituições que exercem suas atividades com mais intensidade no cotidiano regional, reforçando os antigos compromissos entre as elites locais e o governo estadual e o federal.

Para Costa,

... a cultura sertaneja expressa-se, atualmente, em tais níveis diferenciados, opostos entre si: por um lado a existência do mundo tradicional – nas liminaridades do sistema, frouxamente vinculado à lógica capitalista de produção – e, por outro, o mundo urbano que chegou gerando rupturas. Devido ao caráter personalista que continua sendo a base da sociedade, os atores sociais sertanejos foram capazes de reestruturar os laços tradicionais que as uniam em novas formas de solidariedade, propiciando o surgimento dos políticos profissionais travestidos como novos coronéis. (COSTA, 1997)

Articulando-se interna e externamente, apesar do tal “isolamento” ou, até mesmo por causa dele, os homens desta região construíram uma identidade própria e uma cultura singular – a sertaneja, fruto da relação estabelecida com a terra e com a natureza. Tratados como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e viabilizaram um “modus vivendi” que proporcionou uma visão de mundo inteira e integrada – holística, expressando-a no principal valor cultural: a solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio.

A cultura, aqui denominada sertaneja, será o resultado da mistura de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território Norte Mineiro, bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões.

Portanto, o termo “cultura” aqui se refere a todas as relações estabelecidas pelos homens entre si e com o ambiente em que se acham geográfica e temporalmente localizados.

Refere-se, ainda, “a um conjunto de práticas sociais generalizadas em um determinado grupo, a partir das quais este grupo forja uma imagem de unidade e de coerência interna”, conforme Gomes (2001).

Tais práticas exprimem os valores e sentidos vividos pelo sertanejo e a delimitação de suas diferenças em relação a outros grupos.

Uma das características marcantes da cultura sertaneja é “a cordialidade, a hospitalidade e generosidade, sendo uma realidade presente na vivência do sertanejo, como atestam diversos estrangeiros que passaram pelo território norte mineiro, entre eles Auguste Saint-Hilaire, Richard Burton, George Gardner e James Wells” (COSTA, J., 1997).

Mas, após a vinculação da região à SUDENE, dentro da nova fase de expansão das relações capitalistas de produção, no bojo do modelo de internacionalização da economia e modernização da agricultura, a região sofreu e tem sofrido duramente as mudanças, provocando rupturas nas diversas formas de organização da cultura sertaneja, cujas características culturais até então eram eminentemente rurais. A Região passou por uma verdadeira revolução na sua organização sócio-espacial.

A riqueza e o poder que já eram concentrados em poucas mãos, necessariamente mais concentrados se tornaram com a modernização conservadora, exatamente por se aumentar a produtividade. Os latifúndios, considerados improdutivos, tal como prescreve o Estatuto da Terra de 1964, deveriam se modernizar, ou seja, se transformar em Empresas Rurais, não importando que sobre a mesma estrutura de propriedade concentrada da terra. Os incentivos governamentais sob a forma de isenção

fiscal ou de concessão de terras públicas, terras devolutas - Gerais, foram colocados à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora.

Assim, as terras das chapadas dos sertões do Norte de Minas se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de culturas homogêneas, especialmente do eucalipto e do pinus, seja pela apropriação de forma indébita.

A sociedade regional que, à sua moda, com suas próprias contradições e desigualdades – sociais, econômicas, políticas e culturais – determinava o que ia ser feito dos seus recursos naturais e de outras riquezas locais, vê tirado da Região o poder de determinar os seus destinos.

Tal processo, sendo violento, propiciou o empobrecimento e a perda de uma série de conhecimentos e práticas alimentares, medicinais e de trabalho, acarretando desagregação cultural violenta. As relações de vizinhança, de solidariedade, de compadrio, foram se enfraquecendo. E era isso que aproximava as pessoas: o cantar, a tradição festeira, alegre.

Contudo, ainda existem diversas formas de manifestação cultural na Região, constituídas por ciclos e caracterizadas pela presença de grupos organizados que expressam sua religiosidade e solidariedade através de rituais próprios do Natal, da Semana Santa, do mês de Maria, das Festas Juninas, das festas do Rosário e do Divino. Estes rituais são representados por vários grupos folclóricos como os Catopês, as Folias de Reis, as Pastorinhas, as Marujadas, os Caboclinhos, o Banzé, dentre outros.

Todas essas festas são apresentadas com seu caráter sagrado interpenetrado de características profanas, como descrito por Costa (1997).

As grandes empresas chegaram transformando imagens tradicionais da região, seja no nível ambiental, sócio-econômico ou cultural. A nova imagem implantada possui faces bastante contraditórias. De um lado, a face da produtividade e dos grandes empreendimentos, e por outro, a face da carência, da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural.

A população sertaneja tornou-se cada vez mais carente. Carente da própria terra, do “jeito” tradicional de lidar com ela e, ainda, das condições mínimas de habitação, saúde e educação.

São homens e mulheres cercados pela tecnologia moderna e por novas relações sociais que se contrapõem a sua cultura e negam o seu jeito tradicional de produzir a vida. Ao mesmo tempo estão excluídos das novas relações que hoje os definem como carentes, desqualificados, no novo cenário das relações sociais mais amplas, ocupa-

ção incerta, subemprego ou desemprego num mercado cuja lógica impõe limites muito concretos às formas alternativas de sobrevivência, como nos informa Carneiro, G. (1997).

A sobrevivência é um permanente embate homem/natureza, homem/homem que, se enfrentando isoladamente, torna-se doloroso e, por vezes impossível. Assim, grupos de famílias se reúnem para viabilizar, com ajuda do Estado ou de ONG's, projetos que melhorem suas vidas ou, simplesmente, lhes possibilitem sobreviver.

Uma das formas mais marcantes de ajuda mútua que ocorre na Região é o mutirão, uma prática muito freqüente, já presente nas comunidades antes da chegada dos projetos e dos grupos de ajuda, sejam os do Estado, sejam os das ONG's, e modificada por eles ao inserir um outro sentido de organização comunitária, um fazer juntos diferente.

Carneiro, G. esclarece que,

A base da relação anterior é sempre aproveitada, mas a natureza dela é transformada. Afinal, há muita diferença entre eles se juntarem para ajudarem no plantio da roça de um, preservando a autonomia deste um na administração e uso de sua produção e o fato de, coletivamente, plantarem uma terra comum que exige uma administração e controle coletivos, com regras comuns que inibem a autonomia individual e forjam a necessidade de um controle de fora do grupo. (CARNEIRO, G., 1997)

Segundo Costa (1997), “o mutirão ao qual se recorre quando surgem tarefas que excedem a capacidade de trabalho da unidade produtiva familiar”, se caracteriza por ser uma atividade não remunerada “em que o convocador desse tipo de ajuda mútua deve, por obrigação moral, participar de outros mutirões e alimentar, durante a jornada de trabalho, todos os trabalhadores e supri-los de alimentos e bebidas ao término do dia”.

Adaptar-se, negar, resistir, demandar são práticas em permanente interação no dia-a-dia dos homens e mulheres do Norte de Minas.

Assim, vem ocorrendo o estabelecimento de uma outra cultura, cujos parâmetros foram definidos de forma exógena.

Portanto, a principal transformação que se verificou na cultura sertaneja foi decorrente da mudança do eixo da organização da vida na zona rural para a vida na zona urbana.

Para o sertanejo, o tempo anterior à urbanização da economia era um tempo de fartura e, aí vai ganhando contornos míticos.

Conforme Costa,

muitas povoações, por estarem frouxamente vinculadas às relações urbanas de produção, vivenciam ainda valores típicos do modo de viver sertanejo. Entretanto, em graus diferenciados procuram a vivência do modo urbano e capitalista de produção, que continuam produzindo transformações nas sobrevivências sertanejas ainda existentes.

Os pequenos produtores desejam e sonham com “coisas boas da cidade”, tais como, escolas, eletricidade, água encanada, postos de saúde e assistência médica.

Ao mesmo tempo em que demandam as benesses da modernidade e sua inserção nela, os sertanejos negam e resistem à destruição de sua cultura: crenças, festas, cantos e formas organizacionais e relacionais.

Este dualismo é sempre e, em todos os sentidos, muito presente na Região, fato que foi claramente observado e descrito por Aragão (2000), quando ele coloca que em Montes Claros, podemos perceber

os dois “lados” do “esbarrão” cultural principal de nossa história primeva. De um lado, açougues com carne de bode, chapéu de couro, farinha de mandioca, requeijão “do sertão” [...], típicos das feiras nordestinas. Do outro, carne de gado suína, chapéus de palha, farinha de milho [...], queijos curados e frescos “de minas”, tradição paulista”. [...] “Manifestamente, ‘mineiros’ desse espigão, despojaram-se já de aspectos decantados da misteriosa ‘mineiridade’. Os humores mais francos, o falar ‘arrastado’ e os dizeres, julgamentos e juízos francamente ousados em relação ao ‘padrão’ mineiro. Os gestos mais incontidos e o desafio agnóstico, a coragem manifesta para o enfrentamento tomam a precedência em valor sobre a contenção, a dissimulação e o não-engajamento. [...] são aptos às andanças, travessias-descobertas, guerrilhas, guerras sertanejas, postoreio. À democracia. (ARAGÃO, 2000)

E para finalizar, Aragão (2000) diz, ainda, que: “Montes Claros de Minas é museu a céu aberto da história social do Brasil, agasalhando em seu espaço, as duas faces antinômicas e hegemônicas de nossa formação social, relíquia do Brasil colônia e dos ‘caminhos de povoamento”’.

Considerações finais

Como já exposto, não se trata de tema inédito, pois já foi e ainda é objeto de reflexão de vários estudiosos brasileiros e, até mesmo, estrangeiros, nem tivemos, aqui a menor pretensão de esgotá-lo.

Da análise de obras de intelectuais diversos, percebe-se que, realmente a Região Norte de Minas apresenta uma organização sócio-econômica, política e cultural distinta, com uma identidade definível em relação às outras regiões do Estado e do país.

Não é possível pensar uma contribuição geográfica ao estudo da cultura e da construção da identidade regional ao observarmos somente as formas espaciais, esquecendo daquilo que lhes dá vida e sentido, ou seja, a maneira pela qual este espaço é vivido, valorizado e simbolizado. É preciso ver que a forma como as coisas, os objetos estão organizados espacialmente tem uma lógica, porém a rede de ações que se desenvolve em torno desta organização gera um novo produto, resultado desta relação entre a organização física e as práticas sociais que aí tem lugar.

Neste sentido, observa-se que uma das marcas das transformações na organização sócio-espacial da região Norte de Minas, nas quatro últimas décadas, foi o maior distanciamento entre o homem e a natureza. A apropriação das terras e das águas, da caatinga e dos cerrados, através da expansão capitalista visando o lucro, bem como, as famílias camponesas – sertanejas, e um grande número de pessoas dos núcleos urbanos menores se viram expulsas e levadas a migrar e a se assalariar, muitos lançados ao subemprego, ao desemprego e à marginalização social. Com tudo isto, a cultura sertaneja foi extremamente desestruturada, mas, ainda resistindo em muitos lugares.

Referências

ARAGÃO, Luiz Tarlei de.. A Oeste de Tordesilhas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 set. 2000. Suplemento Mais! p. 30-31.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. . *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO, Geralda V. N. F. B. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: SANTOS, Gilmar R. dos (Org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 13-35.

CARNEIRO, Marina de F. B. *Organização Espacial de Montes Claros e a Região Norte de Minas*. 2002. 74 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Marina de F. B. O Regionalismo Mineiro. In: *Caderno Geográfico*, Montes Claros: Ed. Unimontes, v. 01, n. 03, p. 31-35., out. 1999.

CORRÊA, Oscar Dias. *Vozes de Minas*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

COSTA, João Batista de A.; MENDONÇA, Aline. *Ecosistema Grande Sertão: Verdades – As transformações culturais e a destruição do Norte de Minas*. Montes Claros: GEA, 1991. Mimeografado.

COSTA, João Batista de A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar R. dos (Org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. p. 77-97.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/SEPLAN-MG. *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 7., Fórum Latino-Americano, 1., out. 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 1997. p. 244-260.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*, 2000.

MARTIN, André R. *As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil*. 1993. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, Evelina A. F. de. *Nova Cidade, Velha Política: um estudo de poder sobre Montes Claros, M.G.*. 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

OLIVEIRA, Marcos F. M. de, RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PAULA, Hermes A. de. *Montes Claros: Sua História, Sua Gente, Seus Costumes*. v. 1 Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REIS, Geraldo A. dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

A REVISTA “CERRADOS” é um periódico anual do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – que visa à publicação de trabalhos de interesse da ciência geográfica e de áreas afins, admitindo-se contribuições de Professores/Pesquisadores, não apenas da Unimontes, mas, também, de outras instituições de ensino ou de pesquisas, nacionais ou estrangeiras.

Serão aceitos somente trabalhos originais e inéditos em forma de artigos e notas de pesquisa, traduções técnicas, resenhas, entrevistas, retrospectivas e resumos técnico-científicos.

O(s) autor(es) deverá(ão) enviar ao Conselho Editorial o trabalho em disquete, acompanhado de duas cópias impressas, constando, apenas em uma delas, a identificação do(s) autor(es). **Os originais devem ser encaminhados completos, incluindo as figuras (caso haja) e definitivamente revistos.**

Os originais devem ser apresentados em letra tamanho 12, fonte *Times New Roman*, espaço duplo, folha A4, margens 2,5 cm (superior e inferior) e 3 cm (direita e esquerda), versão *Word for Windows 8.0* ou inferior. A extensão do texto poderá variar de 10 a 30 páginas para artigos e traduções (as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e o original do texto), até 07 (sete) páginas para resenhas, notas, resumos e relatórios, e até 08 (oito) páginas para entrevistas e retrospectivas.

Os trabalhos deverão ser estruturados conforme a seguinte seqüência:

1- Título do trabalho (em português e no idioma do resumo).

2- Nome(s) do(s) autor(es) por extenso – somente em uma das cópias impressas – deve(m) vir à direita da página, acompanhado(s) das referências acadêmicas do(s) autor(es) informadas em nota de rodapé. A remissão dessa nota deve ser feita pela utilização do símbolo asterisco (*), já que as remissões numéricas são reservadas às notas explicativas. Citar o endereço eletrônico.

3- Resumo – os artigos deverão ser acompanhados de resumos com o máximo de 200 palavras, em português e inglês, ou francês, ou espanhol, bem como de pala-

avras-chave (Unitermos/Key-Words), máximo de cinco palavras. Os resumos e suas respectivas palavras-chave devem ser encaminhados em folhas separadas.

4- Texto – deve ser apresentado dentro da estrutura lógica de um trabalho científico. Usar para as citações, notas de rodapé (devem ser usadas somente quando indispensáveis), bem como para as referências, as normas atualizadas da ABNT, divulgadas em 2000/2001. Contribuições de autores nacionais serão exclusivamente em português, permitindo-se aos autores estrangeiros trabalhos em inglês, francês ou espanhol.

5- Figuras (gráficos, mapas, desenhos, esquemas, fotografias, tabelas, e outras) – devem ser monocromáticas, numeradas consecutivamente, encabeçadas por título, conter legendas informando a fonte de consulta e permitir uma perfeita legibilidade haja vista a sua redução no texto.

- As resenhas e notas dispensam o resumo e as palavras-chave. As entrevistas devem seguir a forma pergunta-resposta.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL:

- Trabalhos entregues fora das normas não serão analisados.
- Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição esta deverá ser mencionada.
- O Conselho Editorial acusará o recebimento dos originais.
- Todos os trabalhos entregues à publicação serão apreciados por pareceristas, membros do Conselho Editorial e professores do corpo docente da UNIMONTES ou membros do Conselho Consultivo da Revista “Cerrados”, mantendo em sigilo a autoria dos textos.
- O Conselho Editorial não fará tradução de trabalhos ou resumos para outra língua.
- Cabe ao Conselho Editorial a decisão referente à oportunidade da publicação dos trabalhos recebidos, baseado nos pareceres.

- Os trabalhos não selecionados pelo Conselho Editorial serão devolvidos, podendo ser retirados pelo autor no Departamento de Geociências da UNIMONTES, ou requisitados por correspondência, após o recebimento do parecer.
- Os autores dos trabalhos aprovados deverão receber dois (02) exemplares da revista que contiver seu artigo. Caso haja mais de um autor para o mesmo trabalho, cada um terá direito a apenas um exemplar.
- O envio de qualquer colaboração implica, automaticamente, na cessão dos direitos autorais à Revista “Cerrados”.
- Todos os casos não previstos serão analisados pelo Conselho Editorial que, além de ser responsável pela decisão final da temática, no caso de edições temáticas – dossiês, pela leitura crítica e aprovação/seleção dos trabalhos enviados, ficará encarregado de informar ao(s) autor(es) da possibilidade da publicação, **contra os quais não caberá recurso**.

Os trabalhos deverão ser enviados para o Departamento de Geociências da UNIMONTES.

ENDEREÇO:

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – CCH – UNIMONTES

REVISTA “CERRADOS”

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro.

Av. Dr. Rui Braga, s/nº - Vila Mauricéia

CEP: 39401-089 – Montes Claros, MG.

Telefone: (38)3229.8238 ou (38)3229.8266 (GESA)

e-mail: **geociencias@unimontes.br**

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marina de Fátima Brandão Carneiro.

REVISTA CERRADOS

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Centro de Ciências Humanas – CCH
Departamento de Geociências
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Caixa Postal 126 – CEP: 39401-089 – Montes Claros – MG
e-mail: geociencias@unimontes.br
Tel. (38) 3229.8238 ou 3229.8266 (GESA)

Pede-se permuta
We ask for exchange
Se solicita canje
On demande échange

FICHA DE ASSINATURA

NOME:.....

ENDEREÇO: Rua/Av.....

.....Nº.....Complemento:.....

Bairro:.....

Cidade:.....Estado:.....

CEP:.....Telefone:.....

e-mail:.....

Instituição:.....

Cargo/Função:.....

Para receber periodicamente informações sobre as nossas publicações e onde adquiri-las, basta preencher este cupom e enviá-lo à EDITORA UNIMONTES:

Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, s/n - Prédio da Biblioteca Central
- Montes Claros-MG - CEP: 39401-089 - C. Postal: 126 -
Tele/Fax:(38)3229-8210

Nome:

Endereço:

Cidade:Estado:

Fone: Fax: CEP:.....

e-mail:.....

Livro que o(a) atende:

Impressão
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro
Caixa Postal: 126 - CEP: 39401-089 - Montes Claros (MG)
e-mail: imprensa@unimontes.br - Fone: (38)3229-8221